UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

CAMPUS DE ARAGUAÍNA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS DE CULTURA E TERRITÓRIO

MARIANE EMANUELLE DA SILVA LUCENA

TECENDO FIOS E SABERES:

EXPERIÊNCIA DAS ARPILLERAS E AS MULHERES ATINGIDAS PELA UHE-ESTREITO (MA)

Araguaína (TO)
2020

MARIANE EMANUELLE DA SILVA LUCENA

TECENDO FIOS E SABERES:
EXPERIÊNCIA DAS ARPILLERAS E AS MULHERES ATINGIDAS PELA UHE-ESTREITO (MA)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura e Território (PPGCult) da Universidade Federal do Tocantins (UFT), Campus Araguaína, como requisito parcial à obtenção de título de Mestre em Estudos de Cultura e Território.

Orientador: Prof. Dr. Dernival Venâncio Ramos Júnior

Araguaína (TO)
2020

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

L935t Lucena, Mariane Emanuelle da Silva.

TECENDO FIOS E SABERES: EXPERIÊNCIA DAS ARPILLERAS E AS MULHERES ATINGIDAS PELA UHE-ESTREITO (MA) . / Mariane Emanuelle da Silva Lucena. – Araguaína, TO, 2020.

161 f.

Dissertação (Mestrado Acadêmico) - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Araguaína - Curso de Pós-Graduação (Mestrado) em Estudo de Cultura e Território, 2020.

Orientador: Dernival Venâncio Ramos

1. Mulheres atingidas. 2. Arpilleras. 3. UHE-Estreito. 4. Epistemologia feminista do Sul. I. Título

CDD 306

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

Ao vigésimo quinto dia do mês de setembro de 2020, às 14:30 horas, em ambiente virtual (https://meet.google.com/kjd-mtgv-jwv?pli=1&authuser=2), esteve reunida a banca examinadora de defesa de dissertação da mestranda Mariane Emanuelle da Silva Lucena, aluna do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura e Território - PPGCULT**,** da Universidade Federal do Tocantins, constituída pelos seguintes membros: Prof. Dr. Dernival Venâncio Ramos Júnior (UFT), Prof.ª Dr.ª Rejane Cleide Medeiros de Almeida (UFT), Prof.ª Dr.ª Idelma Santiago da Silva (UNIFESSPA) e Prof.ª Dr.ª Monise Vieira Busquets (UFT), cujo trabalho intitula-se **"TECENDO FIOS E SABERES: EXPERIÊNCIA DAS ARPILLERAS E AS MULHERES ATINGIDAS PELA USINA HIDRELÉTRICA DE ESTREITO (MA)."**

SENDO A REFERIDA MESTRANDA:

(x)Aprovada.

( )Reprovada.

( )Aprovada com correções a serem conferidas pela banca.

( ) Aprovada com correções a serem conferidas pelo orientador.

DERNIVAL VENÂNCIO RAMOS JÚNIOR (UFT)
Orientador – Via web conferência

REJANE CLEIDE MEDEIROS DE ALMEIDA (UFT)
Avaliadora – Via web conferência

IDELMA SANTIAGO DA SILVA (UNIFESSPA)
Avaliadora – Via web conferência

MONISE VIEIRA BUSQUETS (UFU)
Avaliadora/Suplente – Via web conferência

Prazo para entrega da dissertação corrigida: 26 de novembro de 2020.

Observações:

A banca recomenda a realização de correção ortográfico-gramatical e a inserção de outras imagens das arpilleras citadas no texto.

DERNIVAL VENÂNCIO RAMOS JÚNIOR
Orientador

Obs: Em consequência da pandemia decorrente do novo Coronavírus (COVID-19), e considerando as orientações contidas na Portaria GAB/REITOR nº 225 de 23 de março de 2020 que versa sobre a pandemia mencionada e estabelece orientações protetivas para seu enfrentamento, considerando, ainda, a Portaria GAB/REITOR nº 238 de 25 de março de 2020 que altera o Art. 57, § 3º da Resolução Consepe Nº 09/2018 que traz em seu texto
" A Defesa de dissertações e teses, em casos excepcionais, poderão ocorrer com todos os membros (internos e externos),inclusive orientador (a) e orientando(a), à distância, com a anuência da coordenação do curso", o PPGCULT resolve realizar as bancas de Defesa de Dissertação à distância (ambiente virtual), como forma de proteger a saúde de todos os envolvidos, enquanto perdurar esse quadro emergencial de saúde pública.

Dedico às mulheres atingidas da Usina Hidrelétrica de Estreito (MA).

Pois que é nas mulheres que deposito minha fé.

E elas ensinam e me ensinaram:

A nunca recriminar uma mulher livre,

- Nunca mais -

A nunca me reduzir em feminilidades,

- Nunca mais -

A nunca acreditar nas mentiras dos que definem,

A nunca calar diante do desamor.

Pois que é nas mulheres que deposito minha fé.

E serão elas a me guiar nas trilhas incertas que abrimos juntas.

(Devoção - Laura Moreira)

AGRADECIMENTOS

Agradeço às mulheres atingidas por barragens que teceram comigo esta pesquisa e me oportunizaram experienciar com elas as oficinas de Arpilleras, possibilitando uma sistematização singular e plural dos saberes adquiridos na luta e resistência pelo território.

Também devo um agradecimento especial para uma mulher negra e educadora, cuja vida nunca foi fácil, envolvida em lutas para uma educação mais justa e de qualidade. Trata-se de dona Divina Maria da Silva Lucena, a minha mãe. Foi uma das fundadoras do sindicato de professores do nosso município, Campestre do Maranhão (MA), em 1997, e foi nesse clima que eu cresci, ouvindo sobre a necessidade da indignação sobre as injustiças sociais.

Agradeço ao meu pai, Antônio Firmo de Lucena, de família de agricultores, que, sempre que tem oportunidade, está trabalhando com a terra. Ele não é muito de conversar, mas o pouco que partilhávamos era sobre os saberes das plantas, as crendices, as fases da lua, os ciclos da natureza, estando atento à hora de plantar ou colher as mandiocas que cultiva em um pequeno espaço no nosso quintal. Nesse âmbito que cresci. Foi importante para que eu tivesse um olhar sensível e cuidadoso com os saberes das populações com quem trabalho.

Ao meu irmão Paulo André, que foi um grande apoiador e companheiro durante essa fase de estudos. Ao meu irmão André Luís, que, mesmo longe, mandou energias positivas e sempre acreditou no meu potencial. Ao meu companheiro de vida, Marcus Bonilla, que sempre esteve presente nos melhores e piores momentos. Com toda a sua paciência e sabedoria, me aconselhava, me estimulava a seguir em frente e a usar o meu lado criativo. Para a minha alegria, compartilho contigo a realização dessa bela experiência de aprendizados diversos.

Agradeço à Universidade Federal do Tocantins; ao curso de Pós-Graduação em Estudos de Cultura e Território (PPGcult); à coordenadora do PPGcult, Prof.ª Kênia Gonçalves; e à secretária do programa, Adriana Freire. Agradeço também à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoa de Nível Superior (CAPES) pela oferta da bolsa de Demanda Social, que me possibilitou recursos para finalizar esta pesquisa, apesar do desmonte que a educação vem sofrendo no atual governo.

Agradeço aos colegas de orientação, ao Núcleo de Pesquisa Extensão em Saberes e Práticas Agroecológicas (NEUZA) e ao grupo de estudos Economia e Cultura dos Comuns pelas trocas e interdisciplinaridades.

Aos meus professores e professoras Plábio, Elias, Olivia, Airton, Rosária, Vinicius, Braz e, em especial, ao meu orientador, Dernival Venâncio, tanto pelo apoio no trabalho de campo como nas discussões epistemológicas, ajudando-me a pensar em uma epistemologia do Sul, em "tempos de caça às bruxas das ciências humanas". Agradeço pela confiança, pela liberdade em poder tecer a temática das Arpilleras e, por fim, por poder compartilhar experiências e aprendizados.

Agradeço à banca examinadora, Monise Busquets e Idelma Santiago, em especial à Prof ª Rejane Medeiros, que já vem de uma longa caminhada comigo. Sou grata por suas contribuições e por não me deixar esquecer a minha base de formação e as que eu construí durante o processo de aprendizagem por meio da educação popular dos movimentos sociais.

Agradeço à professora Carolina Freitas, que, em minhas andanças pelo Nordeste brasileiro, eu tive o prazer de conhecer em um evento de Ecologia Política, em Salvador (BA). Conversamos ao longo da tarde e, entre cafés e papos de feminismo, ela me presenteou com um dos seus acervos, contendo obras de autoras pós-coloniais feministas, que, sem dúvida, contribui muito para o andamento desta pesquisa.

Agradeço à Valéria Santos, que sempre me aconselhou e com quem trocava dicas e referências. Ela me apresentou a teoria do ecofeminismo, que foi importante para pensar a relação de natureza, mulheres, patriarcado e capitalismo.

Agradeço ao Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) por ter me apresentado a Arpillera, ainda em 2014, em especial ao Cirineu Rocha, à Judite Rocha, à Patrícia Malves, e à Liany Barbosa, que me ajudaram muito durante todo o processo.

À dona Helena, que nos ajudou na oficina de Arpillera, compartilhando conosco suas técnicas de economia doméstica, aproveitamento de alimento e produção de produtos artesanais, meu muito obrigada.

Aos meus colegas de mestrado Adilson, João, Helenita, Madson, Elaine, Natanha, Rosalia, Palloma, Kerlly e Leila por terem me proporcionado trocas valiosas de aprendizados, à minha amiga Ludymilla e à Janine pelos seus conhecimentos na área do direito, meu muito obrigada pelos esclarecimentos. Também sou grata pela amizade e pelo companheirismo de

Cleyton, meu parceiro de orientação. E por fim, mas não menos importantes, agradeço aos meus amigos de mestrado e amigos de formação em Ciências Sociais Carina e Laylson pelas partilhas, pelas discussões e pelos diálogos.

Agradeço às mulheres do Ilha Verde, Valderice, Chirlene, Aparecida, Joana, Pedrina, Cleonice, Janete, Anairdes, Tereza, Irene, Marlúcia, Cidilene. A todas as mulheres do Acampamento Dom Bosco, em especial a Aldenir, Rosemary, Kaiane e Jaciara. A todas as mulheres do Reassentamento Mirindiba, principalmente a Maria da Ilha, Raquel, Natália, Ananda, Vanessa e Maisa. Sem elas - e muitas outras que não foram citadas - eu não teria conseguido fazer esta pesquisa.

E às mulheres que conheci nesta caminhada, Maria do Carmo (em memória), Edna, Núbia, Shriley, Sheila, Paulina, Jacirene, Miúda, Luiza, Edinalva, sou grata a vocês! Expresso a minha gratidão pela participação, colaboração, oportunidades de debates em processo dialógico no objetivo de tecer uma ciência emancipatória. Por um futuro cheio de possibilidades.

RESUMO

A pesquisa apresenta as Arpilleras como uma linguagem da epistemologia feminista do Sul das mulheres atingidas pela Usina Hidrelétrica de Estreito (MA). De antemão, falo de sul epistêmico e não geográfico. Inspirada nas Arpilleras chilenas, no Brasil, em diversas regiões, as mulheres do Movimento dos Atingidos por Barragens adotam essa técnica e narram as experiências das mulheres atingidas por meio de bordados de resistência. O objetivo da pesquisa foi investigar a oficina de bordados das Arpilleras, identificando, segundo instrumento de Boaventura de Sousa Santos (2003), as experiências sociais ausentes e emergentes das mulheres atingidas. Como recorte da pesquisa, o estudo ocorreu no Acampamento Ilha Verde, localizado no município de Babaçulândia (TO). A metodologia principal do trabalho foram as Oficinas de Arpilleras, seguindo o caminho da pesquisa participante (BRANDÃO, 1999) e com o desdobramento da pesquisa-ação (THIOLLENT, 1999), além de recursos como as entrevistas semiestruturadas, realizadas com as mulheres do acampamento. Foram identificadas quatro ausências das mulheres atingidas, que foram mobilizadas por uma monocultura do saber e uma lógica dominante. Para romper com essa lógica, adoto a teoria da ecologia dos saberes, que são saberes diferentes aprendidos na luta e resistência das mulheres atingidas. A ecologia de saberes tem alguns desdobramentos, nos quais identifico mais três ecologias: a do reconhecimento, a das transescalas e a das temporalidades. Todo o trabalho possui um recorte transversal de uma análise do ecofeminismo com o objetivo de compreender mulheres e natureza e processo de exploração e dominação do capitalismo e do patriarcado nos corpos e mentes das mulheres. Busco essas questões a partir das análises de Vandana Shiva (2003) e Maria Mies (2018). A compreensão do processo de exploração e dominação das mulheres se dá por meio das seguintes categorias de análise: capitalismo, patriarcado, colonialismo e racismo. Outra questão que permeia este estudo é o trabalho partindo de uma visão marxista. Para isso, mobilizo algumas autoras, fazendo referência em especial aos trabalhos de Silvia Federici (2017), que defende a ideia de que são as mulheres o principal pilar que sustenta o capital. Por fim, trago as emergências das mulheres analisadas das oficinas de Arpilleras, em que identifico que as emergências surgem por meio dos bordados e dos espaços seguros.

Palavras-chaves: Mulheres atingidas. Arpilleras. UHE-Estreito. Epistemologia feminista do Sul. Ecologia de Saberes. Ausências. Emergências.

RESUMEN

La investigación presenta las Arpilleras entendidas como un lenguaje de la epistemología feminista del sur de las mujeres afectadas por la Represa Hidroeléctrica Estreito (MA). Hablo de antemano de un sur epistémico y no geográfico. Inspiradas en las Arpilleras chilenas, en Brasil, en varias regiones, las mujeres del Movimiento de Afectados por Represas adoptan esta técnica y narran las vivencias de mujeres afectadas por el bordado de resistencia. El objetivo de la investigación fue investigar el proceso de bordado de las Arpilleras, identificando, según un instrumento de Boaventura de Sousa Santos (2003), las experiencias sociales desaparecidas y emergentes de las mujeres afectadas. Como parte de la investigación, el estudio se llevó a cabo en el Campamento Ilha Verde, ubicado en el municipio de Babaçulândia (TO). La metodología principal del trabajo fueron los Talleres de Arpilleras siguiendo el camino de la investigación participativa (BRANDÃO, 1999), y con el despliegue de la investigación acción (THIOLLENT, 1999), además de recursos como entrevistas semiestructuradas, realizadas con mujeres del campamento. Se identificaron cuatro ausencias de las mujeres afectadas, estas fueron movilizadas por un monocultivo de conocimientos y una lógica dominante. Para romper con esta lógica, adopto la teoría de la ecología de los saberes, que son diferentes conocimientos aprendidos en la lucha y resistencia de las mujeres afectadas. La ecología del conocimiento tiene algunas consecuencias en vista de esto, identifico tres ecologías más como: la del reconocimiento; escalas cruzadas y temporalidades. Todo el trabajo tiene un corte transversal de un análisis del ecofeminismo con el objetivo de comprender a las mujeres y la naturaleza, y el proceso de explotación y dominación del capitalismo y el patriarcado en los cuerpos y mentes de las mujeres. Busco estas preguntas en los análisis de Vandana Shiva (2003) y Maria Mies (2018). Como principales categorías de análisis están la comprensión del proceso de explotación y dominación de la mujer a través de las categorías de análisis: capitalismo, patriarcado, colonialismo y racismo. Otro tema que impregna este estudio es el trabajo, partiendo de una mirada marxista, para lo cual movilizo a algunos autores, en particular me refiero a los trabajos de Silvia Federici (2017), defendiendo la idea de que las mujeres son el principal pilar que sustenta el capital. Finalmente, traigo las emergencias de las mujeres analizadas a través de los talleres de Arpilleras, en los que identifico que las emergencias surgen a través de bordados y espacios seguros.

Palabras clave: Mujeres afectadas. Arpilleras. UHE-Estreito. Epistemología feminista sureña. Ecología del conocimiento. Ausencias. Emergencias.

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Foto 1 - As famílias do Ilha Verde em reunião 47
Foto 2 - Casa feita com paredes e telhado revestidos de palha de coco babaçu 52
Foto 3 - Arpillera do MAB Nacional, "Mulheres, água e energia não são mercadorias" 60
Foto 4 - Chegada das mulheres no quintal do seu Osmar, morador do Acampamento Ilha Verde, que acolheu as participantes para o Encontro de Mulheres Atingidas por Barragens da Bacia Araguaia/Tocantins. As mulheres se organizaram em forma de círculo, estenderam bandeiras e organizaram suas simbologias 64
Foto 5 - Vista do Acampamento Ilha Verde em frente à casa do seu Osmar. Os babaçus submersos são resultado do avanço da água do lago do reservatório da UHE-Estreito 65
Foto 6 - Cartaz referente à fala de Valderice Pereira da Silva no Encontro de Mulheres do Cerrado 76
Foto 7 - Dona Joana Carvalho da Silva, vendendo suas hortaliças na feira agroecológica, org. UFT 81
Foto 8 - Dona Pedrina Carvalho quebrando coco babaçu 85
Foto 9 - Valderice Pereira da Silva em frente ao canteiro de obra da UHE-Estreito 90
Foto 10- Dona Cleonice com suas ferramentas de trabalho pilando arroz no pilão de madeira. 96
Foto 11 - Dona Aparecida dos Santos, pescando no lago de Babaçulândia 98
Foto 12 - Chirlene Alves dos Santos na feira municipal de Babaçulândia - TO 102
Foto 13 - Vistoria do CESTE S. A. e outros no Acampamento Ilha Verde no dia da oficina de Arpillera 104
Foto 14 - Semeando desejos na oficina de Arpillera no Acampamento Ilha Verde 106
Foto 15 - Arpillera bordada pelas mulheres do Ilha Verde: “Mulheres pelo direito de plantar, colher, comer”. 110
Foto 16 - Costurando o bolso, que fica atrás da peça da Arpillera 112
Foto 17- Na oficina de bordados das Arpilleras, as meninas se interessam em ficar do lado das mães 121
Foto 18 - Comparação do relógio feminino (à direita) e do masculino (à esquerda). Mulheres atingidas do Acampamento Dom Bosco, em Oficina de Arpillera, (2019) 123
Foto 19 - Mulheres bordando a Arpillera que representa as temporalidades das mulheres de Dom Bosco 124
Foto 20 - Oficina da Arpillera de Dom Bosco: Temporalidades das mulheres atingidas". 125
Foto 21 - Arpillera bordada no Acampamento Dom Bosco, narrando o início do acampamento .. 138
Foto 22 - Oficina de bordados da Arpillera do Acampamento Ilha Verde 144
Foto 23 - Momento em que Valderice Pereira da Silva fala sobre o processo que ameaça a reintegração de posse do Acamp. Ilha Verde - Encontro de Mulheres do Cerrado 147
Foto 24 - A carta escrita pelas mulheres do Acampamento Ilha Verde 148

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa de Babaçulândia-TO 36
Figura 2 - Mapa dos acampamentos e reassentamentos da UHE-Estreito (MA) 40
Figura 3 - Trajetória das Arpilleras chilenas-brasileiras. 55
Figura 4 - Cartão-postal que foi enviado com o objetivo de denunciar as violações de direitos a todas as empresas que compõem o consórcio energético 79
Figura 5 - Arpillera da saúde das populações atingidas pela UHE-Estreito 129
Figura 6 - Arpillera de dona Pedrina Carvalho, bordada no Acampamento Ilha Verde....140

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANEEL	Agência Nacional de Energia Elétrica
CESTE S. A.	Consórcio Estreito Energia Sociedade Anônima
CPT	Comissão Pastoral da Terra
DPNCM	Defensoria Pública Núcleo de Causas Minoritárias
EIA/RIMA	Estudo de Impacto Ambiental e do Respectivo Relatório de Impacto Ambiental
FIOCRUZ	Fundação Osvaldo Cruz
GEPE	Grupo de Estudos e Pesquisa Cultura Política
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MPU	Ministério Público da União
NESP	Núcleo de Saúde Popular
NEUZA	Núcleo de Pesquisa e Extensão em Saberes e Práticas Agroecológicas
CAPES	Capacitação de Aperfeiçoamento e Nível Superior
PPGCULT	Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura e Território
OBTEIA	Observatório de Teia e Saberes
PAIS	Produção Agroecológica Integrada e Sustentável
PIBIC	Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Cientifica
PNSIPCFA	Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo, da Floresta e das Águas
T.D.R	Territorialização, Desterritorialização e Reterritorialização
UFT	Universidade Federal do Tocantins
UHE-ESTREITO	Usina Hidrelétrica de Estreito
UNB	Universidade de Brasília

Sumário

INTRODUÇÃO 17

1. CORTANDO A ESTOPA: delimitando a pesquisa 27

1. 2 O Norte é o nosso Sul global: Tocantins 34

1. 3 Terra dos Babaçus: caracterizando o município de Babaçulândia 36

1.4 Mulheres em luta pelo território 43

2 BUSCANDO CORES E FIOS: tecendo a trajetória das Arpilleras 55

2.1 Entre fios e contextos: minha primeira experiência com as mulheres do Acampamento Ilha Verde e as Arpilleras 62

2.2 O alinhavar: metodologia pesquisa participante 66

2.3 Articulações para a oficina de Arpillera 72

2.4 Desmanchando-nos e dando outros: pesquisa-ação 74

3 ENTRE RETALHOS: As narrativas que se teceram das mulheres atingidas por barragens 80

3.1. Joana: "Antes da barragem nós éramos gente." 80

3. 2 Pedrina: "Desde o dia que começou a barragem, eu sou todo dia atingida." 84

3.3 Valderice: "Eu me considero duplamente atingida." 89

3.4 Cleonice: "Eu faço carvão, eu quebro coco, eu tiro azeite, tudo eu faço." 94

3. 5 Aparecida: "Quando a barragem chegou, não indenizou a *pescadera*... Não indenizou, não me reconheceu". 96

3. 6 Chirlene: "A mulher é a fonte principal. É a que sofre mais com a barragem!" 100

4. TECENDO FIOS E SABERES: A oficina de Arpillera do Acampamento Ilha Verde 104

4.1. O bolso: sociologia das ausências das mulheres atingidas por barragens 110

4.2 I Ausência: o não reconhecimento como mulher atingida 113

4.3 II Ausência: trabalho produtivo e reprodutivo 114

4.4 III Ausência: divisão desigual do trabalho 118

4.5 IV Ausência: epistemicídio das mulheres atingidas 126

4. 6 O chuliar: sociologia das emergências 135

4.6.1 Os bordados: linguagem epistemológica do Sul feminista 136

4.6.2 Onde o fio emerge: espaço seguro 144

OS ARREMATES FINAIS... 149

REFERÊNCIAS 154

INTRODUÇÃO

Enquanto cientista social, negra e feminista, apresento um caminho ou uma tentativa a fim de tecer uma concepção metodológica e epistemológica para o quadro das epistemologias feministas do Sul com ênfase nas mulheres atingidas pela Usina Hidrelétrica Estreito (UHE-Estreito), localizada na região da Amazônia brasileira em divisa com os estados de Maranhão e Tocantins.

Como recorte, escolhi estudar as mulheres do Acampamento Ilha Verde, localizado no município de Babaçulândia (TO). Ao contar minhas memórias, pretendo abrir espaços no âmbito acadêmico para as mulheres atingidas assumirem suas próprias narrativas por meio do instrumento metodológico de bordados das Arpilleras. Como diz o professor Ernani Maria Fiori (1967), exiliado no Chile devido à ditadura militar no Brasil, escrevendo sobre a obra *Pedagogia do Oprimido,* de Paulo Freire, os oprimidos precisam ser testemunhas de suas próprias histórias, isto é, biografar-se, existenciar-se e historicizar-se.

De um ponto de vista teórico, lanço mão do conceito de epistemologia do Sul, defendido por Boaventura de Sousa Santos (2011). Na concepção de um sul epistêmico e não geográfico, ao usar o termo como uma metáfora geográfica, partimos da ideia de que o mundo está dividido por uma linha imaginária denominada como abissal. A partir de um plano metafórico, ocorre uma divisão geopolítica dos saberes da linha abissal. Ela separa os mundos, e aquilo que é considerado como credível faz parte de um conhecimento hegemônico, o qual denomina como monocultura do saber e que produz a universalização e a legitimidade. Do outro lado da linha, estão os saberes das comunidades, a magia, os ritos, entre outros, ou seja, saberes que são considerados ilegítimos, ignorantes e invisíveis.

O objetivo da pesquisa foi investigar, na oficina de bordados das Arpilleras, as experiências sociais ausentes e emergentes das mulheres atingidas pela UHE-Estreito. Utilizo o termo de experiências sociais baseado no pensamento de Walter Benjamin (1994), que acredita que a todo o momento estamos produzindo experiências sociais, embora elas estejam sendo desperdiçadas a todo instante. No intuito de ir contra o desperdício de experiência social, Boaventura de Sousa Santos (2003) propõe uma Razão Cosmopolita compreendida por meio da sociologia das ausências e das emergências. Em um primeiro momento, podemos compreender as Ausências como um conjunto de não existências diante de um olhar das ciências clássicas. Como exemplo temos os saberes produzidos pelos oprimidos como mencionamos anteriormente. Mas como enxergar as ausências? Para isso, carecemos da

sociologia das emergências. Esse conceito é baseado nas reflexões de Ernst Bloch (1995), nas quais o “ainda não” e o “não” são dois conceitos negligenciados pela filosofia ocidental. Para Bloch (1995), o “não” não é um termo de negação, pelo contrário, quer dizer “sim a algo diferente”; e o “ainda não” é capacidade de potências e possibilidades (SANTOS, 2003, p. 751). Portanto, o autor conclui que é por meio da sociologia das emergências que as expectativas são legitimadas, dando as possibilidades de capacidades concretas, apontando assim novos caminhos da emaciação social (SANTOS, 2003, p. 754). Diante disso, as emergências são a visualização dessas experiências, apontadas como possibilidades futuras de existências. À vista disso, temos como desafio identificar as ausências e emergências das mulheres atingidas por barragens mediante as oficinas de Arpilleras.

Para essa pesquisa, acho necessário trazer algumas questões iniciais: a) como cheguei até aqui? b) por que estudar as mulheres atingidas por barragens e as oficinas de Arpilleras? Os meus primeiros passos para essa longa caminhada com a população atingida iniciaram-se em 2014, quando fui convidada pelo Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) para compor uma pesquisa da Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo, da Floresta e das Águas (PNSIPCFA). Ainda antes disso, durante a graduação em Ciências Sociais, eu participava de um Grupo de Estudos e Pesquisa Cultura Política (GEPE), em que a principal linha de pesquisa do grupo era Movimentos Sociais, Questões Agrárias e Educação do Campo, coordenado pela professora Rejane Medeiros, Doutora em Sociologia Rural. O GEPE me possibilitou vivenciar uma breve experiência com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no Tocantins. Logo em seguida, por meio da minha bolsa de pesquisa no Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica (PIBIC), continuei na mesma linha de estudos e tive mais contato com as atividades do MST no Estado do Tocantins. A pesquisa PIBIC foi base do meu trabalho de conclusão de curso de graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Tocantins (UFT), que abordou o tema de práticas educativas gestadas na luta dos Sem Terra. Essas experiências durante a pesquisa realizada com o MST me possibilitaram compreender o contexto político da região e como os movimentos sociais se organizavam e resistiam às ameaças de expulsão dos seus territórios, a luta pela terra e a destruição da biodiversidade.

A pesquisa da PNSIPCFA para a qual eu fui convidada era vinculada à Universidade Federal de Brasília (UnB), à Fundação Osvaldo Cruz (FIOCRUZ), ao Núcleo de Saúde Popular (NESP), ao Observatório de Teia e Saberes (OBTEIA) e a diversos movimentos sociais. A principal metodologia adotada de pesquisa era a participante, com o objetivo de desconstruir a relação hierárquica entre sujeito-objeto, buscando o conjunto de sujeitos

envolvidos na pesquisa, tornando os mesmos, produtores de conhecimentos. Deste modo, fui a pesquisadora acadêmica, pois tinha vínculo com a UFT, em parceria com a pesquisadora popular e militante do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) Maria da Ilha, que foi uma figura importante na luta contra a UHE-Estreito, construída em 2010.

Por meio da pesquisa PNSIPCFA, tive meu primeiro contato com as pessoas do Ilha Verde no dia 19 de setembro de 2014, quando fui convidada pelo MAB-TO para participar do *Encontro Estadual de Mulheres Atingidas da Bacia Araguaia/Tocantins*. Foi um momento muito especial por ser a minha primeira visita de campo no município de Babaçulândia (TO), como também a minha primeira experiência com famílias atingidas por barragens. Nesta atividade, estavam reunidas as atingidas pela UHE-Estreito. As mulheres ali presentes vinham dos municípios de Estreito (MA), Aguiarnópolis (TO), Filadélfia (TO), Itaguatins (TO) e do Acampamento Ilha Verde em Babaçulândia (TO), onde ocorreu a atividade. O tema do encontro foram as violações dos direitos das mulheres atingidas, e o objetivo foi dialogar sobre essas violações de direitos, partindo de um contexto histórico em que as mulheres sofrem a opressão de gênero, marcado por um modelo de sociedade patriarcal, modelo que é evidenciado pelas hierarquizações e a dominação e a exploração do capitalismo, colonialismo, patriarcado e racismo.

No encontro, a técnica da Arpillera foi apresentada pelas militantes do MAB-TO às mulheres presentes, que, em seguida, coletivamente, bordaram uma Arpillera contendo os seus testemunhos. Narraram o não reconhecimento como atingidas, principalmente no âmbito do trabalho, que não é valorizado e nem ao menos considerado como produtivo. Os trabalhos reprodutivos das mulheres não são considerados como trabalhos para o consórcio, apesar de muitas trabalharem nas vazantes, na pesca artesanal, nas roças, no extrativismo, principalmente na quebra do coco babaçu. Segundo Maria Aparecida Silva (2013), estes trabalhos não são considerados como trabalhos produtivos, são considerados como “ajuda” para os homens. A historiadora marxista-feminista Silvia Federici (2017) acredita que o trabalho doméstico não remunerado é o principal pilar do capitalismo, pois esses trabalhos ausentes, como limpar a casa, cuidar dos filhos, cozinhar, cuidar do quintal, entre outros, são realizados gratuitamente pelas mulheres, que são a força de trabalho para o sistema capitalista. Os trabalhos femininos não pagos servem para aumentar a produtividade dos trabalhadores homens. Podemos compreender que, no contexto das mulheres atingidas, o não reconhecimento do seu trabalho gera muitos transtornos, causando dificuldade no processo de indenização, devido ao fato de a empresa não identificar seu trabalho como produtivo.

Pude observar que, por meio da Arpillera, era possível que as subjetividades das mulheres fossem visualizadas diante da peça pronta, ou seja, as emergências surgiam e, através dos bordados, era possível perceber os saberes das mulheres atingidas.

Para a realização desta pesquisa, fiz o levantamento dos trabalhos acadêmicos já realizados cujo tema fosse as Arpilleras amazônicas e pude observar que havia alguns trabalhos que analisavam a Arpillera enquanto imagem. A monografia de Fernanda Pontes (2018), formada em História pela Universidade Federal da Fronteira do Sul (UFFS), descreve o contexto histórico e as contradições do setor elétrico brasileiro, as contribuições do MAB, como a participação das mulheres, principalmente com a visibilidade da ferramenta das Arpilleras, abordando como uma expressão artística de denúncia na luta das atingidas. O trabalho de Ralyanara Freire (2017), que faz um pequeno recorte de sua pesquisa de doutorado em Antropologia Social pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), compreende a Arpillera como uma linguagem que expressa as denúncias de exploração de violência sexual e a perda socioambiental provocada pela construção da UHE de Belo Monte (PA) e, deste modo, reflete sobre o cotidiano de vida das mulheres em Altamira (PA) por meio de perspectiva de gênero.

O artigo de Jessica Portugal (2017), mestranda no Programa de Pós-Graduação em Linguagens e Saberes na Amazônia pela Universidade Federal do Pará (UFPA), faz um recorte das narrativas das mulheres da UHE de Belo Monte (PA) e analisa a peça da Arpillera, entendendo-a como uma imagem etnográfica, destacando a Arpillera como uma estratégia de linguagem e comunicação. Temos o artigo de Marina Ertzogue, doutora em História Social, e Monise Busquets (2018), doutora em Ciências do Ambiente pela Universidade Federal do Tocantins (UFT), publicado na revista colombiana *Tabula Rasa*, em que as autoras discutem sobre as Arpilleras amazônicas a partir das atingidas pela UHE de Belo Monte (PA), analisando a linguagem da peça por meio do método da etnografia. A pesquisadora Monise Busquets (2019) aprofunda o tema a partir de sua tese de doutorado intitulada *Tecendo a luta: memória, violência e violação dos direitos humanos em Arpilleras bordadas por mulheres por mulheres atingidas pela UHE-Belo Monte*, a pesquisadora reflete sobre os processos da luta das mulheres atingidas em prol de seus direitos violados pelo modelo energético brasileiro. Diante disso, analisa a peça da Arpillera por meio dos bordados e os testemunhos de mulheres atingidas que trazem consigo as violências corporais. Tomamos essa pesquisa como principal referência para a realização deste trabalho. Assim como Busquets (2019), esta pesquisa também parte de uma concepção de uma epistemologia do Sul. Esses trabalhos anteriores foram importantes para refletir sobre as emergências das

mulheres atingidas. O levantamento bibliográfico dos trabalhos que pesquisam as Arpilleras amazônicas mostrou que, no Estado do Tocantins, as produções acadêmicas sobre as Arpilleras ainda são tímidas, o que também justifica a realização deste trabalho. Os trabalhos centram-se na discussão das Arpilleras bordadas pelo coletivo de mulheres do MAB de Altamira-PA, referentes à UHE de Belo Monte. Como contribuição para o quadro de estudos envolvendo Arpilleras Amazônicas, trago nesta pesquisa as Arpilleras bordadas no norte do Tocantins.

O MAB-Tocantins atua desde 2002 na luta por direitos das populações amazônicas e formou-se a partir de experiências com as lutas contra a Usina Hidrelétrica de Luís Eduardo Magalhães, conhecida como UHE-Lajeado, no período de construção de 1998-2002, localizada no município de Lajeado (TO), bem como a Usina Hidrelétrica de Peixe Angical, que iniciou suas operações em 2006, localizada no município de Peixe (TO), a Usina Hidrelétrica de São Salvador, com construção em 2004-2009, localizada no município de São Salvador (TO) e Paranã (TO), e por fim a Usina Hidrelétrica de Estreito (MA). Tendo como objetivo denunciar as atrocidades, expondo as violações de direitos das populações atingidas e atuando em 17 estados brasileiros, ele está organizado por coordenações nacionais, estaduais e regionais. Deste modo, surge o MAB na bacia do rio Tocantins-Araguaia.

O MAB possui um Coletivo de Mulheres no Tocantins desde 2013. Ele trabalha com a metodologia de multiplicadores de saberes, baseado na perspectiva de educação popular freiriana de aprender a ensinar e ensinar a aprender. Deste modo, as militantes do Estado do Tocantins, com mulheres de diversos estados brasileiros, participaram da capacitação em São Paulo, onde aprenderam a técnica e a metodologia das oficinas de Arpilleras, baseada em uma percepção de uma educação popular, para, em seguida, se tornarem agentes multiplicadores. Nas oficinas, ao mesmo tempo que se ensina a técnica para as mulheres atingidas, existem momentos para que as narrativas de vida sejam relatadas.

Inicialmente eu não participei das primeiras oficinas de Arpillera do MAB Nacional, pois até então eu não atuava no movimento, não tive nenhuma formação especifica sobre as Arpilleras, embora, após a finalização PNSIPCFA, tenha participado de formações políticas com militantes do MAB-Tocantins e Nacional, começando a contribuir mais ativamente nos anos seguintes. Com isso, vieram outros trabalhos com o MAB-TO, como o projeto *Protegendo as Atingidas por barragens do Zika Vírus*, em 2016, no qual as oficinas tinham como objetivo discutir a saúde das populações atingidas pela UHE-Estreito. Eu estava na equipe como assessoria da coordenação estadual para desenvolver, em conjunto, oficinas de cuidados das populações atingidas contra o aedes aegypti, zika vírus e de Arpilleras. O

projeto obteve a duração de três meses. Ao longo desses meses, foram realizadas as oficinas de Arpilleras com mulheres em seis municípios que foram atingidos direta ou indiretamente pela UHE-Estreito: as mulheres da colônia de pescadores de município de Barra do Ouro (TO); no município de Filadélfia (TO), o trabalho ocorreu na colônia de pescadores, no Acampamento Iúmas, no Acampamento Dom Bosco e no Acampamento Barra do Grotão; no município de Babaçulândia (TO). Fizemos oficinas com a colônia de pescadores, no Acampamento Ilha Verde e, por fim, no município de Araguaína (TO), realizamos oficinas no reassentamento Mirindiba. No município de Estreito (MA), com as mulheres da colônia de pescadores, o Acampamento Coragem e o Assentamento Brejo da Ilha. E por fim, com mulheres da colônia de pescadores de Itaguatins (TO) e no município de Ribamar Fiquene (MA).

No total, foram feitas mais de 15 Arpilleras pelas mãos das mulheres atingidas, e algumas delas foram expostas durante todo o mês de outubro de 2016 no Centro Cultural SESC Boulevard, em Belém (PA). Ali eu tive a oportunidade de fazer parte da equipe de militantes do MAB que estavam junto com a curadoria da exposição. Essas Arpilleras fazem parte do acervo de Arpilleras Amazônicas em domínio do MAB Nacional.

Diante dessas experiências iniciais com as Arpilleras, pude perceber, por meio das narrativas de lutas e sofrimentos das mulheres, que, como diz Marília Franco, “são narrativas de uma guerra de perdas e não de conquistas. De territórios expropriados, de sonhos, famílias e vidas dispersadas em nome de um ‘progresso de muitos’ sobre as perdas de alguns” (2015, p. 5). As mulheres atingidas por barragens expressam as dores, os sofrimentos e o avanço dos empreendimentos energéticos em seus territórios. Essa imagem de tristeza é subvertida aqui nesta pesquisa como uma linguagem da epistemologia do Sul das Arpilleras, na qual conseguimos ver a “boniteza” das coisas, termo usado por Freire (2015) em sua obra *Pedagogia da Autonomia,* em que conta sobre “aprender a ensinar e a ensinar a aprender”, relatos dos educadores populares nos processos de aprendizagem. Neste segmento, eu, como uma das facilitadoras da realização da oficina de bordados das Arpilleras, caminho no processo de “quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender” (FREIRE, 2015, p. 25). Assim, aprender e ensinar faz parte de um mesmo procedimento. Freire (2015) diz mais, que devemos viver a autenticidade exigida pela prática de ensinar-aprender, pois toda experiência é política, ideológica, pedagógica e ética. Ele acredita que não devemos perder a estética das experiências e assim devemos notar “a boniteza” das coisas, além de “achar-se de mãos dadas com a decência e com a seriedade” (FREIRE, 2015, p. 26).

Essas experiências adquiridas durante o processo de oficinas de Arpilleras me deram o estímulo para amadurecer a pesquisa com as mulheres atingidas do Acampamento Ilha Verde.

Utilizo como uma das minhas fontes materiais empíricas, ou seja, minhas próprias observações durante as oficinas de Arpilleras. Por intermédio das oficinas, trago as experiências como uma prática de saberes das mulheres. Proponho, primeiramente, refletir sobre o planejamento e as ações de envolvimento a partir de uma metodologia de pesquisa participante e pesquisa-ação, movida por perspectivas da educação popular freiriana, muito embora pudesse observar que, ao realizarmos as oficinas de Arpilleras, conseguimos seguir algumas rotinas corriqueiras, porém cada oficina tinha sua especificidade, pois dependiam muito da própria dinâmica do grupo de mulheres atingidas, pois o tempo não é algo linear, fixo ou estável, o tempo é flexível, feito pelas próprias mulheres atingidas, mas basicamente seguíamos com os mesmos procedimentos para realizar as ações das oficinas.

De um ponto de vista temporal, a coleta de dados e a oficina de Arpillera foram realizadas de 07 de março a 17 de agosto de 2019. A pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética da Plataforma Brasil, e o projeto foi aprovado com Certificado de Apresentação de Apreciação Ética (CAAE), 20060619.70000.5519.

A pesquisa traz uma abordagem qualitativa, que, segundo Minayo (1994), é recorte da realidade que identificará as subjetividades dos sujeitos pesquisados. Deste modo, a metodologia da pesquisa, de caráter participante, exigiu muitas idas a campo, como também fui além da oficina de Arpillera, que se destaca como a metodologia mais relevante desta pesquisa. Busquei produzir dados por meio dos trabalhos de campo, utilizando a técnica das entrevistas semiestruturadas, através de perguntas previamente formuladas, em que as mulheres respondiam livremente. Durante a pesquisa, entrevistei um número de 10 mulheres, embora, durante a oficina de Arpillera das mulheres do Acampamento Ilha Verde, tenham se destacado as narrativas de seis (06) mulheres, devido ao fato de elas serem representadas em forma de personagem na narrativa da Arpillera.

Desta maneira, utilizo as seis (06) entrevistas dessas mulheres nesta pesquisa, como também menciono, além da oficina com as mulheres do Acampamento Ilha Verde, outras duas oficinas que fizemos no ano de 2019 juntamente com as mulheres atingidas do Reassentamento Mirindiba em Araguaína (TO) e Acampamento Dom Bosco em Filadélfia (TO). Como material de análise das Arpillera, utilizo o catálogo das *Arpilleras: bordando a resistência*, realizado em parceria com a Fundação do Memorial América Latina, que contém as narrativas de duas Arpilleras atingidas pela UHE-Estreito, bordadas em 2014, no Encontro

de Mulheres do MAB. Como mencionei anteriormente, foi o meu primeiro contato com as mulheres atingidas, e, por esse motivo, busco analisar e refletir sobre as problematizações dessas mulheres bordadas nesta Arpillera (2014), pois as histórias dessas mulheres se entrelaçam com as personagens principais (mulheres do Acampamento Ilha Verde) desta narrativa que irei contar mais adiante.

Nessa sequência, utilizo os títulos e subtítulos dos capítulos por uma estética da linguagem do bordado e da costura para explicar as práticas de saberes das mulheres atingidas em teoria e prática.

Para contar a narrativa das mulheres, precisamos que elas mesmas contem sobre elas. Deste modo, faço a mediação das entrevistas com algumas contribuições de contextos em que elas estão imersas, mas é por meio das oficinas de Arpilleras que busco compreender o problema do meu trabalho, em que investigo na oficina das Arpilleras as ausências e as emergências.

Portanto, um dos primeiros momentos da oficina é o corte na estopa, que se trata de um pano rústico que é usado como base para o bordado da Arpillera. O título *Cortando a estopa* significa que o corte são os nossos limites analíticos, como tema, objetivos, metodologia, território e levantamentos bibliográficos de autores que estudaram a UHE-Estreito. O principal objetivo deste capítulo é pensar em uma construção da epistemologia feminista do Sul das mulheres atingidas por barragens por meio das nossas categorias analíticas: capitalismo, colonialismo, patriarcado e racismo. Por fim, para compor o nosso corte nos limites, trago o cenário em que as mulheres estão imersas na luta pela terra no processo de ocupação do Ilha Verde, em sua maioria protagonizado pelas mulheres atingidas por barragens.

O título do segundo capítulo, *Buscando cores e fios,* foi escolhido por fazer parte da oficina de Arpilleras, em que precisamos escolher primeiramente as cores e os fios que combinem com a narrativa que será expressa. A costura da Arpillera é feita à mão, utilizando linhas e agulhas. São inseridos à peça retalhos de algodão para fazerem os personagens e o cenário, e, em alguns casos, os retalhos usados para fazer os personagens não são costurados, apenas unidos por pontos ou amarrações diversas. Depois de prontos, são acrescentados junto à peça para dar uma percepção tridimensional ao trabalho; muitas vezes são adicionados fios de lãs e barbantes de diferentes espessuras e texturas, feitos com a técnica de crochê, que são aplicados nas laterais da Arpillera. Diante disso, o objetivo deste capítulo é trazer as reflexões da pesquisa participante, esclarecendo o porquê de conduzir uma pesquisa participante expondo os desafios da pesquisadora, a importância de fazer uma pesquisa participante com

as mulheres atingidas, e, mediante isso, contribuir com reflexões para se pensar em ciência emancipatória. Em tal caso, também trago o desdobramento da pesquisa-ação, que foi fundamental para a construção desta pesquisa. Em vista disso, relato sobre as articulações para a oficina de Arpillera, trago discussão das Arpilleras, como elas ocuparam o espaço de ferramenta política dentro MAB. Trago a trajetória do Chile ao Brasil, como também demarco a minha primeira experiência com Arpillera, que foi um passo importante para aprofundar esta pesquisa.

No terceiro capítulo, *Entre retalhos*, os retalhos significam as narrativas das mulheres. Em alguns casos, os retalhos foram trazidos pelas próprias mulheres. Os retalhos trazem consigo uma carga emocional em um pedacinho de tecido, que foi o vestido da filha que cresceu e deixou de usar, ou um tecido que lembra a roupa de alguém que será representado na Arpillera. No chile, os retalhos usados eram de roupas de mortos ou desaparecidos durante o período da ditadura militar (1973-1990). Nesse sentido, os retalhos irão compor as nossas seis personagens e suas narrativas, envolvidas em compreensão das estruturas de opressão como o capitalismo-patriarcado-colonialismo-racismo.

O quarto capítulo é *Tecendo fios e saberes*: “Tecer, bordar, criar cor e movimento com agulha e linha tem sido, através da história, meio de expressão para as mulheres, são escrituras de um mundo silenciado, que por não poder dizer, bordam” (BUSQUETS, 2019, p.31). O objetivo é o relato da experiência da oficina de Arpillera, e, neste caso, trata de uma introdução para resolver a problemática da nossa pesquisa. No próximo tópico, retomo o conceito de sociologia das ausências, e, para isso o intitulo como *O bolso,* lugar onde guardamos algo de valor e que não queremos perder. As Arpilleras vêm de um contexto da ditadura chilena, como mencionei anteriormente, tendo consigo muitos segredos a serem guardados devido à censura do governo de Augusto Pinochet, embora tenha sido pelas Arpilleras que os crimes e as violações de direitos eram expostos por mensagens que estavam no próprio bordado. O segredo das mulheres atingidas é guardado na carta construída coletivamente, segredo esse que é traduzido pelo bordado, pois as violações e o silenciamento das mulheres, expresso na Arpillera é subvertida ao expor os problemas sociais das mulheres atingidas. Diante disso, identifico as ausências das mulheres atingidas. Como alternativa de ocupar as ausências, reflito sobre a ecologia de saberes das mulheres. Neste trabalho, busquei identificar as experiências ausentes das mulheres atingidas no intuito de visualizar a ecologia de saberes. Para isso será preciso romper com algumas imposições de realidades da ciência moderna, como a do tempo linear, caracterizado por uma concepção ocidental de racionalidade do tempo, em que o presente é contraído e o futuro é expandido. Segundo

Santos (2003), para enxergar as ausências é preciso da razão cosmopolita, que tem como objetivo fazer o contrário: ela irá expandir o presente e contrair o futuro e desta maneira criará um espaço-tempo para conhecer e valorizar as experiências sociais, assim evitando o desperdício de experiência.

Utilizo o termo *O chuliar* para referir as emergências. O termo trata de um acabamento para que os fios não fiquem soltos e corram o risco de desfiar. E, por fim, a peça está pronta. Identifico as emergências das mulheres por meio dos bordados, lembrando que o termo é usado para remeter à arte dos "bordados", compreendida como o conjunto de técnicas e materiais envolvendo as artes têxteis.

Por fim, utilizo o *Arremate Final*: um dos nossos principais objetivos é traduzir os saberes, mediante os conceitos de sociologia das ausências e sociologia das emergências, em uma perspectiva de epistemologia feminista do Sul, assunto este que irei discorrer na construção desta pesquisa. Por este ângulo, podemos compreender que a Arpillera é uma linguagem epistemológica do Sul, mediante à qual é possível emergir as realidades das mulheres atingidas que vivem em seus territórios.

1. CORTANDO A ESTOPA: delimitando a pesquisa

Como ponto de partida, faço algumas reflexões, encontrando alguns desafios a serem superados e outros a serem construídos ao longo do caminho. Por que estudar as mulheres atingidas por barragens na Amazônia? As mulheres historicamente foram excluídas das pesquisas acadêmicas, foram negadas suas autoridades epistêmicas, assunto este que abordarei mais adiante. A historiadora Temes Parente (2007), em seu artigo sobre *Gênero e memória de mulheres desterritorializadas*, faz uma crítica sobre os estudos de impactos ambientais de grandes empreendimentos, especialmente os hidrelétricos. Esses estudos são apoiados por diferentes campos do conhecimento, embora as discussões envolvendo a questão de gênero de mulheres atingidas tenham sido ausentes em diferentes etapas das obras, como planejamento, implementação, construção e pós-barragens. Nessa perspectiva, o primeiro desafio desta pesquisa é refletir sobre a monocultura do saber hierárquico produzido pela academia, discutindo sobre a questão de gênero, problematizando o porquê de as mulheres atingidas por barragens na Amazônia não serem consideradas como sujeitos epistêmicos das pesquisas, levando em conta as escassas pesquisas acadêmicas envolvendo barragens e mulheres.

Como proposta para esse rompimento, pretendo discutir a metodologia das Arpilleras, compreendendo as epistemes, mediante os saberes emergentes das mulheres atingidas, utilizando como instrumento de análise as epistemologias da sociologia das ausências e das emergências, defendidas por Boaventura de Sousa Santos. Esses debates abrem leques de discussão sobre o recorte de gênero na categoria mulheres. A pesquisa tem como pretensão a construção de uma epistemologia feminista do Sul, sob uma perspectiva de mulheres atingidas por barragens na Amazônia.

Segundo a filósofa mexicana Norma Graf (2010, p.22), são negadas às mulheres suas autoridades epistêmicas. As produções teóricas reproduzidas até os dias atuais, principalmente nas ciências humanas, fazem parte de um olhar masculino de pesquisa, em que suas produções teóricas dos fenômenos sociais invisibilizam as atividades realizadas pelas mulheres, reproduzindo as relações desiguais de poder de gênero e só reforçando essas hierarquias.

A principal questão levantada por Graf (2010, p. 25) é sobre os métodos que são usados pela ciência moderna para realizar as pesquisas. Em sua maioria, as pesquisas

acadêmicas são vistas por uma lente masculina (branca, hétero e ocidental). Por esse ângulo, ela faz uma crítica à neutralidade da ciência. Segundo ela, quando se faz uma pesquisa, é o pesquisador ou a pesquisadora, ele ou ela, que cria os conhecimentos e assim assume a necessidade de usar métodos científicos. Como garantir que seus valores pessoais e culturais não afetem o modo como veem a pesquisa? O processo ocorre, e o que não é percebido por esses agentes masculinos é que o pesquisador está norteado por pré-noções e preconceitos, e isso afeta todas as etapas da pesquisa.

> A epistemologia feminista questiona a objetividade como uma meta de pesquisa, assim como as relações que se estabelecem com as pessoas que são as pesquisadas e os pesquisadores; critica a utilização da objetividade como uma medida de controle patriarcal, de desapego emocional com a suposição de que existe um mundo social que pode ser observado externamente na consciência das pessoas. [1] (GRAF, 2010, p. 26, tradução da autora)

Nessa sequência, a pesquisa deve ser encarada como um processo coletivo de saberes, em forma de experiências compartilhadas com os sujeitos da pesquisa. Precisamos refletir sobre como a pesquisa nos afeta. Como afeta as mulheres. Por este ângulo, o intuito desta pesquisa é utilizar a metodologia da pesquisa participante segundo o antropólogo brasileiro Carlos Brandão (1981): "Pesquisadores-e-pesquisados são sujeitos de um mesmo trabalho comum, ainda que com situações e tarefas diferentes" (1981, p.11). A pesquisa deve ser construída coletivamente, compreendendo o sujeito-sujeito e não como sujeito-objeto. A pesquisa contou com algumas técnicas da pesquisa-ação, que é bastante usada na América Latina e tem ligações com uma visão emancipatória, aplicada especificamente em projetos de educação popular ou de comunidade social. Como ressalta Michel Thiollent (1999), a "pesquisa-ação consiste em visualizar estratégias, táticas de decisões e dos atos efetivos" (THIOLLENT, 1999, p. 84).

O segundo desafio desta pesquisa com as mulheres atingidas pela UHE-Estreito é refletir sobre a epistemologia do Sul, muito embora seja uma visão epistemológica de um Sul geográfico, que divide o mundo por uma linha imaginária, denominada como abissal, que separa o norte e o sul. Compreendendo esse sul global como colonial, quando mencionamos o termo colonialismo, estamos nos remetendo não só a países que passaram pelo processo de

---

[1] La epistemologia feminista cuestiona la posibilidad y el deseo de la objetividad como una meta de la investigación, aí como la relación que se establece entre la persona que conoce y lo que se conoce, entre la persona que investiga y la que es investigada: critica la ulitización de la objetividad como médio patriarcal de control, el desapego emocional y la suposición de que hay um mundo social que puede ser observado de manera externa a la conciencia de las personas.)

colonização, como foi o caso do Brasil, mas também estamos nos remetendo à ciência hegemônica como colonialista. Como pontua Santos (2011, p. 81), o colonialismo consiste no estado de ignorância, que é o inverso do estado de saber, que consiste na solidariedade. Diante disso, o colonialismo sempre conceberá o sujeito como o *outro*, identificando-o como um objeto. A proposta desta pesquisa é enxergar o "outro" como sujeito epistêmico da pesquisa.

No Norte, temos a ciência (clássica) moderna, tornando as experiências do mundo credíveis, e, nesse seguimento, os saberes são universalizados, separando o que é cultura da natureza e a ciência do senso comum. Em consequência, temos os saberes hegemônicos, que reproduzem nossas ciências, principalmente os campos das ciências humanas e sociais.

Do outro lado dessa linha, temos o ilegítimo, o ignorado, o não existente, aqui sendo compreendido como ausência, identificado como o sul global, onde encontramos os marginalizados, os invisibilizados e os oprimidos. Juntamente com a destruição do sujeito epistemológico, temos a destruição de seus saberes. De acordo com Santos (2013), essa ação colonizadora, como o epistemicídio, destrói saberes mediante a racionalização do mundo e a reprodução de uma estrutura capitalista, colonialista e patriarcal. Adicionarei a essa tríade o racismo, que foi pensado a partir de reflexões da própria pesquisa. O sociólogo porto-riquenho Ramón Grosfoguel (2016, p. 25) faz uma análise sobre as estruturas epistêmicas da modernidade, relacionando o racismo-sexismo nas estruturas das universidades, que privilegiam os conhecimentos de homens brancos, héteros e ocidentais, de cinco países (França, Alemanha, Inglaterra, Itália e Estados Unidos). O autor compreende que esses territórios foram responsáveis pela construção do pensamento ocidental, principalmente nas disciplinas de ciências humanas e sociais. A crítica de Grosfoguel (2016) é sobre o monopólio do conhecimento, que limita o pensamento ocidental por meio da unilateralidade e se define como pensamento superior ao do resto do mundo, reproduzindo uma verdade absoluta, que rege os modelos de estruturas racistas e patriarcais até os dias de hoje na ciência moderna. Portanto, racismo-capitalismo-colonialismo-patriarcado estão imbricados, são indissociáveis.

Este estudo parte da compreensão de que esses conceitos estão imbricados em um mesmo sistema de opressão. Diante disso, utilizo o termo patriarcado a partir da compreensão da brasileira e socióloga Heleieth Saffioti (2015), que define que o conceito de patriarcado é o mesmo do racismo e do capitalismo, fazendo parte do mesmo processo de dominação-exploração dos homens para com as mulheres, não havendo essa possibilidade de separação

de análises fazendo parte do mesmo novelo. De acordo com Saffioti (2015, p.113), compreendemos que as relações patriarcais passam em todas as esferas da sociedade, como na discriminação salarial das trabalhadoras, na marginalização de importantes papéis econômicos e políticos-deliberativos, como também no controle da sua sexualidade e, por conseguinte, de sua capacidade reprodutiva, seja para induzir as mulheres a ter grande número de filhos, seja para convencê-las a controlar a quantidade de nascimentos e o espaço e tempo entre os filhos. Portanto, a autora quer nos dizer que as estruturas do patriarcado não estão em espaços privados, como a casa, e, embora a ideologia patriarcal perpasse, elas são reproduzidas nas estruturas da sociedade e de geração para geração. Quando Saffioti afirma que "as relações patriarcais, suas hierarquias, sua estrutura de poder contaminam toda a sociedade, o direito patriarcal perpassa não apenas a sociedade civil, mas impregna também o Estado (2015, p.135), podemos entender que essas decisões estão em mãos masculinas e, diante disso, as dominações estão imbricadas nos conceitos de patriarcado-racismo-capitalismo. A partir de uma reflexão de Silvia Federici, faz uma análise pela ótica feminina de acumulação primitiva, encontrando fenômenos que estavam ausentes na obra de Marx, entre eles a divisão sexual do trabalho; a construção de uma nova ordem patriarcal; a mecanização do corpo da mulher, transformando-a em uma reprodutora de trabalhadores "na mesma medida em que o corpo feminino foi apropriado pelo Estado e pelos homens, forçado a funcionar como um meio para a reprodução e a acumulação de trabalho" (FEDERICI, 2017, p.34). Portanto, a compreensão é de que as mulheres foram o principal terreno de exploração do capital por meio de seus corpos e mentes.

Necessitamos, antes de tudo, fazer um exercício intelectual, simples ou muitas vezes complexo, embora só careçamos seguir três orientações para compreendermos a epistemologia do Sul, como sugere Boaventura de Sousa Santos (2013, p.16). Primeiro, precisamos aprender que existe o Sul. O segundo passo necessário é aprender a ir ao Sul e, por fim, aprender a partir do Sul e com o Sul. Para, além disso, precisamos re-existir no Sul. Nessa lógica, a pesquisa tem como incumbência o de ir para além dessa linha, àquilo que a ciência ignora: os saberes das mulheres atingidas por barragens. Aqueles saberes locais passados de geração para geração, que estão sendo destruídos pelo modelo capitalista, precisam tornar-se emergentes.

Teresa Cunha (2015), em sua obra *Women in Power Women: Outras economias criadas e lideradas por mulheres no Sul Não Imperial*, elabora um estudo sobre mulheres feministas pós-coloniais, por meio do conceito de epistemologia do Sul, de Boaventura de

Sousa Santos, que buscam alternativas econômicas com o objetivo de subverter relações sociais sexistas. A autora compreende o Sul Não Imperial através de uma epistemologia feminista do Sul.

Nessa perspectiva, temos o desafio desta pesquisa: tecer uma epistemologia feminista do Sul das mulheres atingidas por barragens, levando em conta suas experiências, com o objetivo de compreender as ausências e emergências das mulheres atingidas na oficina das Arpilleras e na construção de seus saberes.

Cunha (2015) faz uma crítica ao capitalismo, demonstrando como se destrói a vida das mulheres, numa nova fase do capitalismo global, que é caracterizado como "crise", no seu ver, e que se trata de um ajuste estrutural do capitalismo, que serve somente para reforçar as suas velhas ordens colonialistas e patriarcais. Segundo Cunha (2015), trata-se da redução do horizonte possível das pessoas e comunidades humanas à realidade que importa aos interesses de alguns através da desapropriação de muitos (2015, p. 18).

Nesse sentido, podemos observar que o capitalismo sempre está em crise, pois suas estruturas estão velhas em sua "nova" onda conservadora, que se apropria dos corpos das mulheres, explora os recursos naturais e energéticos, explora as terras para monocultivos, destrói a biodiversidade e realiza especulações imobiliárias, aprofundando, assim, as desigualdades sociais.

1.1 Tecendo uma epistemologia feminista do Sul das mulheres atingidas por barragens

Como coloquei inicialmente, o terceiro desafio desta pesquisa também é o de construir reflexões de uma epistemologia feminista do Sul a partir da perspectiva das mulheres atingidas por barragens. Para fazer isso, farei uma abordagem interdisciplinar, incluindo diferentes olhares das ciências humanas, como sociologia, filosofia, história, entre outros, como também reflexões de teóricas e teóricos de diversos territórios, preferencialmente teóricas do Sul global, pensando no território geográfico como uma posição política. Proponho isso como um desafio para contribuir com o debate das referências de leituras de mulheres latino-americanas, principalmente as brasileiras. E por que eu trago isso como desafio? É importante problematizar essa questão, pois, no Brasil, ainda não são muito acessíveis as leituras e os estudos feministas de mulheres latino-americanas. A filósofa

argentina Femenías (2007) afirma que as mulheres latino-americanas têm uma posição de dupla subalternidade, ou seja, a localização geográfica e a condição de ser mulher, aliadas à consciência de sermos “as outras” nos discursos hegemônicos ocidental e colonial.

Como pesquisadora acadêmica, encontrei e encontro diversas dificuldades para acessar esses conteúdos. Isso demonstra que as universidades brasileiras ainda reproduzem uma epistemologia hegemônica, que exclui as epistemologias feministas, principalmente aquelas que são situadas em um Sul global geográfico. De acordo com a brasileira Catarina Oliveira, “a produção do conhecimento ocupa em territórios ditos hegemônicos, onde o ocidente e especialmente a Europa sobressaem em detrimento daqueles territórios colonizados, ditos do Sul global, países da América Latina” (2016, p. 123).

Este trabalho não tem o intuito de negar o valor epistêmico de teóricas do Norte, como as leituras de mulheres norte-americanas ou europeias; pelo contrário, as contribuições de mulheres e homens do Norte que se propuseram a pensar um Sul global serão referenciadas. É importante ressaltar que, nesta construção de uma epistemologia feminista do Sul, também temos como base o conceito de uma ecologia de saberes, “toda ignorância é ignorante de um saber e todo saber é a superação de uma ignorância particular.” (SANTOS, 2003, p. 747). É necessário reconhece a pluralidade de conhecimentos.

Em torno das epistemologias feministas, existem muitos debates e teorias, como muitas autoras, que pontuam a existência de feminismos plurais. Em decorrência desses debates, surge uma diversidade de categorias analíticas em torno do recorte de gênero, e muitas autoras vêm contribuindo neste debate aos longos dos anos.

Segundo a norte-americana Sandra Harding (1986), é possível aprender a aceitar a instabilidade das categorias analíticas das teorias feministas, apontando que existem alguns desafios. Para ela a vida social, que é o objeto de estudo, está em transformações constantes. Deste modo, a crítica é de que a teoria feminista nunca será um paradigma perfeito, pois são categorias analíticas que passam por diversas modificações ao longo do tempo, então a instabilidade gera a reflexão, que é um recurso para o pensamento prático. Como a autora afirma, “as categorias analíticas feministas devem ser instáveis – teorias coerentes e consistentes em um mundo instável e incoerente são obstáculos tanto ao conhecimento quanto às práticas sociais” (HARDING, 1986, p.11).

De acordo com Harding (1986), precisamos aprender a encarar as próprias instabilidades das categorias analíticas na teoria feminista, e encarar essa questão como um

recurso válido para poder compreender que não podemos resolver dilemas nos termos que têm sido colocados. Nesse sentido, a autora traz contribuições interessantes para se pensarem os limites propostos pelas próprias teorias feministas, entre elas as epistemologias empiristas, as marxistas, as críticas, as psicanalíticas, entre outras. Por outro lado, aponta as possibilidades de se usarem elementos de discursos para tornar visíveis debates da vida das mulheres. Neste seguimento, a proposta de uma epistemologia feminista do Sul também tem seus limites, e delimitamos ao pensar as categorias de análises, como o capitalismo, o colonialismo, o patriarcado e o racismo.

Nossas categorias partem de um Sul global, e, como pontuamos anteriormente, definimos então como exploração-dominação das mulheres o capitalismo, o colonialismo, o patriarcalismo e o racismo, que são categorias que não se dissociam uma da outra na vida das mulheres atingidas por barragens. Utilizarei duas abordagens: para discutir a questão de trabalho, a partir das leituras das feministas marxistas; para discutir a questão de exploração da natureza e dominação das mulheres, a partir das contribuições das teorias ecofeministas. Deste modo, utilizarei o conceito de ecofeminismos no plural, pois existem várias correntes e diferentes feminismos para compreender a lógica das relações de dominação das mulheres e da natureza. Segundo a filósofa brasileira e ecofeminista Daniela Rosendo (2017, p. 21), o ecofeminismo é uma perspectiva feminista em conjunto com as teorias ambientais, que tem o objetivo de agregar ambas e superar o sistema de opressão caracterizado pela relação de subordinação às quais as mulheres e a natureza se encontram em relação patriarcais. Diante disso, compreendemos que exploração-dominação são indissociáveis. Utilizo em especial as ecofeministas Marie Mies (2016) e Vandana Shiva (2003) para discutir capitalismo e patriarcado nos corpos e nas mentes das mulheres.

Em contexto colonialista sobre os corpos e as mentes das mulheres, afirma Cunha: “O colonialismo, que na sua forma política, na sua forma epistêmica, continua a agir como se os corpos das mulheres, tal como a terra e os continentes, continuam a ser espaços subjetivos vazios que podem ser alienados, ocupados e explorados” (2015, p. 19). À vista disso, as mulheres atingidas com quem eu realizei a pesquisa são parte dessa estrutura do capitalismo, colonialista, patriarcal e racista, em que se exploram as mulheres e seus corpos, principalmente tratando seus trabalhos produtivos e reprodutivos diante do sistema capitalista, que entende que não gera lucro ao capital. Desse modo, o Norte do Tocantins é nosso Sul global.

1. 2 O Norte é o nosso Sul global: Tocantins

Do outro lado da linha abissal, temos o Sul geográfico. Lembrando que partimos de uma visão metafórica e epistêmica e iremos compreender esse Sul, visto na epistemologia do Norte, como saberes ilegítimos e ignorados. Em nosso caso, o Sul epistêmico corresponde ao norte geográfico do Estado do Tocantins. Por muito tempo, esse Estado era o norte esquecido do Estado de Goiás: "O norte estava associado ao atraso, ao sertão, às matas e às populações que ocupavam, e ainda ocupam a região, entre estas estão os sertanejos, os negros e os indígenas" (SILVA, 2015, p.12). Com a separação do Sul e do norte, ocorre a criação do Estado do Tocantins em 5 de outubro de 1988, sendo classificado como Amazônia Legal. Portanto, a população que ocupava o antigo norte goiano, agora Tocantins, era a síntese do atraso a ser superado (SILVA, 2015).

De acordo com Nunes (2015), com a influência da rodovia Belém-Brasília (BR 153), mais precisamente ente o final da década de 1950 e a de 1960, houve grandes impactos para o antigo Norte goiano devido ao aumento populacional, à modernização das cidades (AQUINO, 2011). Em consequência, ocorria uma nova dinâmica econômica, como o transporte de matéria-prima do norte para o sul do País. De acordo com Aquino (2011), após a separação entre o sul e o norte, ocorre o processo da construção da mais nova capital planejada, Palmas. O Estado, assim, se preparava para um processo de urbanização e modernização, com um fluxo migratório não só para a mais nova capital brasileira, como também para as outras cidades próximas à rodovia, como Gurupi, Araguaína, Paraíso do Tocantins, Colinas do Tocantins e Guaraí (AQUINO, 2011). O autor afirma que são inegáveis os impactos de modernização e urbanização no antigo Norte goiano devido à influência das rodovias, embora ressalte que esses processos ocorreram de forma desequilibrada, principalmente para aquelas cidades ribeirinhas. Antes desse processo, elas já eram isoladas e ficaram ainda mais devido ao fato de o rio perder suas funções como a dinâmica da vida local ribeirinha, o transporte de mercadorias e de pessoas. Podemos relacionar esses acontecimentos com o caso de Babaçulândia (TO), uma cidade ribeirinha que dependia do fluxo do rio para desenvolver sua economia local e que, com o processo da criação da rodovia BR 153, foi ficando cada dia mais isolada, com a situação se agravando após outros projetos de infraestrutura, tais como a UHE-Estreito, que atingiu o município em 2010.

Segundo Ramos; Silva; Lucena (2020), o discurso do desenvolvimento está atrelado ao “mito da modernidade”, que reproduz um modelo de sociedade capitalista, colonial, patriarcal e racista. Essa narrativa é defendida por uma ideologia dominante, segundo a qual sociedades “atrasadas” precisam ser superadas, gerando uma falsa ideia de que grandes obras de infraestrutura, como as usinas hidrelétricas, movimentam a economia local, e as populações são beneficiadas, discurso esse vendido e reproduzido pelas empresas. Como disse a indígena Sônia Guajajara em uma palestra no [2]Congresso Latino-Americano de Ecologia Política, em que estive como participante, a palavra “desenvolvimento” é a junção do prefixo “des”, que significa negação, ausência ou oposição a algo, com “envolvimento”, ou seja, desenvolvimento é o contrário de envolvimento, assim como desordem significa falta de ordem, sendo desigual uma negação de igual. Essa autora faz uma crítica ao modelo de desenvolvimento que não envolve as pessoas; pelo contrário, destrói a natureza, seus territórios e suas territorialidades.

De acordo com Porto Gonçalvez (2001), a definição de território não significa somente um direito de propriedade ou um espaço que delimita fronteiras. Precisamos ir para além dessa visão eurocêntrica: os territórios estão vinculados aos sujeitos que os instituem e assim formam suas relações sociais. (PORTO- GONÇALVEZ, 2001, p.19) Já as territorialidades são as relações sociais. Como afirma Marcos Aurelio Saquet (2015), não há territórios sem uma trama de relações sociais. Estas, por sua vez, correspondem às territorialidades efetivadas historicamente. Nas tramas (transescalares), há interação entre a terra e o território e entre o território e a terra (SAQUET, 2015, p. 76).

Esse discurso de mito da modernização é sustentado por uma epistemologia do Norte, é uma face do capitalismo, e o que ocorre de fato é a destruição das alternativas locais (SHIVA, 2003), ocorrendo a exclusão do Sul global, principalmente dos sujeitos denominados como atrasados, entre eles as mulheres extrativistas, quebradeiras de coco, pescadoras, agricultoras, barraqueiras e vazanteiras. Portanto, ao excluir as alternativas, também exclui sujeitos e seus saberes, também se tratando de um epistemicídio (SANTOS, 2018). Shiva afirma que “o espaço do saber local definha até desaparecer” (2003, p. 42). Esse contexto de exclusão de saberes e de expulsão do território encontra as sujeitas dessa pesquisa.

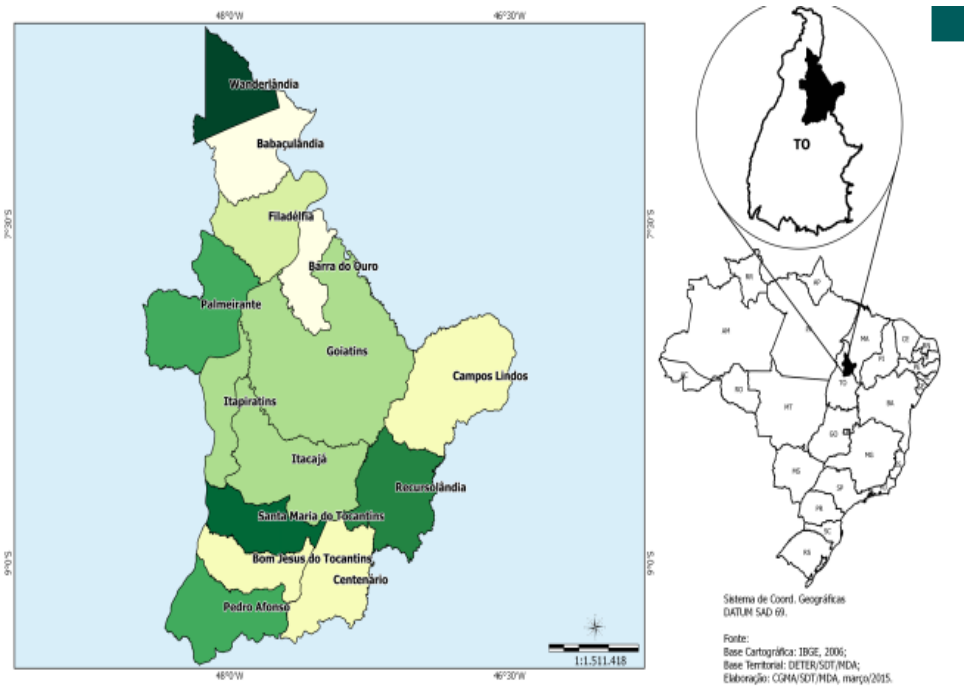
[2] O debate sobre desenvolvimento e as populações das florestas foi realizado pela Sônia Guajajara na mesa de abertura do Congresso Latino-Americano de Ecologia Política, realizado em Salvador (BA), em 2019.

1. 3 Terra dos Babaçus: caracterizando o município de Babaçulândia.

Trarei um breve histórico do município de Babaçulândia, compreendido aqui como o nosso Sul global. O município situa-se na grande região norte do Estado do Tocantins, distante 450 km da Capital, Palmas. Faz divisa ao sul com o município de Filadélfia (TO), ao norte com Wanderlândia (TO), a oeste com Araguaína (TO), a noroeste com Darcinópolis (TO) e a leste com o rio Tocantins (devido à barragem o curso do rio foi desviado em 2010), fazendo divisa com o Estado do Maranhão, precisamente com o município de Carolina.

O mapa da figura 1 mostra a região nordeste do Estado do Tocantins composto por 14 municípios, entre eles Babaçulândia, Barra do Ouro, Bom Jesus do Tocantins, Campos Lindos, Centenário, Filadélfia, Goiatins, Itacajá, Itapiratins, Palmeirante, Pedro Afonso, Recursolândia, Santa Maria do Tocantins e Wanderlândia (MDA, 2015), do qual o município de Babaçulândia é oficialmente considerado como território rural do nordeste do Estado.

Figura 1 - Mapa de Babaçulândia-TO



Fonte: IBGE, 2006 e MDA, 2015

O município de Babaçulândia, que antes era conhecido como a *Nova Aurora do Coco*, devido à abundância de coco babaçu, foi apelidado de *Coco*. Fundado em 1926, com

a divisão administrativa em 1933, passa a ser povoado de Boa Vista, atual Tocantinópolis, mas, com a lei estadual nº 741, de 23 de junho de 1953, o distrito foi elevado à categoria de município, cuja instalação se efetivou em 1º de janeiro de 1954, municipalizando-se e recebendo o nome de Babaçulândia, que significa *Terra do Babaçu*. De acordo com o relatório da SEPLAN (2008), a vegetação é de cerrado, prevalecendo um clima estacional. Durante os meses de junho a novembro o clima é seco e nos meses de dezembro a maio o clima é chuvoso.

Babaçulândia é um dos 12 municípios atingidos pela Usina Hidrelétrica de Estreito (MA) em 2010. Entre eles temos dois municípios maranhenses, Carolina e Estreito, e 10 municípios tocantinenses: Babaçulândia, Aguiarnópolis, Palmeiras do Tocantins, Darcinópolis, Filadélfia, Palmeirante, Barra do Ouro, Goiatins, Itupiratins e Tupiratins.

Antes da barragem, o modo de vida das populações que foram atingidas era conduzido pelo ciclo da natureza. Nos meses chuvosos eram identificadas as cheias do rio Tocantins, ocorrendo o processo de vazão, ou seja, quando o rio enche, as áreas próximas são alagadas e são depositados sedimentos naturais do próprio rio. Os sedimentos servem para adubar a terra, ocorrendo o plantio das vazantes, onde eram plantados arroz, feijão, milho, melancia, entre outros. Nesta vegetação era comum encontrar a floresta de babaçuais (ainda hoje, embora os babaçus estejam mais escassos e outros submersos no lago). Como destaca Sieben (2012), a palmeira de babaçu teve um significado extrativista e econômico para Babaçulândia. Nesta pesquisa reafirmamos que os babaçus e as atividades de vazanteiras eram fonte de renda para muitas mulheres aqui participantes.

De acordo com o último Censo (2010), a população de Babaçulândia corresponde a 10.424 pessoas, estimando 10.664 para 2019. Podemos compreender que o "crescimento" de Babaçulândia foi decorrente da soma de empreendimentos regionais, como o processo da construção da rodovia GO 388 (atual TO 222), dando acesso à BR 153 (Belém-Brasília), que é a responsável pelo processo de escoamento de grãos (milho e soja) e que dá acessibilidade a outras rodovias, tais como a BR 226 e a BR 010, que também são responsáveis pelo escoamento de grãos, madeiras, minérios e produtos derivados do petróleo. Para atender à demanda de produtos, optam pelo sistema intermodal de transporte, que são as hidrovias, como Tocantins-Araguaia, Ferrovia Norte-Sul e Carajás (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2006).

Segundo Souza e Silva (2014, p. 21), o plano de desenvolvimento regional brasileiro é o sistema intermodal, que utiliza vários transportes modais (rodovias, ferrovias, hidrovias),

e aproveita cada um deles para o benefício da escoação de produtos, proporcionando um serviço integrado.

O segundo elemento responsável pelo crescimento populacional do município é a Ferrovia Norte-Sul, que passa pelo Acampamento Ilha Verde. Segundo o Sieben (2012), a ferrovia foi responsável pela dinâmica populacional e econômica do município. A ferrovia foi projetada com a intenção de integrar o Brasil, interligando o norte e o nordeste ao sul e ao sudeste, passando pelo centro-oeste.

Outro aumento populacional no município ocorreu em 2010, com a construção da UHE-Estreito, desviando o curso do rio para a formação do reservatório da usina. "Houve o aumento de imigrantes, embora nem todos fossem trabalhadores. Houve relatos de criminalidades e gravidez na adolescência." (SIEBEN, 2012, p.30). Sobre o aumento populacional, também ressalta Rocha (2016) que, com a chegada de homens para trabalhar nas obras civis da UHE-Estreito, foi identificado o aumento da prostituição e das doenças sexualmente transmissíveis. É importante destacar que o aumento da criminalidade e exploração de mulheres não foi recorrente somente em Babaçulândia, mas também em outros municípios atingidos. De acordo com Silva Júnior e Petit (2014, p.8), o inchaço populacional das cidades atingidas foi acarretado por diversas dificuldades dos atingidos de reconstruírem suas vidas, como, por exemplo, os reassentamentos eram locais com condições diferentes das antigas moradias, com problemas de escassez de água e terras degradadas.

Como afirmamos antes, concordando com a afirmação de Ramos; Silva; Lucena (2019), o discurso da construção da usina hidrelétrica no Brasil é a materialização da ideologia do desenvolvimento, está ligado ao imaginário de desenvolver sociedades "atrasadas". Esses projetos significam a exploração da natureza para a obtenção de lucro e domínio do território, com a expulsão das comunidades tradicionais.

De acordo com o Relatório de Impacto Ambiental realizado pela empresa particular CNEC, contratada pelo CESTE, em 2001, o município de Babaçulândia teve 14% do seu território inundado, com desvio do curso do rio para o enchimento do lago da UHE-Estreito, procedimento este que trouxe muitos problemas para a população de Babaçulândia. O rio Tocantins tornou-se um grande lago, as ilhas-praias que se formavam na estiagem do rio desapareceram, como é o caso da *Praia do Coco*, fonte de renda para barqueiros(as) e barraqueiros(as) durante o período de estiagem. No bairro de *Palmatuba*, os moradores se beneficiavam da extração de argila para a produção de tijolos, telhas e cerâmicas, uma importante atividade econômica para os moradores locais (SIEBEN, 2012). Além de praias, ilhas e bairros, também foi inundada uma parte da cidade, como destaca Pitombeira e Sieben

(2018): o centro do município de Babaçulândia, o porto de descarga e recarga de transportes fluviais, conhecido como Rampa, e o porto das Mangueiras. Houve outros problemas ocasionados pela UHE- Estreito. Como destaca Rocha (2016), com o êxodo rural, diferentemente das famílias da Ilha de São José, muitas famílias não foram indenizadas e foram expulsas de seus territórios. Houve acréscimo dos valores de aluguéis das casas na área urbana do município, como também dos valores de aquisição de terra, e o aumento de animais peçonhentos, como pernilongos, muriçocas, entre outros, devido ao desmatamento e ao enchimento do lago, gerou um forte desequilíbrio ambiental.

Outros locais foram inundados, como é o caso da Ilha de São José, onde viviam, há mais de 50 anos, 74 famílias, para as quais o rio era a principal fonte de produção e complementação da agricultura de subsistência, como as roças de vazante, a criação de gado bovino e a pesca. O historiador Cícero Pereira Silva Júnior (2014), que estudou o impacto da UHE-Estreito na Ilha de São José nos anos de 2007 a 2008 e depois os moradores dos reassentamentos de 2013-2014, destaca a memória dos moradores da Ilha de São José, os quais, além das produções nas vazantes, exerciam outra atividade, que era a dos barqueiros, responsáveis pelo transporte até as cidades vizinhas, como Babaçulândia, Filadélfia e Estreito. Silva Junior (2014) destaca que, no período do enchimento do reservatório, os barqueiros foram os primeiros atingidos devido ao fato de a empresa CESTE bloquear o acesso à cidade de Estreito (MA).

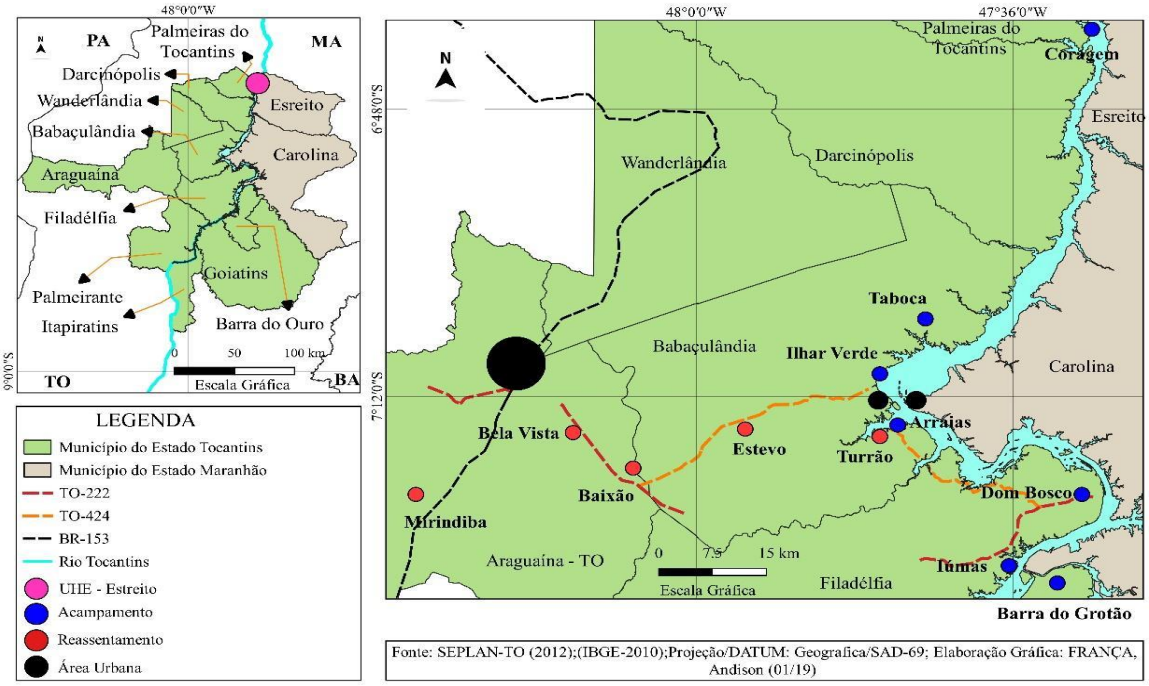
O processo de realocação das famílias pelo CESTE foi por meio da redistribuição em 4 (quatro) [3]reassentamentos e 1 (um) [4]auto-reassentamento. Podemos observar, no mapa da figura 2, a localização das famílias que foram realocadas em três reassentamentos localizados na área rural do município de Babaçulândia.

---

[3] É um deslocamento físico, econômico temporário ou permanente. De acordo com a Constituição Federal da República Federativa do Brasil de 1988, Art. 5º, IV, a lei estabelecerá o procedimento para a desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante justa e prévia indenização em dinheiro, ressalvados os casos previstos nesta Constituição.

[4] É uma alternativa de remanejamento, a indenização ocorre mediante uma carta de crédito, com valor estipulado pela empresa.

Figura 2 - Mapa dos acampamentos e reassentamentos da UHE-Estreito (MA)



Fonte: SEPLAN-TO (2012); (IBGE-2010); Projeção/DATUM: Geográfica/SAD-69.

Os pontos vermelhos no mapa da figura 2 indicam os reassentamentos de Baixão, que se situa a 10 km do município de Babaçulândia, com 27 famílias, entre elas 26 ex-moradores da Ilha de São José. Essas famílias foram reassentadas pelo CESTE após a barragem. Existem vários problemas relatados pelos próprios moradores, como a água de má qualidade, identificada nos três reassentamentos, em que a população precisa ser abastecida via carro-pipa, disponibilizado pela empresa CESTE, que tem uma concessão de uso de 30 anos, ou seja, são os serviços prestados pelo CESTE aos reassentados. Vale ressaltar que, após o fim da concessão, também vai finalizar os serviços prestados às populações atingidas, que, apesar de estarem reassentadas, estão ausentes os direitos humanos básicos, como o acesso ao sistema de saúde, pois não há posto de saúde, escolas, ou transporte coletivo. Além disso, as famílias encontram vários obstáculos para produzir nas terras, que antes eram uma antiga fazenda degradada pelo uso de pasto para o gado.

O Reassentamento de Santo Estevo localiza-se a 15 km do município de Babaçulândia e nele residem 27 famílias, somente uma da Ilha de São José. Essas famílias possuem problemas com a água e a terra para a produção. O reassentamento Bela Vista fica a 15 km do município de Babaçulândia e nele residem 20 famílias, entre elas nove ex-moradores da Ilha de São José. Possui problemas com a água e a terra para o plantio. No

Reassentamento Mirindiba, que está localizado a 20 km do município de Araguaína, residem 18 famílias de ex-moradores da Ilha de São José. Estas famílias possuem poços artesianos, água encanada e energia elétrica, e as habitações foram construídas pelo CESTE S. A. O grande desafio dessas famílias de ribeirinhos é reconstruir suas vidas em novos territórios sem a influência do rio, além de terem que plantar em terras já degradadas pelo pasto.

O auto-reassentamento localizado no município de Palmeiras do Tocantins, distante 119 km de Babaçulândia, embora não esteja localizado no mapa acima, é composto por 15 famílias atingidas da Ilha de São José. Essas famílias receberam uma carta de crédito como forma de indenização e construíram suas habitações. Como ressalta Silva Júnior e Petit (2014), o processo de deslocamento das famílias foi permeado por negociações, conflitos com a empresa e com os próprios moradores da Ilha de São José. Pode se considerar que, devido aos conflitos, essas famílias foram redistribuídas em várias localidades denominadas como reassentamentos.

Destacarei os acampamentos que surgiram no processo de luta contra a UHE-Estreito. Podemos observar no mapa que os acampamentos estão identificados por meio dos pontos azuis, e, entre eles, três estão localizados em Babaçulândia, como é caso do Ilha Verde, localizado a aproximadamente 10 km do município de Babaçulândia, ocupado em 2012, onde vivem 35 famílias. O Acampamento Arraia situa-se a 30 km do município de Babaçulândia, ocupando uma pequena área no assentamento Barra do Arraia. Uma parte do assentamento foi atingida, muitas famílias não foram indenizadas. Nesse sentido, houve uma ocupação em meados de 2013, e ali vivem dez moradores, que sobrevivem da pesca e da agricultura de subsistência. A estrada para esse acampamento é de difícil acesso, e os moradores utilizam as voadeiras para realizar o trajeto do município ao acampamento.

Em Turrão, que se situa a 25 km do município de Babaçulândia, 20 famílias foram assentadas em meados de 2002. Com a construção da barragem, uma parte do assentamento foi atingido, e o CESTE S. A. indenizou apenas as famílias que tiveram suas áreas alagadas, sendo que a outra metade não foi indenizada. Embora tenha havido muitos impactos indiretos, principalmente para as famílias que viviam da pesca e moravam na beira do rio, que se autodenominam como beradeiros, muitas não foram indenizadas.

As famílias atingidas resolveram lutar pelos seus direitos junto ao MAB no período da construção da UHE-Estreito. Não recebendo resposta do CESTE, muitas delas resolveram ocupar áreas que não foram alagadas, como foi o caso do Acampamento Dom Bosco, em Filadélfia (TO), ocupado no final de 2012 por barraqueiros, pescadores, agricultores e vazanteiros de Filadélfia que não foram indenizados pelo CESTE.

Barra do Grotão[5] foi ocupado em 2014 pelos ribeirinhos e pescadores, entre outras populações atingidas, recebendo o processo de reintegração de posse no final de 2018. O Acampamento Iúmas também está localizado em Filadélfia. Por fim, mas não menos importante, temos o Acampamento Coragem, localizado em Palmeiras do Tocantins, na divisa do município de Estreito (MA) e do município de Palmeiras do Tocantins (TO): a ocupação ocorreu em outubro de 2015 pelo mesmo processo da luta pelo reconhecimento de população atingida.

Para as populações que ocupavam esses territórios há muito tempo, com atividades em pequenas lavouras, vazantes, pesca, entre outros, o rio e a terra tornam-se um ponto de disputa, causando conflitos territoriais. Podemos compreender que as águas do rio Tocantins são fonte de vida para as mulheres. Elas aproveitam a riqueza da biodiversidade para desenvolver suas atividades, como o cultivo nas vazantes, o extrativismo, a pesca artesanal, etc. O ciclo do rio também é protagonista de espetáculos naturais, como a formação de ilhas no período da estiagem, onde as mulheres montavam barracas na praia, gerando renda durante o período da seca. Desta maneira, as águas do rio Tocantins têm uma forte ligação com o modo de vida das mulheres, fazendo parte de suas territorialidades.

De acordo com Porto-Gonçalves (2012, p.242), a dominação da natureza, a degradação ambiental e o esgotamento dos recursos naturais fazem emergir múltiplos sujeitos, ou seja, novos territórios e novas territorialidades.

Os múltiplos sujeitos surgem por meio de processos que os geógrafos denominam TDR, ou seja, Territorialização, Desterritorialização e Reterritorialização. De acordo com Saquet (2015, p. 79), territorialização constitui-se por diferentes temporalidades e territorialidades multidimensionais, plurais e estão em unidade. Quanto a desterritorialização e reterritorialização, “é um processo constante e concomitante de desterritorialização e reterritorialização que gera sempre novas territorialidades e novos territórios que contêm traços característicos dos velhos territórios e territorialidades” (SAQUET, 2015, p.78). Partindo desse pensamento, podemos compreender que TDR são processos de mobilidade dos indivíduos, a partir dos quais surgem novos territórios e novas territorialidades.

Rogério Haesbaert (2006) faz uma discussão em sua obra *O Mito da desterritorialização*, em que reflete sobre a seguinte questão: com o processo de

[5]Foi ocupado em 2014 pelos ribeirinhos, pescadores, entre outras populações atingidas, e recebeu o processo de reintegração de posse no final de 2018.

desterritorialização, é o fim dos territórios? O autor conclui que a desterritorialização é o movimento pelo qual se abandona o território. No caso das mulheres atingidas, elas foram expulsas. De acordo com o autor, no primeiro movimento, os agenciamentos se desterritorializam e, no segundo, eles se reterritorializam como novos agenciamentos (2006, p.127). Haesbaert entende que é um movimento indissociável entre desterritorialização e reterritorialização.

Diante do exposto, compreendo que esses processos são complementares: podemos, assim, associar a desterritorialização com expulsão da população atingida de seus territórios devido à implementação da UHE-Estreito. Entendemos que os acampamentos trata-se de um processo de reterritorialização, ou seja, são os novos territórios, entendidos aqui neste trabalho como emergência das populações atingidas por barragem. Embora não possamos considerar os acampados como reterritorializados, estão em processo de luta pelo território. Compreendo que os acampamentos surgem como uma forma de resistência diante de uma lógica global hegemônica, o "mito da modernidade", que destrói os territórios e as territorialidades destas mulheres aqui analisadas.

1.4 Mulheres em luta pelo território

O processo de ocupação dos acampamentos foi marcado por um árduo processo de resistência das populações atingidas. Destacamos o Acampamento Ilha Verde, que foi marcado pelo protagonismo feminino. "As mulheres dependem do acesso a recursos naturais comuns mais do que os homens, são mais prejudicadas por sua privatização e estão mais engajadas em defendê-los" (FEDERICI, 2019, p.385). Nesse contexto, Silvia Federici, em sua obra *Calibã e a Bruxa*, faz uma relação entre a caça às bruxas e os conflitos da época, como os cercamentos ingleses[6], o início do tráfico de escravos e as leis que desfavoreciam os mais pobres. Esses acontecimentos se conectam com o fim do feudalismo e o início do capitalismo. Por meio dessa transição, foi declarada uma "guerra contra as mulheres; foi uma tentativa coordenada de degradá-las, de demonizá-las e de destruir o seu poder social"

[6]Foi um fenômeno inglês pelo qual a classe proletária de terras e os membros abastados da classe camponesa cercaram terras comunais, colocando um fim aos direitos consuetudinários e desalojando a população de agricultores e colonos que delas dependiam para sobreviver. (Ver FEDERICI, 2019, p.48).

(FEDERICI, 2017, p. 334). O cercamento também gerou muitas revoltas, como as revoltas urbanas e rurais contra a privatização da terra, e esse processo gerou várias expulsões de terras.

Em contexto brasileiro, temos outros cercamentos, como aqueles provocados pelos empreendimentos energéticos. Como destaca o Movimento dos Atingidos por Barragens (2010), nos últimos 40 anos, mais de 1 milhão de brasileiros foram expulsos de seus territórios pela construção de mais de 2.000 barragens em todo o Brasil. Segundo a última estimativa da Comissão Mundial de Barragens, realizada no ano de 2000, 70% dessa população não teriam recebido nenhuma forma de indenização, como é o caso das mulheres atingidas pela UHE-Estreito.

Nos cercamentos europeus, as mulheres também eram mais atingidas por direitos consuetudinários, que as deixavam sem ter de onde tirar o sustento, ainda mais se fossem viúvas ou não tivessem filhos e filhas com capacidade ou disposição para ajudá-las (FEDERICI, 2019, p.50). Como aponta o relatório da Comissão de Direitos Humanos, "as mulheres são as principais vítimas de empobrecimento e marginalização na construção das barragens" (CDDPH, 2010, p. 20).

Com os cercamentos explodiram várias revoltas na Europa, e as mulheres estavam à frente das lutas, pois dependiam do acesso a recursos naturais comuns, por exemplo, na França (entre 1593-1595), contra o preço do pão, e outras revoltas iniciadas e dirigidas pelas mulheres, como Montpellier, em que tentavam proteger seus filhos da fome, período este em que houve mais acusações e perseguições contra as mulheres. Foge do arcabouço teórico deste trabalho se aprofundar sobre as concepções do conceito de comuns, mas Federici (2019) aborda um pouco sobre o conceito, que é importante destacar:

> os zapatistas tomaram o zócolo, en San Cristóbal de las Casas, em 31 de dezembro de 1993, para protestar contra a dissolução do sistema ejidal no México, o conceito de 'comuns' ganhou popularidade na esquerda radical, internacionalmente e nos Estados Unidos, colocando-se como um ponto de encontro para anarquistas, marxistas, socialistas, ecologistas e ecofeministas. (FEDERICI, 2019, p.380).

Por esse ponto de vista, Federici (2019) compreende que os comuns seriam uma construção de uma economia comunal não capitalista, com o uso da terra para formas de agricultura de subsistência ou até mesmo para economia solidária, que permitiria a não dependência do trabalho assalariado e a subordinação às formas de relações capitalistas. Com

o processo de privatização desses recursos comuns, vêm as lutas, muitas delas protagonizadas pelas mulheres, como, por exemplo, na América Latina, África e Ásia.

> No Peru, quando os conquistadores espanhóis tomaram o controle de povoados locais, as mulheres escaparam para as altas montanhas da região onde recriaram suas formas coletivas de vida que sobrevivem até hoje... na África elas produzem 80% da comida consumida, mesmo com as tentativas do banco mundial e de outras agências de convencê-las a mudar suas atividades culturais de rendimento. Nos anos de 1990, em muitas cidades africanas, diante do aumento dos preços dos alimentos, elas se apropriaram de espaços em terras públicas e plantaram milho, feijão, mandioca... Na Índia, nas Filipinas, e pela América Latina, as mulheres estavam replantando árvores em florestas desmatadas, perseguindo madeireiros, fazendo bloqueios contra operações de mineração e construção de barragens, além de liderarem a revolta contra a privatização da água (FEDERICI, 2019, p.387-386).

O pesquisador uruguaio Raúl Zibechi (2015) faz um estudo sobre os movimentos sociais latino-americanos e relata a luta dos comuns, como a terra, pela população chilena. O autor cita o exemplo do caso da ocupação de La *Victoria* em 1957, em Santiago, no Chile. Essa ocupação tornou-se referência em processo de ação social que iria se repetir durante as décadas seguintes até os dias atuais, em vários países latino-americanos em que as mulheres exercem um papel importante, difundindo-se para outros movimentos.

> Para o terreno escolhido, de aproximadamente 55 hectares, confluíram colunas oriundas de várias comunidades, até juntar, na manhã do dia 30, cerca de 1.200 famílias. O ‘acampamento’ resistiu à ação policial para desalojá-los, e as famílias começaram a construir o assentamento. Desde o primeiro momento, os moradores definiram por si mesmos as regras que iriam seguir, o que provocou um enfrentamento com os técnicos do Estado. A construção do assentamento, que batizaram de La Victoria, foi um enorme exercício de auto-organização dos moradores. (ZIBECHI, 2015, p. 41).

Em relação às ocupações, elas são popularizadas em toda a América Latina. Como bem disse Zibechi (2015), são orientadas pelo mesmo viés de ocupação, como o exemplo do La Victoria. Aqui no Brasil, podemos destacar o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), considerado um dos maiores movimentos da América Latina. Em relação à ocupação de terras, vários outros movimentos vêm lutando pelo território, como, por exemplo, a ocupação do Ilha Verde.

Aqui eu trago relatos sobre a ocupação do Acampamento Ilha Verde. Segundo a liderança do acampamento, Valderice Pereira da Silva (2019), o nome foi dado por ela. “Quando eu cheguei aqui no território, era tudo muito verde; eu olhava assim e via muita palmeira de coco babaçu verdinha, por isso pensei no nome ‘Verde’, e Ilha porque é tipo uma homenagem à Ilha de São José; lá era lindo, assim como o Ilha Verde.” (PEREIRA DA

SILVA, 2019). Pude analisar que ela também faz uma comparação física entre a Ilha de São José e o Ilha Verde: “Na Ilha de São José, existia um babaçual grande, abundância de água e terras férteis; tudo que plantava dava igual no Ilha Verde” (PEREIRA DA SILVA, 2019). É válido destacar que a Ilha Verde é uma península, pois seu território não é totalmente cercado por água, existindo duas estradas que dão acesso ao acampamento, paralelas à ferrovia norte-sul.

As mulheres do Ilha Verde se denominam no local como acampadas. A nossa participante Chirlene Alves dos Santos assim define acampamento: “Pelo que eu entendo, assentamento é uma coisa que está regularizada e acampamento estamos lutando ainda para ser assentados. Nós estamos acampados, não temos a terra a ainda” (ALVES DOS SANTOS, 2019).

Bernardo Mançano Fernandes (2000) concorda com a lógica de Alves dos Santos (2019). Segundo ele, acampamento é como espaços e tempos de transição na luta pela terra (2000, p. 76). Portanto, o acampamento não é só o ato de ocupar uma terra, a ocupação tem um viés político. De acordo com Fernandes (2000), o ato de ocupar é um processo de luta, como também ter o acesso à terra. Nesse sentido, a ocupação é compreendida como um processo educativo e político na luta e resistência no território. De acordo com o cientista político James Scott (2002), são vários tipos de resistência, como públicas e disfarçadas, infrapolíticas. Dito isso, entende que a resistência se constitui através de práticas cotidianas, são atos contra o sistema de dominação, como o esforço de questionar as reivindicações materiais e simbólicas dos seus opressores. Como questionar a dominação hegemônica? Como diz Freire (2014), é preciso reflexão e prática, o que resulta na práxis. As famílias do Acampamento Ilha Verde passaram por um processo educativo de formação junto ao Movimento dos Atingidos por Barragens e outros movimentos, como o MST e a Comissão Pastoral da Terra (CPT). Diante disso, as mulheres aprendem a se organizar, a reivindicar e começam a se perceber no mundo.

De acordo com o historiador chileno Gabriel Salazar (2002), as mulheres dos setores populares aprenderam a se organizar antes de 1950, em assembleias, greves, cortiços, ocupações de terras, grupos de saúde, e acabaram desenvolvendo um “certo tipo de poder popular” (SALAZAR, 2002, p. 251).

O processo educativo junto ao movimento foi importante para que as mulheres se reorganizassem nas novas realidades de mulheres atingidas por barragens. De acordo com Zibechi (2015), a participação das mulheres foi fundamental para a construção dos novos

territórios. “Serão elas que irão dar, anos mais tarde, um novo rumo a todo o continente.” (ZIBECHI, 2015, p. 44).

A ocupação do Ilha Verde ocorreu pelo lago formado pela UHE-Estreito, na madrugada do dia 18 de fevereiro de 2012. Mulheres e homens, levaram em suas voadeiras[7] as suas ferramentas de trabalho e de luta (enxada, foice, pá, facão entre outros), trabalharam coletivamente durante toda a madrugada na construção de um galpão, revestido com lonas e palhas de babaçu, e, ao amanhecer, as famílias oficializaram a ocupação do Ilha Verde.

A organização das famílias no Acampamento Ilha Verde foi feita por etapas. No primeiro momento, moravam todos juntos em um grande acampamento devido às experiências que tiveram em anos anteriores com os acampamentos nos municípios de Estreito (MA) e Luzinópolis (TO).

Foto 1 - As famílias do Ilha Verde em reunião

Fonte: Chirlene Alves dos Santos, 2018.

Ressalto que as experiências anteriores nos outros acampamentos foram importantes para a organização do Acampamento Ilha Verde. A primeira experiência foi em meados de 2009. Organizados pelo MAB e outros movimentos locais, ficaram acampados no município de Estreito, em um curto período, aproximadamente de três a cinco meses. Em uma segunda experiência, houve um esforço de resistir por mais tempo, durando quase um (01) ano.

[7] Pequena embarcação a motor.

Ocupado em 16 de julho de 2009, com mais de 400 atingidos e atingidas (esse número variava no decorrer dos meses para mais ou para menos), entre eles (as) ribeirinhas(os), indígenas, meeiras(os), posseiras(os), agregadas(os), agricultoras(es), pescadoras(es), barraqueiras(os), barqueiros(as), entre outros, ficaram acampados em frente ao canteiro de obras da UHE-Estreito, resistindo à construção da barragem. Esse acampamento foi finalizado com a Marcha de Araguaína (TO) a Estreito (MA), realizada em 23 de agosto de 2010, com 10 dias de caminhada, percorrendo 120 km. Participaram dessa marcha mulheres e homens atingidos(as), com a parceria de movimentos sociais, além do MAB, MST, CPT, Movimentos Indígenas, Movimentos de Direitos Humanos, Movimentos de Mulheres, entre outros.

O terceiro acampamento ocorreu após o último acampamento de Estreito, no início de 2011. Localizava-se às margens da BR 230, Transamazônica), no município de Luzinópolis (TO). Os militantes do MAB juntaram-se aos militantes do MST e por alguns meses ficaram acampados nesse local. A liderança Valderice Pereira da Silva, militante do MAB, refletiu durante esses meses que as estratégias do MST em ocupar áreas improdutivas se diferenciavam das estratégias do MAB: eles precisavam ser vistos pelo CESTE S. A. para o reconhecimento de população atingida pela UHE-Estreito. “Nós somos um povo atingido pela barragem! Não somos ‘Sem Terra’! Temos que ficar é na beira do rio e não na beira da estrada, aqui está longe, ninguém vai enxergar nós.” (PEREIRA DA SILVA, 2019).

Nesse contexto, surgiu a ideia de ocupar novos territórios que fizessem parte dos seus modos de vida, ou seja, de suas territorialidades. Os atingidos(as) têm uma forte relação com a terra e o rio. A proposta era ocupar áreas que possibilitassem reconstruir suas novas territorialidades, pós-barragem. É importante ressaltar que a decisão de ocupar foi para além da organização do MAB, mas depois foi acatada pela coordenação estadual.

Diante da reflexão de Pereira da Silva (2019), podemos observar um processo de conscientização (FREIRE, 2014), ao perceber-se no mundo e ao identificar a si e aos outros companheiros como populações atingidas por barragem e não “povo Sem Terra”. Diante disso, compreenderam que precisavam de novos territórios para caminhar na luta. De acordo com Freire (2014, p. 99), à medida que os sujeitos refletem sobre si e sobre o mundo, vão aumentando o campo de suas percepções da realidade, e é a partir das reflexões que são gerados novos saberes ou por meio de um processo de educação popular. Concordamos com Freire (2014) ao compreender que a educação é uma prática de liberdade das consciências humanas. Como ressalta Brandão (2006, p.92), a educação torna-se um instrumento político de conscientização e politização através da construção de um novo saber. Portanto, o saber é

construído pela reflexão e pela ação dos sujeitos, ou seja, pela práxis (FREIRE, 2014). Reafirmamos que é diante do processo de conscientização que o sujeito percebe a si e ao mundo e desenvolve novos saberes, e a partir da tomada de conscientização abre-se um leque de possibilidades para efetivar as ações concretas para mudar a sua realidade. Novos saberes gestados na luta aqui entendemos como uma ecologia de saberes.

É válido destacar que o funcionamento desses três (03) acampamentos[8] era de ordem coletiva: organizavam-se em forma de mutirões e havia divisões por grupos para desenvolverem as atividades e os trabalhos de base. Para isso, era preciso dividir os setores de organizações do acampamento orientado por um coordenador ou coordenadora. Podemos citar os setores de infraestrutura, formando assim os grupos da cozinha, montagem do acampamento e segurança; setores de formação com os grupos de base política e frente de massa[9], assim como outros setores como Saúde, Direitos Humanos e Comunicação, que são essenciais para o bom funcionamento dos acampamentos. Era preciso organização para permanecerem ocupando espaços de reivindicação.

A ocupação do Ilha Verde orientou-se, em muitos sentidos, por meio dessas experiências iniciais de organização dos acampamentos anteriores com os movimentos sociais, como as divisões das coordenações e os trabalhos em mutirões. Desta forma, o grupo de atingidos que fundou o Ilha Verde organizou um grande acampamento construído por eles próprios. Como mencionei anteriormente, as famílias atingidas moraram juntas por meses, enfrentaram ameaças de fazendeiros locais e, apesar das dificuldades que encontraram inicialmente, resistiram e conseguiram permanecer no território. Com o passar do tempo, a liderança do acampamento percebeu que as famílias deveriam se organizar em pequenos lotes e propôs de se reunirem para discutir junto ao MAB, pois todos precisam de uma terra para poder plantar. O grupo, coletivamente, discutiu a questão e resolveu acatar a proposta. É importante ressaltar que a divisão do acampamento não foi feita por cercas nem por muros: são linhas imaginárias que dividem os lotes. O principal objetivo da organização do acampamento é o de que todos tivessem acesso ao lago. Foram formados pequenos lotes, de aproximadamente 2 hectares, totalizando uma área de 15 alqueires.

Zibechi (2015, p. 52) define a ocupação como grupos organizados que ocupam ilegalmente um terreno, hasteiam suas bandeiras, resistem às forças da ordem, estabelecem suas associações de moradores e começam a construir suas casas simples e precárias, todos

---

[8] Refiro-me aos acampamentos coletivos: dois em Estreito (MA) e o acampamento em Luzinópolis (TO).

[9] Trata-se de pessoas responsáveis por orientar os(as) companheiros(as) durante os enfrentamentos em manifestações, negociações ou outras atividades.

os trabalhos sendo realizados de forma comunitária. Este foi o caso das famílias do Ilha Verde, que se estabeleceram em pequenos barracos feito de madeira, às vezes de palha, com a cobertura do telhado de coco babaçu, e logo em seguida montaram uma associação de moradores.

De acordo com Fernandes (2000), um dos principais objetivos da ocupação de um território é a possibilidade de transformação em um assentamento, pois é a partir do trabalho que é gerada renda para as famílias, bem como moradia. Não se conquista só a terra, também se conquistam os direitos básicos.

Em relação aos direitos básicos, o setor elétrico brasileiro tem um histórico de violação desses direitos. Na década de 1990, começou o processo de privatização das usinas hidrelétricas, agravando a situação de atingidos e atingidas. Segundo o MAB (2015), as empresas passaram a negar todos os avanços conquistados em relação aos direitos humanos. Na década de 2000, a situação torna-se mais preocupante, com a criminalização dos movimentos sociais. Devido à questão que é levantada pelo MAB sobre os direitos das populações atingidas, a pauta começa ser debatida e começa a incomodar as empresas dos setores hidrelétricos brasileiros. Como medida, iniciada pelo MAB, ONU e defensores dos direitos humanos elaboram, nos anos de 2005 a 2006, um dossiê com estudos de caso de seis barragens brasileiras[10], formalizando denúncias e encaminhado para o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH). Em seguida é criada uma comissão especial dos atingidos por barragens. O dossiê foi aprovado em 2010, investigando as denúncias no processo de implementação, construção e pós-barragens e os impactos na vida das populações atingidas.

De acordo com o relatório do CDDPH (2010), constatou-se que a implantação de barragens tem propiciado graves violações dos direitos humanos. A comissão identificou 16 violações dos direitos humanos em relação ao modelo vigente de construção de barragem no Brasil:

1. Direito à informação e à participação;
2. Direito à liberdade de reunião, associação e expressão;
3. Direito ao trabalho e ao padrão digno de vida;
4. Direito à moradia adequada;
5. Direito à educação;
6. Direito a um ambiente saudável e à saúde;
7. Direito à melhoria contínua das condições de vida;
8. Direito à plena reparação das perdas;
9. Direito à justa negociação, tratamento isonômico, conforme os critérios transparentes e coletivamente acordados;

[10] UHE-Canabrava (GO); UHE-Tucuruí (PA); UHE-Aimorés (MG/ES); UHE-Foz do Chapecó (SC/RS); PCH Fumaça (MG); PCH Emborque (MG) e barragem de Acauã (PB).

> 10. Direito de ir e vir;
> 11. Direito às práticas e aos modos de vida tradicionais, assim como ao acesso e preservação dos bens culturais, materiais e imateriais;
> 12. Direito dos povos indígenas, quilombolas e tradicionais;
> 13. Direito dos grupos vulneráveis à proteção especial;
> 14. Direito de acesso à justiça e a razoável do processo judicial;
> 15. Direito à reparação por perdas pesadas;
> 16. Direito de proteção à família e a laços da solidariedade social e comunitária. (CDDPH, 2010, p.15)

Nessa perspectiva, o Acampamento Ilha Verde é ausente dos direitos humanos básicos, pois não há postos de saúde, escola, moradia de qualidade, energia elétrica e água encanada. Diante de todas essas necessidades, os moradores do Ilha Verde têm uma dinâmica diária com o município de Babaçulândia. Sobre a saúde, o município disponibilizou uma agente de saúde que visita os moradores eventualmente. Quando ficam doentes, a maioria dos acampados busca na "farmácia do campo" (MARIA DA ILHA, 2014) remédios à base de ervas medicinais e árvores nativas para a cura de determinadas enfermidades.

A moradia das famílias do Acampamento Ilha Verde não é de lona preta como é costume ver nos acampamentos às margens das estradas do MST. A estrutura das casas dos moradores do Ilha Verde é pequena, serve para abrigar uma família composta por cinco pessoas ou mais. Na maioria das casas, as paredes são feitas de três materiais: adobe[11], palha de babaçu ou madeira; o piso é de chão batido[12]; o telhado é coberto com palhas de coco babaçu; as portas são de madeira local e não há janelas. São poucas as divisões dentro da casa, às vezes uma sala, um quarto ou dois, e essas divisões muitas vezes são feitas por tecidos de chita[13] ou por tábuas. O espaço para a cozinha muitas vezes é fora da casa. A construção das casas ocorre por meio dos mutirões.

---

[11] É um tipo de tijolo natural feito somente à base de água e terra, sem adição de produtos químicos.

[12] Não há piso ou qualquer revestimento; o piso é feito com terra compactada, usando-se se uma ferramenta feita pelos próprios agricultores para repetir o movimento de compactar a terra, ou seja, para fazer o movimento de "bater o chão" até ele ficar com uma consistência firme que não afunde ao pisar.

[13] É um tecido feito de algodão de qualidade baixa, sendo reconhecido por suas estampas coloridas.

Foto 2 - Casa feita com paredes e telhado revestidos de palha de coco babaçu

Fonte: Acervo da autora, 2019.

Em relação às crianças e aos adolescentes em idade escolar, não há escola no acampamento. Eles estudam no município de Babaçulândia e utilizam o ônibus escolar dos alunos da zona rural da rede pública de ensino, que faz o percurso duas vezes ao dia. Sobre a energia elétrica, os moradores não têm acesso. À noite usam lampiões, lamparinas, e alguns moradores têm pequenos geradores de energia, todos funcionando à base de querosene. Essas alternativas são usadas em um curto período noturno. Eventualmente esses recursos são utilizados em atividades noturnas, como festas de aniversários, batizados, entre outras festividades.

É importante ressaltar que essas famílias foram atingidas pela UHE-Estreito, mas, para obtenção de energia elétrica, elas não conseguem usufruir deste recurso[14]. Eles também não têm acesso a água tratada e encanada, e, de acordo com o relato dos moradores, eles foram orientados a não tomar a água do lago, pois, pela experiência inicial da chegada no acampamento, eles tomavam essa água e muitos sofreram problemas de saúde, principalmente problemas estomacais. Perceberam, assim, que havia substâncias tóxicas na água, decorrentes do processo de enchimento do lago, quando muitas árvores ficaram submersas e entraram em estado de decomposição, tornando a água não potável. Também

[14] Em 2017, com o projeto das Hortas PAIS (Produção Agroecológica Integrada e Sustentável), 11 famílias do Ilha Verde foram beneficiadas com o processo de irrigação das hortas, feito por placas solares que geram energia, e as famílias utilizam esse recurso da energia à noite para desenvolver suas atividades noturnas.

houve outras situações, como a existência de denúncias pela negligência da empresa no período do enchimento do lago com o sistema sanitário, que não foi realizado com eficiência. De acordo com a narrativa de Chirlene, podemos observar esse processo de acesso à água.

> No começo, nós tomamos muito a água de lá, mas muita gente estava reclamando de dores do estômago e estava aparecendo aquelas manchinhas no corpo de verme, e aí a gente parou de tomar. No caso, quando a gente leva água e não dá para a semana, a gente tem que optar em tomar né, pra não morrer de sede. Eles fizeram muita coisa errada, primeiramente, antes da barragem não fizeram processo direito, de secar as fossas e até mesmo secando, as árvores que estão lá dentro, e a gente andando na água, que observar direito, tem um monte de bichinho vivo dentro da água, tipo umas aranhinhas, quando a gente coloca assim no pote, no filtro, primeiro a gente coar, colocar em um pano para coar, fica tipo umas aranhinhas, e daí a gente percebeu que não dava pra consumir essa água não. Hoje a gente faz comida e toma banho e molha as plantas. (ALVES DOS SANTOS, 2019).

De acordo com Agência Nacional de Águas (ANA, 2019), 17 milhões de brasileiros não têm acesso a água potável. Os moradores encontram alternativas, tais como trazerem do município ou ferverem a água e armazenarem em filtros de barros. Embora a água seja imprópria para o consumo humano, é rica em nutrientes e bastante utilizada para o processo de adubação da terra, irrigação das plantações e uso para os afazeres domésticos.

Por todo esse contexto relatado, podemos observar que o procedimento de desterritorialização não foi pacífico para as famílias atingidas. Foi composto por lutas e resistência contra a UHE-Estreito. É importante destacar que a luta e a resistência das famílias atingidas estão relacionadas com a educação popular freiriana, articulada com os movimentos sociais, ressaltando a questão de como eles percebem a si e ao mundo. É por meio da conscientização de cada sujeito que se encaminha a uma práxis, como foi a ideia de ocupar uma área que representasse a reconstrução de suas territorialidades, como a beira do rio - no novo contexto pós-barragem, na beira do lago. “Os homens e as mulheres só se apropriam daquilo que faz sentido; só se apropriam daquilo a que atribuem uma significação e, assim, toda apropriação material é, ao mesmo tempo, simbólica”. (PORTO- GONÇALVEZ, 2006, p. 2030). Portanto, o Acampamento Ilha Verde é compreendido aqui como uma busca da reterritorialização, em que produz novos territórios; em consequência, temos novos sujeitos e novas territorialidades. Como aponta Saquet (2015), é a reconstrução de novos sujeitos que reproduz traços comuns e heterogeneidades, entendendo como sujeitos múltiplos, históricos e constituído pelas relações sociais. Como ressalta Porto- Gonçalves, são chamados de novos, ainda que não sejam tanto, pois tiveram que se forjar em relações assimétricas de poder, mas

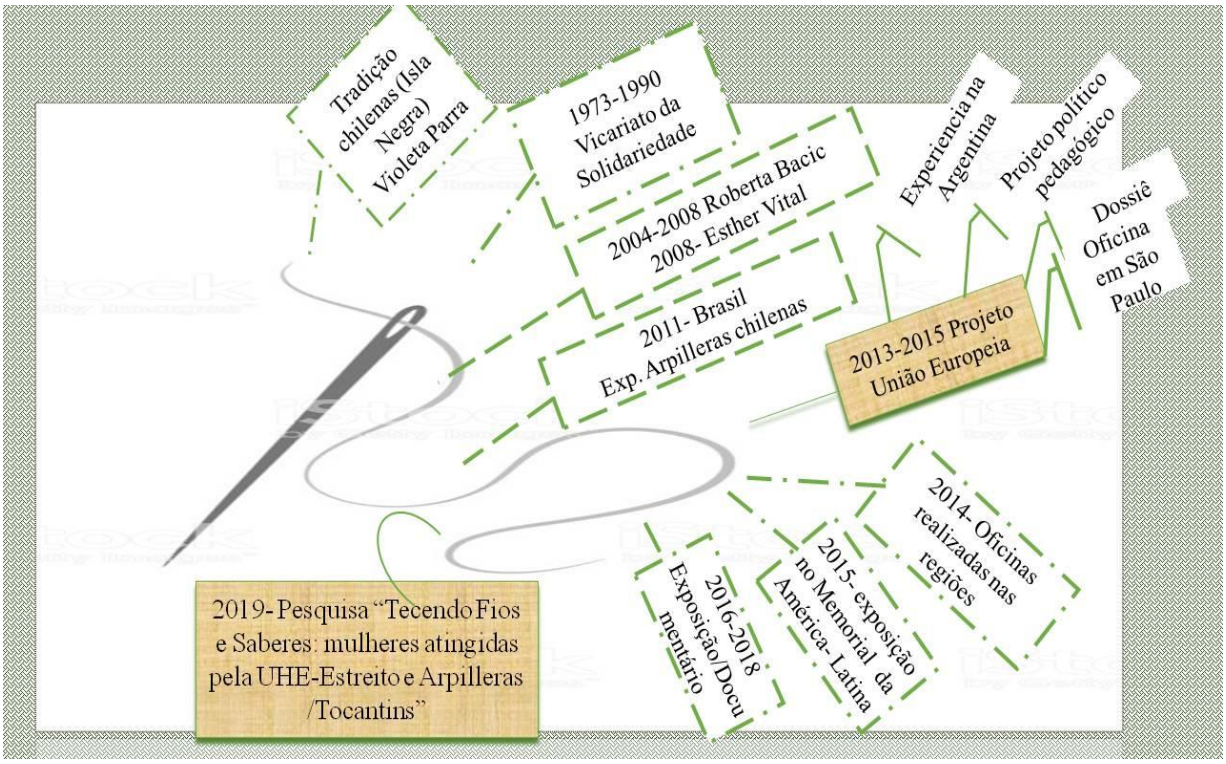
que nem por isso se anularam e, mais do que resistir, RE-existiram, se reinventaram na sua diferença (2001 p. 2020). Diante disso, o Acampamento Ilha Verde é tido como uma das emergências das populações atingidas, traçando novas possibilidades. Os sujeitos vêm se reinventando, resistindo e re-existindo, recriando estratégias de sobrevivência e novas formas de existir.

2 BUSCANDO CORES E FIOS: tecendo a trajetória das Arpilleras

Trarei um breve histórico da trajetória das Arpilleras chilenas no Brasil e refletirei sobre como o MAB abraçou essa causa. A ideia é que, por meio de um olhar temporal, conseguimos compreender o processo político e pedagógico das Arpilleras como também perceber períodos importantes para a consolidação da metodologia dentro do próprio MAB, além de pontuar momentos relevantes para a construção desse estudo em aspectos epistemológicos e metodológicos. Trago as leituras dos trabalhos de dissertação de Maria Socorro (2018), Fernanda Pontes (2018) e Monise Busquets (2019), assim como artigo de Esther Vital (2016).

Para ter uma dimensão visual do percurso das Arpilleras chilenas até o Brasil, elaborei um gráfico contendo a trajetória, pontuando algumas fases que foram importantes para o processo educativo das Arpilleras com as militantes do MAB, como também para esta pesquisa, relatando minhas experiências e percepções.

Figura 3 - Trajetória das Arpilleras chilenas-brasileiras.



Fonte: Criação da autora, 2020.

Como instrumento metodológico para investigar as ausências e emergências das mulheres atingidas por barragens, utilizo a linguagem epistemológica da Arpillera, que tem uma marca histórica, com origem na tradição de mulheres bordadeiras de Isla Negra, no litoral central chileno. Como afirma Pontes (2018), "aproximadamente em 1952, já havia Arpilleras produzidas pelas bordadeiras de Isla Negra, eram as mulheres esposas de pescadores que bordavam problemas vividos pelo seu cotidiano" (PONTES, 2018, p.36).

Como aponta Bacic (2012, p.07), uma das difusoras das Arpilleras foi a artista Violeta Parra, que expôs uma série de Arpilleras no Pavilhão Marsan do Museu de Artes Decorativas do Palácio do Louvre, em 1964, localizado em Paris, na França. Segundo Violeta "As Arpilleras são canções que se pintam" (PARRA, 1985). O trabalho de Violeta foi inicialmente um dos pontos fundamentais que a técnica ganha mais visibilidade, por meio de exposições mundo afora.

A palavra Arpillera é de origem espanhola e significa peça áspera e espessa. Borda-se em um pano rústico conhecido como estopa ou juta. Esse material é utilizado para compor a tela ao fundo das Arpilleras. O material de juta em que mulheres costuravam e bordavam eram os sacos de batatas, em que armazenavam os frutos dos seus trabalhos na agricultura. Segundo Bacic (2012), o tamanho da peça da Arpillera era resultado da dimensão do saco de batatas, uma vez que era consumido e lavado. As mulheres cortavam em seis partes, assim possibilitando que um número maior de mulheres pudesse bordar suas histórias. Sobre a base de juta, vão surgindo os elementos de uma narrativa, que são feitos pelas mãos de diferentes grupos de mulheres. Podem contar experiências de perda de filhos e maridos ou o cotidiano em que estão imersas, por meio de cenários e personagens, que são feitos de retalhos de panos. Após o golpe militar de Augusto Pinochet (1973-1990), as Arpilleras ganham um novo caráter, agora político.

É através da Igreja Católica que a arte da Arpillera é difundida. Como aponta Bacic (2011, p.07), o cardeal chileno Monsenhor Raúl Silva Heríquez pediu autorização ao papa João Paulo VI para criar o Vicariato de Solidariedade[15] com o objetivo de ajudar as vítimas

[15].O Vicariato foi a entidade eclesiástica que prosseguiu a tarefa iniciada pelo Comitê de Cooperação para a Paz no Chile, que foi obrigado a se dissolver por causa das fortes pressões do governo militar de Pinochet . Apesar das repressões do governo, a Fundação Social de Ajuda das Igrejas Cristãs (Fasic) continuou essa tarefa sob a proteção da Igreja Metodista, mantendo até hoje trabalhos em prol dos Direitos Humanos no Chile. Foi nessas instituições que nasceram e se difundiram as oficinas de Arpilleras. Nas dependências do Vicariato de Solidariedade funcionava o Grupo de Familiares de Presos Desaparecidos, e na Fasic se reuniam tanto os integrantes do Grupo de Familiares de Executados Políticos como os que pertenciam ao Grupo de Ex-Presos Políticos. Disponível em:

da ditadura de Pinochet. Essa organização iniciou os seus trabalhos a partir do dia 1º de janeiro de 1976 e finalizou em 31 de dezembro de 1992 (a ditadura iniciou-se em 1973 e terminou foi em 1990). Foi formado assim um comitê denominado Cooperação para a Paz no Chile. Este foi um importante divulgador das Arpilleras, pois era no Vicariato de Solidariedade que funcionava o grupo de familiares de presos e desaparecidos políticos. Inicialmente as Arpilleras eram vendidas e usadas como fonte de renda. É por meio dos bordados das Arpilleras que as mulheres chilenas passam a denunciar os crimes, os desaparecidos políticos, a censura e as repressões. É por meio da Igreja Católica que a arte da Arpillera é difundida.

A costura é toda feita à mão e são adicionados lãs ou crochê para destacar o contorno das imagens. Costurados na peça, eles ajudam a dar um efeito tridimensional. Ela também é composta por pequenas mensagens, contendo críticas sociais. Atrás da peça é confeccionado um bolso, que serve para guardar uma carta, que é escrita pelas mulheres que bordaram a Arpillera, contendo um testemunho escrito da representação da sua realidade, que é materializada por meio do bordado na Arpillera. O objetivo da carta é o de denunciar os crimes e as violações de direitos das mulheres atingidas, assim podendo dialogar e debater sobre os problemas sociais com públicos diversos através de exposições de Arpilleras.

Na Arpillera não são narradas as histórias de conquista, tampouco as de alegrias: são documentos vivos de mulheres de diferentes raças, classes e contextos históricos, que se entrelaçam a partir da reflexão de suas narrativas. Como diz Andrade, “as Arpilleras nos fazem exercitar a linguagem universal, a resistência” (ARPILLERA, 2015, p.3). Podemos compreender que as mulheres historicamente foram silenciadas, aos seus corpos e mentes foi negado o direito da tomada de decisões ou de ações, grandes ou pequenas; e, por meio dos bordados, as mulheres podem tornar-se protagonistas da sua própria história.

Através de agulhas e linhas, o que antes era visto somente como uma tarefa do “lar” adquire outro significado, pois é a partir do retalho esquecido no fundo da gaveta que as mulheres reconstroem suas narrativas e expressam suas dores, perdas e danos, que não podem ser ditos em palavras. É no ato de bordar que as palavras vão tomando forma.

No Brasil, a técnica chegou através das Mulheres do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). Este é um movimento popular de caráter social e seu principal objetivo é reunir e organizar trabalhadores(as) atingidos(as) por barragens. Segundo o próprio MAB (2015, p.12), o movimento é uma organização que pretende a participação e o protagonismo

---

https://cain.ulster.ac.uk/quilts/exhibition/2012-03-22_Brazil/2012-03-22_Brazil_Catalogo-Arpilleras.pdf. Acesso em 10 dez. 2019.

coletivo e está em busca de uma sociedade sem exploração e sem opressão. Dentro do MAB, existe um coletivo de mulheres, que, inspirado na técnica das Arpilleras chilenas e na história por trás de sua difusão pelo mundo, lança mão dessa linguagem para as mulheres poderem narrar as violações de direito diante do modelo energético brasileiro.

Temos que ressaltar que o ano de 2008 foi o marco do envolvimento das Arpilleras e do coletivo de mulheres atingidas. Destacamos o protagonismo de Roberta Bacic e Esther Vital[16], que foram pioneiras em trazer essa discussão das Arpilleras para o MAB. Principalmente Esther Vital, que na época estava na Irlanda do Norte trabalhando em sua pesquisa de mestrado em torno das artes têxteis, quando conhece Roberta Bacic [17] em sua exposição *The Art of Survival: Intenational and Irish Quilts (A arte da sobrevivência: colchas memoriais internacionais irlandesas).* Vital utiliza a técnica das Arpilleras para trabalhar com mulheres vítimas de violência na União de Comitês de Mulheres Palestinas em Cisjordânia (2009) e Mulheres do Mundo, imigrantes em Bilbao, Espanha (2010). Segundo o relato de Vital (2016), ela volta para o Brasil em 2010 e começa a contribuir no MAB mais ativamente, entrando em contato com as dificuldades das mulheres do MAB em discutir assuntos como gênero e direitos humanos nas comunidades atingidas. Vital (2016) destaca a potencialidade das Arpilleras para trabalhar com grupos de base: "É um processo gestacional longo e descontínuo" (VITAL, 2016, p.261). Ela destaca que essa gestação era de nível de risco, não era uma gestação individual, e sim coletiva, correndo vários riscos. Segundo Vital (2016), era necessário que o coletivo de mulheres se apropriasse dessa ideia de trabalhar com as Arpilleras.

Ressaltamos que no ano de 2011, como referimos anteriormente, o MAB já caminhava com a abordagem da questão de gênero dentro do movimento. Nesse mesmo ano, podemos destacar o primeiro contato das mulheres do MAB com as Arpilleras chilenas. De acordo com o artigo de Esther Vital *Arpilleras y empoderamento de afectadas a defensoras de derechos humanos* (2016), em que relata sua trajetória com as Arpilleras e as mulheres atingidas, ela foi convidada por Roberta Bacic para participar da Exposição *Arpilleras da Resistência Política Chilena*, no Memorial da Resistência em São Paulo. O projeto foi

[16] Esther Vital é brasileira, formada em Psicologia e pesquisadora em arte têxtil. Em meados 2010, ela contribuía com o MAB, logo em seguida virou coordenadora nacional do Movimento dos Atingidos por Barragens, fazendo parte do coletivo de relações internacionais. Teve contato com as Arpilleras em 2008 devido ao seu trabalho de dissertação.

[17] Roberta Bacic é uma pesquisadora chilena, fundadora do Conflict Textiles, coleção de Arpilleras expostas na Europa e na América, exposição que percorreu mais de 30 países. Desde 2008 é uma importante referência sobre a temática das Arpilleras, trabalhando com os conflitos através da arte. Esther Vital, ao contatar Bacic, tem um convite para participar da exposição têxtil realizada na Irlanda do Norte.

financiado pelo “Marcas da Memória”, mediado pela Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, com o objetivo de fomentar iniciativas educativas, artísticas e culturais promovidas por ex-perseguidos políticos, militantes acadêmicos, organizações sociais, entre outros (ARPILLERAS DA RESISTÊNCIA CHILENA, 2012).

De acordo com o relato de Vital (2016), ela convida algumas lideranças do coletivo do MAB para participar da exposição. Como a autora afirma, “uma sementinha foi plantada na cabeça, na mente e no coração” (VITAL, 2016, p.261) das mulheres em relação às Arpilleras. As exposições ocorreram nos anos de 2011 e 2012, contemplando várias capitais, entre elas Brasília, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, Curitiba e Porto Alegre.

Ressaltamos que, no ano de 2013, como destaca Busquets (2020), o coletivo de mulheres do MAB elabora um projeto junto com a União Europeia (o projeto inicia em janeiro de 2013 e segue até dezembro de 2015). O principal objetivo foi o de diminuir as violações de direitos humanos em áreas atingidas, embora o projeto exigisse uma metodologia sensível ao gênero (VITAL, 2016), pautado em ações concretas para serem desenvolvidas com as mulheres.

De acordo com Vital (2016, p. 262), o projeto político pedagógico das Arpilleras passa a ser discutido por um grupo de 20 mulheres que fazem parte da direção nacional do MAB, que se reúne duas a três vezes no ano, e outro grupo com 60 mulheres que faz parte da coordenação nacional do MAB e se reúne uma vez por ano. Era tarefa deste coletivo pensar e executar o projeto das Arpilleras.

Em 2013, as Arpilleras ocupam um espaço importante dentro do MAB e surge a oportunidade de participação em uma exposição que estava ocorrendo na Argentina. O coletivo de mulheres do MAB resolve compor um grupo com 11 mulheres para participar da exposição *Retazos testimoniales Arpilleras de Chile y outras latitudes*, no Parque da Memória de Buenos Aires. Este foi outro ponto importante para o fortalecimento das Arpilleras: a ideia não era somente “passar a técnica” (VITAL, 2016, p. 263), mas que houvesse um espaço de diálogo entre as mulheres, ou seja, era por meio da práxis, ação e reflexão (FREIRE, 2014, 1667). Diante disso, o plano político pedagógico das Arpilleras foi elaborado e executado, orientado por uma perspectiva freireana, pautado na multiplicação de saberes, como mencionei anteriormente.

Foto 3 - Arpillera do MAB Nacional, "Mulheres, água e energia não são mercadorias"

Fonte: Acervo do MAB, 2014.

Também em 2013 foi realizado o *I Encontro do Coletivo de Mulheres do MAB*, em que participaram 70 mulheres atingidas em São Paulo, ocorrendo um processo de multiplicação de saberes.

> As 11 mulheres que participaram da experiência na Argentina apreenderam e multiplicaram esses aprendizados no coletivo de mulheres composto por 70 mulheres, que por sua vez, multiplicaram a partir da organização e realização de

> mais de 100 oficinas em suas próprias comunidades para outras 900 mulheres. (VIDAL, 2016, p.264).

Podemos identificar, então, três acontecimentos importantes no ano de 2013 para o envolvimento entre as Arpilleras e o coletivo de mulheres: primeiro, a aprovação de projeto com a União Europeia, tendo perspectiva internacional. O segundo momento foi a viagem à Argentina, que estimulou o contato de teoria e prática, em que foi possível elaborar uma metodologia baseada em uma perspectiva freireana. Nesse momento, as Arpilleras ganham um papel de destaque dentro do movimento. Por fim, a realização de oficinas na perspectiva da multiplicação de saberes, no intuito de reproduzir esses saberes nas comunidades atingidas. Essas oficinas ocorrem na base, principalmente no ano de 2014 e foi nesse mesmo ano que ocorreu a minha primeira experiência com as Arpilleras e as mulheres atingidas pela UHE- Estreito.

Em 2015 foi organizado o Primeiro Encontro do Coletivo de Mulheres, com as 70 mulheres que fazem parte desse coletivo, que foram divididas em seis grupos com objetivo de estudar os eixos temáticos das violações de direitos que compunham o dossiê (2015). Cada grupo escolheria três Arpilleras para fazer parte da exposição em São Paulo (VITAL, 2016, p. 269). Foram escolhidas 30 Arpilleras, entre elas três Arpilleras da UHE- Estreito: as narrativas de Pedrina e Maria da Ilha, que, de acordo com os eixos temáticos discutidos pelo coletivo de mulheres, foram expostas no Memorial da América Latina, em São Paulo, em 2015.

Em 2016 temos a exibição do documentário *Arpillera bordando a resistência*, com direção de Carmen Giongo. Nesse mesmo período ocorrem exposições em vários estados, destacando a de Belém (PA), da qual eu pude participar.

Cabe refletir neste trabalho como reconstruir o tecido comunitário rompido pelos grandes empreendimentos energéticos. Como lidar com a falta de informação, as decisões sem consulta, a prostituição, a violência dos corpos? Como essas vidas podem ser costuradas? Como a metodologia adotada é a das Arpilleras, que vem no intuito de costurar as violações de direitos das mulheres atingidas, temos um material concreto para pensar o empoderamento dessas mulheres. Afirma Esther Vital (2016):

> O empoderamento como processo pelo qual se produzem mudanças sustentáveis e profundas nas relações desiguais de poder entre os diferentes setores sociais. Ou seja, um processo dinâmico de conscientização (que parte do individual, mas vai em direção ao coletivo), pelo qual os setores sociais que se encontram em situação de desvantagem e subordinação, aumentam seu poder na gestão de recursos

> materiais e simbólicos, tornando-se protagonistas e ganhando influência na tomada de decisões e agindo, de forma consciente, informada e organizada, para produzir mudanças sociais sustentáveis nas estruturas que produzem e reproduzem as relações assimétricas de poder às quais estão subordinados[18]. (VITAL, 2016, p. 259. Tradução da autora)

Nessa perspectiva, Vital (2016) compreende o termo "empoderamento" a partir de perspectiva freireana, em que o empoderamento ocorre a partir da consciência. De acordo com Freire (2014), emerge do mundo vivido, objetiva-o, problematiza-o, compreende-o como um projeto humano. "Um processo pessoal e político, cujas dimensões pessoais/ internas e corporais não podem desvincular-se de suas constatações políticas." (CRUZ, 2018, p. 104). Partindo de uma concepção freireana, em que se busca a consciência do próprio indivíduo, é que se entende por libertação.

2.1 Entre fios e contextos: minha primeira experiência com as mulheres do Acampamento Ilha Verde e as Arpilleras

O meu primeiro contato com as mulheres do Ilha Verde ocorreu em função do convite da coordenação estadual do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) para o "Encontro Estadual de Mulheres Atingidas da Bacia Araguaia/Tocantins", realizado entre os dias 19 e 21 de setembro de 2014, no Acampamento Ilha Verde, em Babaçulândia. Nos anos seguintes, faria parte da minha rotina de pesquisa com as mulheres atingidas. Segundo Silva Júnior (2014), a memória tem a ver com a nossa relação de recordar algo, a revisitação às impressões de nossas experiências.

---

[18] Empoderamento com um proceso por el cual se producen câmbios sostenibles y profundos em las relaciones desiguales de poder entre los diferentes sectores sociales. Esto es, um processo dinámico de tomada de consciência (que parte de lo individual pero va hacia lo colectivo), por el cual los sectores sociales que se encuentran em uma posición desprivilegiada y subordinada, aumentan su poder em el manejo de los recursos materiales y simbólicos, tornándose protagonistas y ganando influencia em la toma de decisiones y actuado, de forma consciente, informada y organizada para producir câmbios sociales sostenibles em las estructuras que producen y reproducen las propias relaciones asimétricas de poder em las que están subordinados. (VITAL, 2016, p. 259).

Fui em um ônibus com as mulheres pescadoras de Estreito (MA), Aguiarnópolis (TO) e as mulheres do Acampamento Coragem de Palmeiras do Tocantins, com a finalidade de nos unirmos ao outro grupo de mulheres do Acampamento Dom Bosco de Filadélfia (TO), pescadoras de Itaguatins (TO) e as próprias mulheres do Acampamento Ilha Verde.

O objetivo do encontro era dialogar sobre as violações de direitos das mulheres atingidas por barragens, partindo de um contexto histórico em que as mulheres sofrem a opressão de gênero, marcado por um modelo de sociedade patriarcal, capitalista e colonialista. A situação das mulheres atingidas é agravada com a chegada dos grandes empreendimentos energéticos.

Como mencionei anteriormente, o Acampamento Ilha Verde fica a 10 km do município de Babaçulândia (TO). Existem dois trajetos para se chegar até o acampamento, podendo ser por via terrestre ou por via fluvial, feito pelo lago do reservatório da UHE-Estreito, por pequenas embarcações, como barcos a motor, conhecidos como voadeiras. A saída dessas embarcações geralmente é no cais de Babaçulândia, e esse percurso é feito pelas pescadoras e pescadores da Ilha, sendo mais utilizado no período chuvoso, pois as estradas que dão acesso ao acampamento ficam enlameadas. Como o Encontro de Mulheres estava agendado para o mês de setembro, um período que é marcado por poucas chuvas na região, a organização decidiu que o trajeto seria via terrestre, embora nesse período a região tenha sido surpreendentemente marcada por fortes chuvas na segunda quinzena de setembro, naquele ano de 2014. Mesmo assim, a coordenação resolveu manter o Encontro de Mulheres.

É importante ressaltar que há um grande esforço para realizar essas atividades, primeiro pela questão de logística, pois os locais são afastados, e principalmente pelo público, pois, quando se trata das mulheres, há vários obstáculos: quando os eventos são destinados a elas, os homens não são convidados para esses espaços de conversa e para eles são destinados outros espaços, como a cozinha e o cuidado das crianças, o que muitas vezes é uma questão complexa - em breve falaremos mais sobre isso. Outra questão são as crianças, já que muitas mulheres se sentem impedidas de participar e deixar suas crianças em casa. Porém, os movimentos montaram, como estratégia, as cirandas infantis, que são uma proposta educativa de alguns movimentos sociais, reproduzida pelo MAB, em que pessoas do próprio movimento ficam responsáveis pelas crianças enquanto as mães participam das atividades.

Por todas essas questões, o encontro teve que ocorrer na data prevista. O ônibus que nos transportava atolou por duas vezes devido às erosões e à lama na estrada que dá acesso ao acampamento. Na ocasião fomos socorridas pelos próprios moradores do Ilha Verde.

Percebi também que seguíamos em contorno da linha da ferrovia Norte-Sul, em uma vegetação de plantas amazônicas em que se destacava a floresta de babaçus ou, em outros momentos, em que era mesclada por babaçus submersos em pequenos lagos que aos poucos estavam substituindo as palmeiras.

Por fim, o ônibus não teve condições de terminar o trajeto faltando aproximadamente uns 800m para chegar ao nosso destino. Então, resolvemos ir a pé, atravessamos a ferrovia e seguimos por uma leve inclinação, que seria a primeira entrada do Acampamento Ilha Verde, onde moravam algumas famílias, entre elas a nossa participante desta pesquisa, dona Aparecida. Seguimos em torno de uns 5 minutos por um caminho com lama até chegar ao encontro das outras mulheres que nos aguardavam. Ficamos acampadas do dia 19 ao dia 21 no quintal da casa do seu Osmar, irmão de dona Aparecida, debaixo de uma grande mangueira, onde ocorreu o Encontro de Mulheres.

Foto 4 - Chegada das mulheres no quintal do seu Osmar, morador do Acampamento Ilha Verde, que acolheu as participantes para o Encontro de Mulheres Atingidas por Barragens da Bacia Araguaia/Tocantins. As mulheres se organizaram em forma de círculo, estenderam bandeiras e organizaram suas simbologias

Fonte: Arquivo pessoal de Patrícia Malves, 2014.

No primeiro dia do *Encontro de Mulheres Atingidas*, o coletivo de mulheres do MAB organiza suas simbologias da luta das mulheres: bandeira do MAB e Via Campesina, cartazes da Jornada do MST do 8 de março de 2014, panfletos do MAB e instrumentos musicais. Essas simbologias se unem com as ferramentas de trabalho das mulheres do Acampamento Ilha Verde, como o facão, o coco babaçu, o milho e o quibano feito da palha da palmeira do coco babaçu.

Aos poucos pude observar o cenário do Acampamento Ilha Verde, que ficava às margens do lago, onde as águas cristalinas e azuladas do rio Tocantins eram substituídas por águas escuras e esverdeadas do lago. Os babaçus submersos ofereciam uma composição de mata debaixo d'água, mas muitos ainda resistiam ao avanço das águas. Ao fundo dava para visualizar um leve contorno da Chapada das Mesas, localizada no Estado do Maranhão. Apesar de um cenário visivelmente atingido pela barragem, ainda havia beleza naquele território, e, mais do que isso, depois de conhecer a luta das mulheres, o território tornava-se um sinônimo de luta e resistência.

Foto 5 - Vista do Acampamento Ilha Verde em frente à casa do seu Osmar. Os babaçus submersos são resultado do avanço da água do lago do reservatório da UHE-Estreito

Fonte: Acervo da autora, 2019.

Como já mencionei anteriormente, a discussão era a problemática das mulheres, por serem as maiores prejudicadas com a implantação de barragem, a partir dos dados do CDDPH (2010). Essa discussão de violação dos direitos das mulheres foi dialogada no Encontro de Mulheres Atingidas. Considero que o marco da minha pesquisa com as mulheres atingidas foi o dia em que foi apresentada a metodologia das Arpilleras a mim e a todas as mulheres que estavam presentes. A atividade foi coordenada pelas militantes do MAB, na época protagonizada pelas articuladoras Liany Barbosa e Patrícia Malves.

Pude perceber a metodologia das Arpilleras com as mulheres atingidas observando que, por meio da arte, as mulheres começaram a expressar as violações de direitos diante do modelo energético brasileiro. Eu fiquei muito curiosa com o processo de realização das Arpilleras e me ative às pequenas sutilezas, tais como cortar, costurar e bordar, e como isso traria relatos tão tristes de um modelo energético cruel, que oprime e explora as mulheres.

A partir do Encontro de Mulheres Atingidas, iniciou-se o meu longo processo de observações das mulheres atingidas por barragens e as Arpilleras. Anos mais tarde, essas observações transformaram-se em um estudo mais aprofundado no mestrado[19], traçando como objetivo compreender as ausências e emergências das mulheres atingidas na oficina das Arpilleras. Devido ao abismo que separa os saberes, as mulheres são mantidas silenciadas, fazendo com que elas tenham dificuldades em elaborar narrativas e sociabilidades com um potencial emancipatório. Podemos compreender que sim, as Arpilleras são um caminho traçado para essa reconstrução do tecido social comunitário por meio de suas narrativas. Neste seguimento, caminhamos para construir uma epistemologia feminista do Sul das mulheres atingidas por barragens.

2.2 O alinhavar: metodologia pesquisa participante

A metodologia utilizada neste estudo foi a pesquisa participante, pois oferece meios que auxiliam na interação de pesquisadora e pesquisadas, refletida pela ótica do antropólogo brasileiro Carlos Brandão, que define que “homens e mulheres, sejam sujeitos da pesquisa de que eram antes o objeto de estudo” (1999, p. 224). Para o autor, participação e participar

[19] Pós-Graduação em Estudos de Cultura e Território (PPGCULT), pela Universidade Federal do Tocantins (UFT).

são palavras que traduzem a possibilidade de um envolvimento do pesquisador com o pesquisado, na própria produção de conhecimentos.

Brandão (1999) ressalta que houve modificações para a construção de uma nova perspectiva para as ciências clássicas. Por outro lado, existem bases de velhas estruturas para a produção de conhecimento científico, como as “verdades universais”. Neste aspecto, as ciências clássicas continuam produzindo explicações universais, que compreendem os grupos sociais marginalizados como os “outros” e entendem que a pesquisa serve somente para poder explicar os “outros”. Os problemas de pesquisas são justamente os equívocos causados por pesquisadores que tentam explicar o pensamento do outro, não havendo interação. Brandão (1999), ao exemplificar as primeiras pesquisas, pensando na interação do pesquisador com o grupo pesquisado, cita o antropólogo polonês Malinowski, que faz um trabalho de pesquisa de campo na Ilha Trobriand, convive e emerge na cultura do grupo, em relação à pesquisa campo, inventava-se o método de observação participante, abona as explicações culturais que eram fragmentos de relatórios de viajantes e missionários. Outras pesquisas propõem outros métodos, como nas concepções marxistas. Karl Marx, em sua análise sobre as relações de trabalho no sistema capitalista, invertia a questão dada pelo antropólogo.

> Não era necessário que o pesquisador se faça de operário ou como ele, para conhecê-lo. É necessário que o cientista e sua ciência sejam, primeiro, um momento de compromisso e participação com o trabalho histórico e os projetos de luta do outro, a quem, mais do que conhecer para explicar, a pesquisa pretende compreender para servir. (BRANDÃO, 1999, p.12)

O autor destaca que foi a partir dessas experiências antropológicas e outras reflexões, como, por exemplo, as marxistas, que surgiram vários métodos de trabalhos científicos e uma variedade de instrumentos e aplicação de métodos. “Estava inventada a participação da pesquisa.” (BRANDÃO, 1999, p.12). Salientou-se na fala do autor que a pesquisa participante não trabalha com método de explicar o outro; logo, é complexo saber o que que outro pensa, no máximo podemos interpretar. É preciso que o trabalho seja coletivo, que a produção de saberes seja em conjunto.

É válido ressaltar que a pesquisa participante não é única, existe uma variedade de desdobramentos de pesquisas, como observação participante, investigação alternativa, pesquisa popular, investigação participativa, entre outras, assim como existem variadas formas de se fazer quaisquer tipos de pesquisas como as citadas acima. Além do mais, ela

não está aqui para substituir as pesquisas “tradicionais”; pelo contrário, a ideia é contribuir com outras variedades de pesquisas existentes.

A escolha desta metodologia não foi necessariamente uma escolha, como me referi anteriormente, foi uma semente plantada durante a minha trajetória com as mulheres atingidas e os bordados das Arpilleras. Foi germinando a partir das minhas primeiras observações na oficina de Arpillera em 2014 e aos poucos foi florescendo.

Em alguns casos, a pesquisa surge da teoria e depois vai para a prática. No meu caso, a prática veio primeiro. Chamo atenção para o início do ano de 2016, quando sou convidada pela coordenação do MAB a mediar, juntamente com outras companheiras do movimento, as oficinas com mulheres atingidas, com o projeto já então mencionado, *Protegendo as Atingidas do Zika Vírus*. Essas experiências, sem dúvida, me deram um estímulo para amadurecer a pesquisa com as mulheres do Acampamento Ilha Verde.

Nesse contexto, as Arpilleras já tinham me conquistado de corpo e mente, como afirmou Vital (2016), mas, a princípio, eu não consegui formular questões sobre a experiência que eu estava vivendo. No mesmo ano, ocorreu uma exposição das *Arpilleras Amazônicas*, no Centro Cultural SESC Boulevard, em Belém (PA). A exposição era um recorte do acervo de Arpilleras das mulheres atingidas pelas Usinas Hidrelétrica da Amazônia, como Estreito (MA), Tucuruí (PA), Belo Monte (PA), Jirau (RO) e Santo Antônio (RO). A exposição homenageou a atingida Nilce de Souza Magalhães, conhecida como Nicinha, que foi assassinada em Rondônia, em janeiro de 2016.

A convite da coordenação do MAB-Tocantins e Pará, participei por uma semana da exposição juntamente com outras militantes do MAB, havendo uma dinâmica de revezamentos de militantes. A exposição foi um sucesso, foi bem recebida pela sociedade paraense e demais turistas e foi tão prestigiada que o Sesc a estendeu em mais um mês. Durante a exposição, pude observar concretamente o poder de visibilidade das Arpilleras.

Outra questão me fez refletir: a exposição continha algumas peças bordadas pelas mulheres atingidas pela UHE-Estreito que haviam sido realizadas nas oficinas no início do ano de 2016, em que eu e outra militante do MAB, Érika Antunes, éramos as facilitadoras. Essas peças estavam presentes na exposição, e uma peça que, em particular, havia me marcado foi bordada pelas mulheres do Reassentamento Mirindiba e do Assentamento de Reforma Agrária Alegre (P. A. Alegre), ambos localizados no município de Araguaína (TO), que narrava a história do P. A. Alegre, contendo todo o processo de luta e conflito pela terra

e o acesso à educação. Houve um esforço para montar a primeira escola no assentamento - estávamos em contextos de fechamento de escolas no campo -, e hoje essa escola recebe todo o alunado do entorno, inclusive as famílias do Mirindiba. Além do mais, tem um quadro de professoras e professores que, em sua maioria, é do próprio assentamento, o que se trata de uma grande conquista. Além da narrativa, o que me chamou a atenção foi, na oficina das Arpilleras que pude presenciar de perto, o quanto era difícil para as mulheres acessarem suas narrativas, falarem sobre suas lutas e, ao mesmo tempo, se verem como protagonistas da sua própria história. Eu, como facilitadora, ajudei a acessar essas informações internas, e, com o auxílio da metodologia da Arpillera, puderam emergir suas subjetividades: mediante agulhas e linhas, as narrativas foram surgindo, e conseguimos finalizar com a visibilidade da luta das mulheres em prol de uma escola no campo.

Ao ver aquela Arpillera exposta em Belém, veio-me um conjunto de questões para pensar no projeto das Arpilleras, mas só eu sabia o quanto era difícil e desafiador para aquelas mulheres narrarem suas histórias. Então, fui percebendo que o processo das Arpilleras era essencial para se pensar em uma pesquisa participante, pois naquele dia eu não estava só "transferindo" a técnica para aquelas mulheres; pelo contrário, juntas estávamos construindo saberes. Como dizia Freire (1978), a educação não é sinônimo de transferência de conhecimento pela simples razão de que não existe um saber feito e acabado, suscetível de ser captado e compreendido pelo educador e, em seguida, depositado nos educandos.

Diante disso, as ideias foram surgindo. Embora eu não me sentisse pronta, sabia que as Arpilleras me exigiriam muito mais, e eu acabei guardando essas ideias em uma gaveta enquanto fui me envolvendo em outros temas do MAB, como a agroecologia. Por outro lado, acabei interagindo mais com as populações atingidas e identificando ausências nas quais vivem as mulheres, assim como fui formulando, de uma certa forma, "com" elas e não "sobre" elas por meio de diálogos e vivências, o que Freire chama de dialogicidade.

Brandão (1999) acredita que, para fazer uma pesquisa, é necessário conhecer com profundidade a vida de um grupo social, é preciso que haja um envolvimento entre pesquisador e pesquisado. Não é necessariamente o método científico de trabalho do pesquisador que irá determinar esta relação; ao contrário, "é a intenção premeditada ou a evidência realizada de uma relação pessoal e/ou política estabelecida" (p.8). É válido destacar que, para conhecer a realidade pesquisada, não é necessário que o pesquisador emerja na cultura de um grupo, é preciso a moderação, ou seja, a separação e a interação devem andar juntas aos se tratar das relações entre pesquisador e pesquisado.

Partindo dessas reflexões, a minha compreensão de pesquisa participante é sobretudo a postura da pesquisadora ou do pesquisador. Primeiramente, quando se trabalha em comunidade, a interação será com pessoas; diante disso, essas pessoas não são objetos da pesquisa, e sim sujeitos, "que reivindicam de maneira consciente" (Brandão, 1999, p.16). Em pesquisas tradicionais, existe a separação do sujeito-objeto e objeto-sujeito, compreendendo que o pesquisador detém o saber, e o pesquisado é apenas aquele que fornece as informações. Na pesquisa participante, compreende-se que ambos produzem saberes coletivamente, não havendo separação entre eles, então são sujeitos-sujeitos. Vale lembrar que a pesquisa participante não é como fazer um bolo, não existe uma receita pronta, existem variedades de formas de se fazer esse tipo de pesquisa, embora seja importante respeitar as questões do grupo a ser estudado e dialogar com ele sobre o processo da pesquisa em diferentes estágios.

O projeto das Arpilleras finalmente saiu da gaveta em meados de 2018, com a aprovação no Mestrado em Estudos de Cultura e Território, e veio a efetivar-se de fato em 2019. As ideias foram surgindo aos poucos, partindo primeiramente da minha vontade de poder contribuir com as mulheres atingidas. Outra questão era como traduzir aquela vivência em linguagem acadêmica. Em algum momento, eu tinha que sair da prática e ir para a teoria e finalmente exercer uma práxis: reflexão e ação. Nesse momento me amparo na epistemologia do Sul juntamente com a sociologia das ausências e emergências. Em outro momento, o projeto foi dialogado com as mulheres, pensando especificamente em como seria a metodologia das oficinas de Arpilleras.

Pontuo alguns desafios para pensar uma pesquisa participante em tempos complexos. Como mencionei anteriormente, esta pesquisa é de desafios e construções. Coloco como um dos desafios a nossa metodologia ao dar cumprimento a uma pesquisa participante. De imediato, encontramos alguns obstáculos durante-após pesquisa, em sua maioria protagonizados pelo próprio ambiente acadêmico. Mediante isso, é preciso problematizar a forma de produção de saberes das academias, pois isso interfere no posicionamento dos pesquisadores em campo. Embora a academia também possua um espaço de pluralidade interna das ciências e pelo fato de que a academia não ser um espaço monolítico, também se produzem conhecimentos emancipatórios. Para construir este raciocínio me apoio também nas contribuições da escritora feminista Rosiska Darcy de Oliveira e do diplomata Miguel Darcy de Oliveira (1981), que escreveram o texto *Pesquisa social e ação educativa: conhecer a realidade para transformá-la,* ressaltando que, nessa época em que o Brasil sofria a ditadura militar, apesar do período foi escrito há mais de 50

anos, a primeira versão foi publicada em 1973 na Suécia e chega no Brasil depois de cinco anos, em 1978 -, essa leitura continua sendo atual e essencial para os estudos envolvendo pesquisa participante. Isso é sinal de que os problemas acadêmicos ainda não foram resolvidos: apesar de já termos caminhado em alguns aspectos, ainda temos um longo caminho a seguir.

> Para a grande maioria das pessoas a palavra pesquisa vem sempre associada à elaboração por especialistas e estudiosos de volumosos e abstratos trabalhos científicos, que tratam de temas complexos e, por isso, devem ser redigidos numa linguagem inacessível ao comum dos mortais. (De Oliveira; De Oliveira, 1981, p.17).

A partir disso, como pensar pesquisa participante e não pensar nas estruturas das universidades brasileiras? Como bem destacam os autores, a maioria dos textos acadêmicos seguem normas e burocracias. Os acadêmicos, ao redigi-los (em sua maioria) em uma linguagem acadêmica, com termos complexos, dificultando o entendimento para as populações pesquisadas. Na maioria dos casos, ocorre a falta de devolutiva dos trabalhos, e, em consequência, temos os mesmos textos esquecidos em gavetas ou estantes de biblioteca: os sujeitos mais interessados na questão pesquisada não têm acesso. Em decorrência desses casos, a maioria das pesquisas com esse viés (tradicional), não contribui concretamente na resolução ou na intenção de resolução de problemas dentro dos grupos estudados.

De Oliveira; De Oliveira (1981, p. 18), nos últimos anos, os países da América Latina multiplicaram as pesquisas sobre grupos sociais ditos marginalizados, entre eles indígenas, favelados, moradores de rua. Nos Estados Unidos, debruçaram-se sobre as minorias étnicas, enquanto na Europa Ocidental as pesquisas focaram em grupos com consenso, como mulheres, jovens, trabalhadores migrantes, movimentos ecológicos e regionalistas. No Brasil, temos os trabalhos de Paulo Freire, Brandão, Orlando Fals Borda, entre outros, que trabalham mais com movimentos sociais ligados a questão agrária, Comissão Pastoral da Terra e saúde do campo.

Quanto à postura do pesquisador, ao fazer pesquisa participante, é necessário um dinamismo em relação à pesquisa, como também estar aberto para contradições, mudanças, “deixar educar pela experiência e pela situação vivida” (De Oliveira; De Oliveira, 1981, p.25).

Antes de ir a campo, devemos estar cientes de que as coisas podem ser totalmente diferentes do que imaginávamos. “O pesquisador não pode querer olhá-la de fora, do alto de

sua torre de marfim. Estas torres são miragens que não resistem ao sopro da vida real." (OLIVEIRA e OLIVEIRA, 1981.p.25). Primeiramente, deve-se romper com as relações herdadas, principalmente, das ciências sociais positivistas, como mencionei anteriormente. É comum o pesquisador ter como posicionamento a relação de objeto-sujeito de sua pesquisa ambos são sujeitos da pesquisa. Em consequência, temos os equívocos da neutralidade científica.

De acordo com Oliveira; De Oliveira (1981, p. 23), as pesquisas, geralmente, limitam-se, e precisam dissecar fatos, comportamentos ou sistemas de representações como se fossem meros objetos inertes. Este modelo positivista defende a neutralidade da ciência a fim de modelar comportamentos, ditar padrões de normalidade. Desta maneira, o argumento de neutralidade científica torna-se um argumento frágil, pois o pesquisador não é neutro, tampouco imparcial; pelo contrário, ele é dotado de crenças, ideologias e preconceitos.

Por fim, segundo de Oliveira; de Oliveira (1981), a proposta é de uma pesquisa com viés político-pedagógico, pois "qualquer ação educativa deve ser uma produção de novos conhecimentos que aumentem a consciência e a capacidade de iniciativa transformadora dos grupos com quem trabalhamos" (p.19).

O andamento desta pesquisa participante preocupou-se com todas essas questões citadas. Diante disso, a primeira situação que tratamos foram as demandas das mulheres atingidas, em que a discussão das oficinas ocorre de forma coletiva e em parceria com o MAB. Aqui irei descrever as articulações de processos, decisões e desdobramentos.

2.3 Articulações para a oficina de Arpillera

Para reunir as mulheres do Ilha Verde e demais atingidas por barragens, aproveitamos o espaço do *Encontro de Mulheres do Cerrado*, em Araguaína (TO), organizado pela CPT em parceria com o MAB, que ocorreu no dia 7 de março de 2019 e que contou com a participação de muitas mulheres do campo, entre elas quilombolas, indígenas, assentadas e acampadas.

Em um dos intervalos, fizemos uma roda de conversa e debatemos como ocorreria a metodologia das oficinas de Arpilleras. Até então, eu estava mediando a roda, e a ideia era escutar os problemas das mulheres nos territórios atingidos.

Tivemos vários pontos discussão, mas destacarei o cronograma de atividades. As mulheres, além da oficina de Arpilleras, queriam outras atividades extras. No caso das mulheres do Acampamento Ilha Verde, elas trabalham com as hortas [20] e comercializam na feira local, mas, quando não vendem toda a produção, acabam perdendo este excedente, pois, por se tratar de alimentos perecíveis, não duram muito tempo. À vista disso, esses produtos não são armazenados nem recebem uma refrigeração adequada pela inexistência de energia elétrica e de refrigeradores, impossibilitando o funcionamento de eletrodomésticos para esses fins.

Na roda de conversa, foi proposto por elas adicionar na oficina de Arpillera o processo de desidratação de ervas para ocorrer o reaproveitamento desses produtos. A ideia foi acatada, e seguimos assim para a organização da oficina. Partindo do planejamento para a ação da oficina, convidamos uma oficineira experiente em trabalhos com mulheres de diferentes idades e contextos sociais, ensinando processos de manipulação de plantas e ervas medicinais para a fabricação de remédios, conservas e temperos artesanais.

Como já foi dito, as mulheres do Ilha Verde, em sua maioria, trabalham nas suas produções em hortas. No início do acampamento, elas tinham os seus quintais produtivos, que geralmente se encontram atrás da casa, escondidos em um cantinho do quintal. Os quintais são considerados como a forma de manejo tradicional, onde não se usam insumos ou químicos e onde, geralmente, são as mulheres que cuidam dos canteiros, das plantas medicinais, ornamentais, hortas, entre outras espécies que são plantadas. Os quintais produtivos existem a partir de conhecimentos compartilhados entre as mulheres do Acampamento Ilha Verde. Elas vendem suas produções, como o coentro e a cebolinha, na feira local. Desta forma, com esse tipo de produção agroecológica, promovem autonomia e segurança alimentar para a sua família acampada. Deste modo, podemos observar que o trabalho nos quintais promove a autonomia dessas mulheres, como também é uma espécie de motor de resistência.

---

[20] Em 2017, o Acampamento Ilha Verde foi beneficiado com um projeto de hortas com uma Produção Agroecológicas Integradas e Sustentável (PAIS), que geram energia elétrica, por meio de duas placas solares, que são usados para irrigar as plantações de hortaliças, verduras entre outras, embora essa energia não é suficiente para manter aparelhos, cujo, demandada uma carga maior de energia elétrica).

2.4 Desmanchando-nos e dando outros: pesquisa-ação

Ao reafirmar a pesquisa participante como metodologia adotada para realizar este estudo, é válido destacar que, no decorrer da articulação dela, percebo a possibilidade de um desdobramento por intermédio da pesquisa-ação.

Como me referi anteriormente, a articulação para a oficina de Arpillera ocorreu durante o *Encontro de Mulheres do Cerrado*, especificamente em uma apresentação das mulheres que estavam ali presentes, e uma pergunta foi direcionada a elas: qual foi a maior violência que haviam sofrido em seus corpos ou mentes? As mulheres começaram a relatar durante esse episódio, e Valderice desabafa: "Sobre as violências que eu já sofri, sem dúvida foi a barragem de Estreito, e sobre a maior violência que eu ainda sofro é de não colher o que eu plantei" (informação verbal concedida por Valderice Pereira da Silva, em Encontro de Mulheres do Cerrado, 07/03/ 2019). A partir desta fala, ocorreu a abertura neste estudo para pensar a metodologia da pesquisa-ação, embora alguns teóricos compreendam que ambas as pesquisas, participante e pesquisa-ação, sejam iguais. Compreendo que não é bem assim e busco a definição deste conceito por meio das análises do sociólogo Michel Thiollent, em que ele afirma que "um dos principais problemas é que muitas vezes essas duas pesquisas são encaradas como sinônimos" (1999, p.84).

Thiollent (1999) explica que existem vários tipos de pesquisa participante e diversos tipos de pesquisa-ação: "a pesquisa-ação é uma forma de pesquisa participante, mas nem toda pesquisa participante é pesquisa-ação" (1999, p.83). Podemos compreender que as pesquisas são parecidas: embora não sejam sinônimas e as duas tenham suas especificações, a pesquisa participante se preocupa mais com a conduta do pesquisador-pesquisado e com o processo de trabalho de campo, não se preocupando muito com a relação de investigação e/ou até mesmo da ação, pois essas são as preocupações da pesquisa-ação, que é um tipo de pesquisa que está preocupada com o agir: como apropriadamente o nome já diz, é necessária uma "ação".

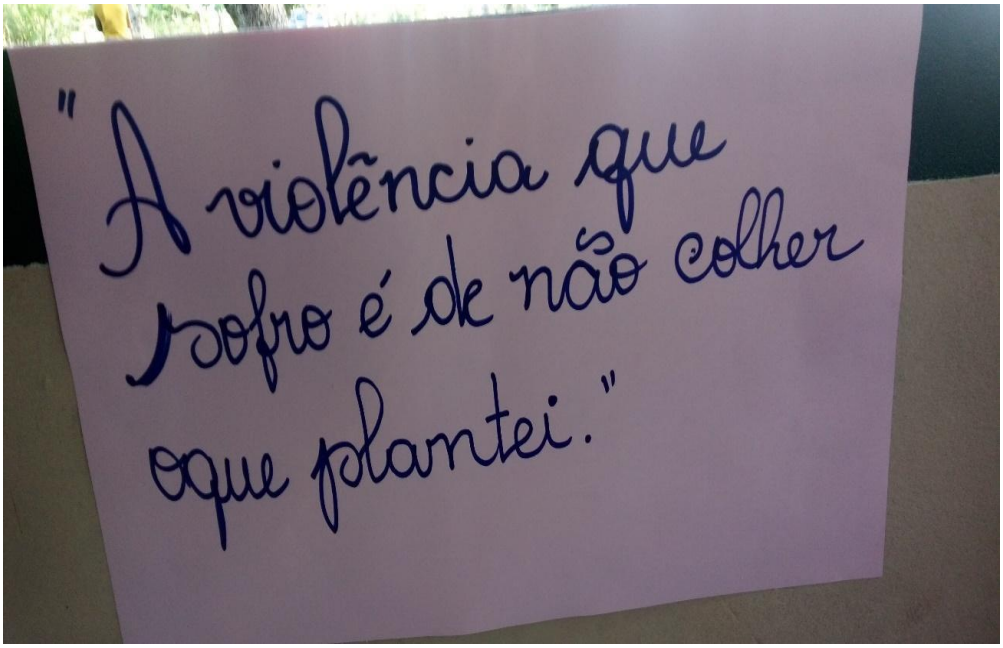
> Na pesquisa participante, a preocupação participativa está mais concentrada no polo pesquisador do que no polo pesquisado. Além disso, não se trata de 'ação' na medida em que grupos investigados não são mobilizados em torno de objetivos específicos e sim são deixados às suas atividades comuns" (THIOLLENT, 1999, p.83).

Thiollent (1999) faz um alerta: não é porque os pesquisadores participam das atividades dos grupos pesquisados que a pesquisa participante pode ser considerada como uma pesquisa-ação. “A pesquisa-ação supõe uma participação dos interessados na própria pesquisa organizada em torno de uma determinada ação” (p.83), mas será que podemos considerar qualquer forma de ação durante a pesquisa como uma pesquisa-ação? Segundo o autor, essa resposta é não. A pesquisa-ação, em geral, “trata-se de ação planejada, de uma intervenção com mudanças dentro da situação investigada” (THIOLLENT, 1999, p.83).

Como bem pontuou Thiollent (1999), a pesquisa-ação precisa de uma ação planejada, com o objetivo de uma resolução de um problema do grupo analisado, estando este interessado e envolvido na ação para a possibilidade de uma resolução de um problema coletivo. A partir desse entendimento, a nossa ação surgiu por meio da atividade do encontro, na fala de Valderice, como mencionei anteriormente. Outros questionamentos foram surgindo no encontro, como qual seria a solução para superar as violências. Valderice responde: “Para solucionar as violências, é preciso que a empresa (CESTE S. A.) nos reconheça como povo atingido e, assim, que todas as famílias do Acampamento Ilha Verde tenham o direito de plantar seus alimentos e tenham tempo colher para poder comer” (informação verbal concedida por Valderice Pereira da Silva, em Encontro de Mulheres do Cerrado, 07/03/2019).

Em resumo, o depoimento de Valderice sintetizou os problemas enfrentados pelo Acampamento Ilha Verde. No encontro, o objetivo era dar visibilidade para as falas das mulheres. Diante disso, conseguirmos reproduzir os depoimentos por meio de cartazes. Embora precisássemos que este discurso de Valderice fosse repercutido em outros espaços, não somente em um espaço restrito de mulheres, reconhecemos aqui a importância desse espaço.

Foto 6 - Cartaz referente à fala de Valderice Pereira da Silva no Encontro de Mulheres do Cerrado



Fonte: Acervo da autora, 2019.

Uma observação importante é sobre o contexto da fala de Valderice, em que ela consegue resumir em seu depoimento todas as preocupações ocasionadas pelo processo de reintegração de posse do Acampamento Ilha Verde, que caminhava a passos largos. O conflito com o CESTE S. A. perdura há sete anos (teve início em 2012), e o processo de negociação das áreas vem se agravando devido à falta de reconhecimento das famílias como atingidas pelo CESTE. Sobre a ameaça da reintegração de posse, podemos destacar o episódio do dia 19 de fevereiro de 2019, em que foi marcada uma audiência com juiz de direito da Comarca de Filadélfia (TO), pois o caso estava sendo acompanhando por aquela Comarca. O objetivo seria a apresentação ao juiz de duas testemunhos a favor das famílias do Ilha Verde. Neste caso, o juiz ouviria a versão das famílias, entretanto a audiência foi cancelada, sendo emitida, imediatamente, a decisão de que constava a reintegração de posse promovente pelo CESTE S.A. A decisão se baseou no discurso de que a área onde se localizava o Ilha Verde era considerada área de proteção ambiental. Segundo consta no documento,

> considerando a informação dos autores de tratar-se de área de proteção ambiental, averbada junto à matrícula do imóvel, que garante a sustentabilidade de ocupação produtiva das demais áreas da mesma matrícula (implantação da Usina Hidrelétrica Estreito), com prévia indenização aos antigos donos no dia 23.10.2009, cumprindo assim a função social da propriedade rural prevista no art. 186 da Constituição da República, defiro o pedido liminar de reintegração de posse, com o cancelamento da audiência designada no evento n.33 após a anulação da audiência é encaminhada para a reintegração de posse. (EPROC1.TJTO.JUS, 2019).

Chirlene relata que “isso é desumano, a audiência estava marcada há tempos, era para ouvir os dois testemunhos a nosso favor. Quando chega lá, o juiz simplesmente cancela a audiência! Sem mais e nem menos? Ele simplesmente não quis ouvir o outro lado” (informação oral, concedida por Chirlene Alves dos Santos, 19/02/2019). A inquietação com a notícia de expulsão do território ficou evidente, e ela reforça: “Nós temos família, temos filhos para dá de comer. Eu saindo daqui, vou para onde? Eu vou colocar meus filhos debaixo da ponte? Não durmo mais à noite, depois dessa notícia que o CESTE vai tirar a gente daqui” (informação oral, concedida por Chirlene Alves dos Santos, 19/02/2019). Podemos observar neste relato de Chirlene, a negação da participação do processo de decisão. Em consequência, temos o silenciamento dos moradores do Acampamento Ilha Verde.

De acordo com Cunha (2015, p. 11), falar é tido como um ato distintivo de humanidade. A possibilidade de não falar é a negação da própria humanidade. Ressaltamos que essa negação ocorre especialmente para as mulheres, que são silenciadas no processo de implementação e pós-barragem. De acordo com um provérbio africano, enquanto a história da caça não for contada pelo leão, o que se sabe sobre a África será sempre a história do caçador e sua glorificação (CUNHA, 2015, p.12). Diante disso, a autora compreende que as ciências clássicas privilegiam as narrativas do caçador e esquecem as do leão, assim como ignoram completamente a leoa, que sempre esteve lá. “As leoas rugem, mas os ouvidos internos das ciências continuam sem ouvir.” (p.26).

Nesse caso, as mulheres podem falar e têm muito a nos dizer. Isso nos leva ao artigo da indiana Gayatri Spivak (2010) *Pode o Subalterno falar*? Esta autora é referência nos estudos pós-coloniais e nas críticas a subalternidades. Nesta situação, Spivak (2010) analisa as mulheres indianas na tríade de raça, classe e gênero, em um contexto patriarcal de um costume de um ritual hindu em que ocorrem sacrifícios das viúvas após a morte do marido. A autora compreende que as mulheres subalternas são “sujeito historicamente emudecido” (SPIVAK, 2010, p.88). Quando as mulheres tentam falar, não são ouvidas. Em relação ao poder da fala, ela entende que existe uma posição discursiva entre o falante e o ouvinte e conclui que o espaço dialógico não é concretizado, pois o subalterno pode falar, mas existe uma ausência do ato de ser ouvido.

A partir desta análise, Cunha (2015) faz uma reflexão e pontua uma crítica feminista, em que as mulheres dos ex-mundos colonizados foram criadas e mantidas sob múltiplas camadas de silenciamento e invisibilidade, não sendo capazes de elaborar narrativas e

sociabilidades com potencial emancipatório (CUNHA, 2015, p.23). Diante disso, a epistemologia feminista do Sul procura identificar os saberes a partir de ações que subvertem as relações sociais, principalmente as patriarcais existentes. Portanto, o subalterno fala sim, "mas é necessário desenvolver competências de alforria das nossas ignorâncias e surdezes" (CUNHA, 2015, p.26).

Era preciso criar ferramentas para que a "fala" se tornasse um discurso e chegasse na empresa, que tivesse visibilidade e apoio das populações em geral. Segundo Thiollent (1999), a principal característica da pesquisa-ação é estabelecer redes de comunicação ao nível de captação de informação e divulgação. "A pesquisa-ação faz parte de um projeto de ação social ou da resolução de problemas coletivos. Em ambos os casos, os investigados precisam de um certo nível de informação" (p.84).

A nossa "ação" foi uma construção de uma narrativa coletiva contra o CESTE, exigindo reconhecimento dos direitos e ao território às populações atingidas da UHE-Estreito. A proposta de uma ação era viabilizar que uma mensagem clara pudesse chegar ao CESTE. Foi pensada a partir de um coletivo, e a primeira ideia foi fazer uma carta, mas precisava de uma mensagem clara, objetiva e que chamasse a atenção das empresas que compunham o CESTE, até chegarmos à conclusão de um cartão-postal, contendo uma imagem que se relacionaria com a frase escolhida. Eu me dispus, junto ao coletivo do MAB e as mulheres envolvidas na pesquisa, a elaborar um cartão-postal, em que reformulamos coletivamente a frase, ao dialogar com as mulheres, principalmente com a autora da frase, que nos explicou:

> Aqui no Ilha Verde a gente já planta. Se nós tivéssemos o documento da terra nós íamos ter o direito da terra, nós estaríamos mais tranquilo para poder plantar, colher e comer nossos alimentos. O problema é que nós morando em uma terra que não é nossa, o que a gente plantou não vamos poder colher, porque não temos o direito, e não vamos poder comer, então minha frase chegou ao final. (Informação concedida oralmente por Valderice Pereira da Silva, 25/02/2019).

Diante disso, conseguimos sintetizar a frase "Pelo direito de plantar, colher e comer". No cartão havia a opção de as famílias deixarem suas mensagens para as empresas e continha a foto das produções do Ilha junto com a imagem de uma família. A ideia foi compartilhada e aceita por outros acampamentos que também estavam ameaçados de reintegração de posse, como o caso de Dom Bosco, Irapuru, Inhumas, ambos em Filadélfia (TO), que utilizaram a ideia, que também foi compartilhada em redes sociais, eventos, feiras municipais, universidades, prefeituras, Ministério Público, entre outros. Foram impressos mais de 2 mil

cartões-postais, muitos deles enviados pelo correio, direcionados às empresas que compõem o CESTE, a saber: Engie (40,07%), Vale (30%), Alcoa (25,49%) e InterCement (4,44%).

Figura 4 - Cartão-postal que foi enviado com o objetivo de denunciar as violações de direitos a todas as empresas que compõem o consórcio energético

Fonte: Acervo da autora, 2019.

3 ENTRE RETALHOS: As narrativas que se teceram das mulheres atingidas por barragens

No decorrer da oficina de Arpillera, foi criado um espaço de conversas, de compartilhamento de vivências entre as mulheres participantes, que vai dando vida às suas próprias narrativas, que serão contadas por elas próprias, tornando-as protagonistas de sua própria história. Para relatar esse processo, pretendo, em primeiro lugar, trazer seis relatos produzidos durante o trabalho de campo. Em sua maioria, esses relatos ocorreram em dias diferentes da oficina de Arpillera, quando foram realizadas entrevistas semiestruturadas com as mulheres do Ilha Verde. Desta maneira, cabe, neste capítulo, compreender o processo de posição de gênero por meio do trabalho reprodutivo das mulheres atingidas. Vale lembrar que o gênero será compreendido como uma categoria de análise a partir da qual papeis de homens e mulheres são entendidos partindo-se de uma construção social. Portanto, o nosso objetivo aqui é refletir sobre as categorias de análise capitalismo, colonialismo, patriarcado e racismo.

3.1. Joana: "Antes da barragem nós éramos gente."

Uma das nossas participantes é dona Joana Carvalho da Silva. Ela tem 46 anos, nasceu no Maranhão, no interior de Carolina (MA), e nos conta que tem três filhos, todos adultos. Dona Joana se considera negra, estudou até 4º ano do Ensino Fundamental, mas não conseguiu completá-lo, porque tinha que trabalhar na roça para ajudar os pais. Devido ao precário estudo, ela tem dificuldades na leitura e, em relação à escrita, ela assina somente o nome. Ela nos conta que antes da barragem trabalhava como vazanteira e morava próximo à Ilha de São José. "Eu morava na beira do rio, mas era no outro lado, nas terras do Maranhão. Minha casa era de frente para a Ilha de São José, e eu ia muito pra lá, e também trabalhava de vez em quando nas vazantes da Ilha de São José." (CARVALHO, 2019). Ela nos diz que desde cedo trabalhava nas vazantes. Após a barragem, ela não foi indenizada, assim como muitas famílias que estavam ali no Ilha Verde.

Joana não acreditava que a barragem chegaria, mas logo que começaram os boatos, acreditava que ela vinha para o bem, como afirma: "Não sabia nem o que era, nunca imaginei que ia atingir o meu sossego. A gente pensava que ia ser bom, mas enganaram nós. Hoje

estamos aqui sofrendo, sem ter onde ficar. Não querem aceitar a gente trabalhar, acabou com o nosso sossego.”

Foto 7 - Dona Joana Carvalho da Silva, vendendo suas hortaliças na feira agroecológica, org. UFT

Fonte: Acervo da autora, 2019.

Joana ficou sabendo da construção da barragem no final de 2008, mas não imaginou que, de fato, ela traria tantos transtornos para ela e sua família e tiraria o seu “sossego”. O que ela também não sabia era que o plano da construção da UHE-Estreito fazia parte de um plano de desenvolvimento do Governo Federal, que, no final da década de 1990, aprovou a Portaria de nº 150, em 10 de maio de 1999, pelo Ministério de Minas e Energia, assinado pelo então Ministro Rodolpho Tourinho Neto, (1999-2001), governo de Fernando Henrique Cardoso. Desta forma, foi criado o Grupo Coordenador de Planejamento dos Sistemas Elétricos (GCPS), coordenado pela ELETROBRÁS S. A., que foi estruturado por meio das empresas estatais federais e estaduais, as quais dividiam responsabilidades pelas execuções das obras planejadas. Deste modo, é criado o Plano Decenal 2000/2009, com o objetivo de alcançar metas para esses últimos 10 anos, expandindo a oferta de energia elétrica. Ao

analisar as informações obtidas pelo próprio CESTE S. A., podemos observar o desenvolvimento do UHE-Estreito nos últimos dez anos por meio de uma retrospectiva. Dados obtidos do próprio CESTE S.A. (2019) apontam que, no final da década de 1990, com a aprovação do Plano Decenal de Expansão da Oferta de Energia Elétrica (2000/2009), inicia-se o planejamento da UHE-Estreito.

Em 2001, ELETRONORTE S. A. e THEMAG S. A. realizam estudo de revisão das características técnicas da UHE-Estreito. Em 2002, o consórcio CESTE S. A. ganha o leilão para implementação do projeto, e os municípios são notificados, gerando audiências públicas nas cidades de Carolina e Estreito, no Maranhão, e, no Tocantins, nas cidades de Babaçulândia, Filadélfia e Aguiarnópolis. Em 2005, o IBAMA emite a licença ambiental prévia. Em 2006, o IBAMA autoriza a construção da UHE. Em 2007 é iniciada a implementação do canteiro de obras. Em 2008, acontece o início das obras, que se deu em duas fases. Em 2009, o rio é desviado por estruturas de vertedouro, e, em 2010, acontece o início da construção da barragem.

Podemos observar que em 2007 inicia-se a implantação do canteiro de obras da UHE-Estreito. A obra é resultado dos grandes projetos que foram impulsionados pelo Plano Decenal, mas nesse período temos o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Esse programa foi essencial para a efetivação do projeto, pois o PAC significou para o Brasil a retomada de investimentos de grandes obras de infraestrutura social, urbana, logística e, principalmente, energética, que estavam paradas há anos. O PAC foi responsável pelos investimentos do capital público e privado em obras do setor elétrico brasileiro. Deste modo, o CESTE teve a maior parte do seu investimento financiado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES), que destinou 2,6 bilhões de reais para a obra.

Joana conta que depois da barragem sua vida sofreu alterações: ficou proibida de plantar nas vazantes do rio, e a sua renda foi comprometida, pois era por meio das vazantes que sustentava a sua família.

> Eles (CESTE) destruíram nossa vida. Acabaram com nós! Antes da barragem nós éramos gente. Nós plantamos arroz, mandioca, feijão e fava, tinha uma mesa farta, agora que conseguimos esse pedacinho de terra do Ilha Verde, querem tirar nós daqui. (CARVALHO DA SILVA, 2019).

Destacamos a seguinte afirmação de Joana: “Antes da barragem nós éramos gente”, pois ela se refere à questão de direitos, já que podiam plantar nas vazantes do rio Tocantins. Logo essa atividade, como me referi anteriormente, não é mais permitida pela empresa pelo

fato de a área ser entendida como Área de Preservação Permanente (APP). A frase de Joana nos faz refletir sobre as estruturas nas quais ela está em imersa, pois dona Joana levanta uma pauta importante para a nossa reflexão a seguir, em um processo de desumanização diante da violação de direitos, ocasionada pelo capitalismo, colonialismo, patriarcado e racismo.

Diante da narrativa de dona Joana refletimos sobre esse processo de desumanização diante do avanço do empreendimento enérgico nos territórios. Segundo a filósofa argentina Maria Lugones (2019, p. 358) apresenta uma lógica de colonização a partir do significado da relação entre sexo e gênero, seguindo uma lógica de pensamento de Nelson Maldonado Torres. Destaca-se a importância de se debater sobre as relações entre sexo e gênero, porém foge do arcabouço deste trabalho se aprofundar nestes debates. Entretanto, iremos refletir sobre colonialidade a partir das percepções do processo de desumanização.

Como aponta Lugones (2019), o processo de colonização iniciou-se das Américas ao Caribe, o que levou a distinções hierárquicas e dicotômicas, ou seja, de acordo com o interesse do colonizador, a classificação se deu entre humanos e não humanos. Os humanos eram somente homens e mulheres ditos civilizados, lembrando que não era qualquer homem: a ideia do “homem universal” surgiu com a imagem de um homem europeu, burguês, colono, moderno. Essa era a representação de “homem universal”, que foi transformado em sujeito/agente próprio para se governar e ter uma vida pública. E as mulheres? As “mulheres humanas” eram aquelas ditas civilizadas, mas também havia uma padronização: o ideal de “mulher universal”, embora com menos privilégios que o homem civilizado.

“A mulher europeia burguesa não era entendida como um complemento desse homem civilizado, e sim como alguém que reproduzia a humanidade e o capital por meio da sua pureza sexual, passividade e domesticidade - sempre a serviço do homem branco.” (LUGONES, 2019, p. 358). Podemos compreender que era bem distinta a classificação de humanos. Essa concepção de ideal de homem, mulher e não humanos é reproduzida até os dias atuais, pois foi introduzida na concepção de mundo.

Mas, afinal, quem eram os não humanos? Segundo Lugones (2019), os não humanos eram os selvagens, os ditos não civilizados. Nesse conjunto tínhamos os indígenas das Américas e os escravos africanos, entendidos no “mundo civilizado como animais, incontrolavelmente sexuais e selvagens” (LUGONES, 2019, p. 358). Por esse ângulo, as pessoas colonizadas eram entendidas a partir dos princípios de pensamento do colonizador. Como ressalta Lugones (2019), essas pessoas não possuíam alma, as mulheres colonizadas

eram relacionadas ao diabo, eram pecaminosas, eram grotescamente sexuais e não eram atribuídas a gênero. Nesse sentido, as pessoas eram denominadas como macho e fêmea.

> machos se tornaram não humanos - como não homens -, e fêmeas colonizadas se tornaram não humanas - como não-mulheres. Consequentemente, as fêmeas colonizadas nunca foram entendidas como falantes, porque elas não eram comparáveis aos homens. (LUGONES, 2019, p. 359).

Lugones (2019, p. 360) chama a atenção para o fato de que não havia projeto de transformar os colonizados em seres humanos, não era o objetivo dos colonizadores. Nessa perspectiva, houve um processo de apagamento das pessoas colonizadas: não só as memórias, mas os saberes foram apagados e, juntamente com eles, laços comunitários, conhecimento sobre a agricultura, práticas sexuais e reprodutivas. Este assunto será tratado mais adiante, sendo compreendido aqui como epistemicídio (SANTOS, 2009). Diante disso, Joana passa pelo um processo de desumanização de peca de direitos principalmente o de plantar nas áreas que hoje são proibidas faz parte de um conjunto de subjetividades, relações espirituais, terra, identidade, organização social, ecológica e cosmológica, ou seja, as territorialidades das mulheres atingidas são ameaçadas pelo processo de desterritorialização.

3. 2 Pedrina: “Desde o dia que começou a barragem, eu sou todo dia atingida.”

Minha próxima participante é dona Pedrina Carvalho da Silva. Ela tem 44 anos, se autodeclara como negra, casada, mãe de quatro filhos e estudou até a 4ª série. Ela trabalha na agricultura, principalmente na roça, plantava arroz, feijão, melancia, entre outros alimentos de subsistência, e, além disso, quebrava coco, fazia farinha, e, no período de vazante, trabalhava junto com a família, do mesmo modo que a nossa primeira participante, Joana.

Foto 8 - Dona Pedrina Carvalho quebrando coco babaçu

Fonte: Acervo da autora, 2019.

Pedrina, antes da barragem, morava na Ilha de São José, era agregada na terra de seu sogro, o senhor José Maria (*in memoriam*), que foi indenizado e realocado para o reassentamento Baixão. Apesar de viver na mesma terra, como falamos anteriormente, sendo agregada, não foi reconhecida como proprietária da terra, logo não foi indenizada pela empresa, assim como não conseguiu ser reassentada, como o sogro. A história de dona Pedrina foi bordada na Arpillera em 2014. Mas adiante voltaremos a este assunto.

> Eles (CESTE S.A) não me reconheceram como atingida. Eles foram lá, em 2004, aí eles foram lá, fizeram o cadastro nosso. Como nós éramos agregados do José

> Maria (sogro), não fomos indenizados. Nós fomos lá no CESTE, fomos lá perguntar sobre os nossos cadastros e falaram que nunca acharam esse cadastro. Só que eles tinham feito...fizeram o nosso cadastro, acontece que eles fizeram foi jogar fora! Assim como fizeram com os três moradores da Ilha de São José que também não ganhou, como um filho do José Carlos, um filho do Bidoral e o Filho do Zé Maria que não ganhou. E dessas três pessoas, somente um eles fizeram uma casinha, lá em cima da casa do pai dele. O povo do CESTE fizera e colocou ele lá, em cima da mesma terra, e o outro mora com o pai porque não deram assentamento para ele. Enquanto nós também não ganhamos nada, saímos de lá de mão abanando." (CARVALHO, 2019).

Pergunto a dona Pedrina se ela se considera uma mulher atingida. Ela diz: "Eu me considero sim, porque do dia que começou essa barragem, sou todo dia atingida. Nunca mais tive sossego" (CARVALHO, 2019). Ela também lutou junto ao MAB, principalmente na marcha de Araguaína a Estreito. Logo após essa marcha foi para o acampamento em Luzinópolis, e, por fim, resolveu, juntamente com outras famílias, ocupar o Ilha Verde. "Eu tô aqui no Ilha Verde pra ver se eles (CESTE) reconhecem a gente, porque eles (CESTE) podem pensar um dia que a gente precisa de uma terra para trabalhar." (CARVALHO, 2019).

Como mencionamos anteriormente, as populações atingidas passam por várias violações de direitos humanos (CDDPH, 2010), causados pela implementação de barragens no território brasileiro. A questão que surge é como reparar essas violações de direitos? Segundo o MAB, que luta há mais de 30 anos pelas populações atingidas, é preciso lutar pelo "reconhecimento" de atingida/atingido por barragem.

As empresas compreendem esse processo de atingidos/atingidas por meio de duas concepções: a concepção territorial-patrimonialista e a concepção hídrica. O primeiro conceito trabalha com a questão de quem é o atingido, levando em consideração somente aquele que é o proprietário. A empresa concebe a indenização dos proprietários das áreas a serem inundadas. A segunda é a concepção hídrica, que identifica o atingido como inundado na linguagem do Banco Mundial, "reassentado involuntário".

De acordo com Carlos Vainer (2003), na primeira concepção, o que prevalece é o direito de posse da terra: os que não detêm não são considerados como atingidos ou atingidas, como é o caso de dona Pedrina, que é ignorada no processo indenizatório, assim como as outras mulheres atingidas, que irei citar mais adiante.

Partindo desta lógica, os impactos são inexistentes, já que não há atingidos ou qualquer coisa que possa ser entendida como direitos de atingidos. A segunda concepção veio para substituir a primeira: mesmo quando a empresa "reconhece" os não proprietários de terra, entre eles ocupantes, posseiros, meeiros e agregados, as indenizações serão feitas somente das áreas inundadas, embora as populações atingidas que não possuem suas áreas

inundadas sofram com os efeitos e os impactos da hidrelétrica. A partir das reflexões de Vainer (2003, p.13), as concepções territorial-patrimonial e hídrica, em resumo, possuem o mesmo significado, são simplesmente indenizatórias e não reparam os danos sociais e culturais das populações atingidas, levando à marginalização dessas populações. Nesta perspectiva, Vainer (2003) compreende que o conceito de atingido é uma categoria social em disputa pelo setor elétrico e o MAB. O movimento questiona a limitação do conceito de atingido adotado pelo setor elétrico brasileiro a territorial-patrimonial e hídrico e luta pela ampliação desse conceito. Segundo o MAB, atingido é aquele que:

> I- perda de propriedade ou da posse de imóvel em razão do empreendimento;
> II- perda da capacidade produtiva das terras de parcela remanescente de imóvel atingido;
> III- perda de áreas de exercício da atividade pesqueira e dos recursos pesqueiros;
> IV- perda de fontes de renda e de trabalho dos quais os atingidos/atingidas dependem economicamente;
> V- prejuízos comprovados às atividades de manejo dos recursos naturais e pesqueiros, incluindo as terras de domínio e público e de uso coletivo, afetando a renda, a subsistência e o modo de vida de populações;
> VI- prejuízos comprovados às atividades produtivas locais a jusante e a montante do reservatório, afetando a renda, a subsistência e o modo de vida de populações
> VII- deslocamento involuntário de famílias de seu local de moradia ou de exercício de suas atividades econômicas. (MAB, 2015, p.15)

O Movimento dos Atingidos por Barragens luta pela ampliação do conceito de atingidos. Podemos mencionar uma pequena conquista: no Estado do Rio Grande do Sul, o Decreto nº 51.595/2014 obriga que as populações que não foram inundadas, mas foram atingidas indiretamente, recebam seus direitos de reconhecimento como populações atingidas. Um dos objetivos do MAB é que a ampliação do conceito seja de nível federal, para que todos os estados sejam beneficiados, embora seja ausente uma política pública nacional.

Pedrina não é indenizada devido à não titularidade da posse da terra. Historicamente as mulheres são excluídas desse processo. Diante da questão em que as mulheres são excluídas do processo de titularidade da terra é nos aparamos a literatura com o trabalho de e acordo Maria Paulilo (2000, p. 5), em seus estudos sobre a relação da posse da terra, as mulheres e o matrimônio no Sul do Brasil, os casos de herança da terra para a mulher acontecem quando o casal não tem filhos com descendência masculina; nos casos em que a terra pode ser dividida de forma igualitária, mas os filhos de linhagem masculina não tiveram interesse pela terra; em alguns casos em que os pais que tinham propriedades grandes/médias

faziam a divisão, mas, se na divisão fosse preciso excluir alguém do processo, as mulheres eram as excluídas; e, nos casos em que as mulheres tornavam-se herdeiras das terras, o marido era considerado o responsável.

De acordo com o Censo Agrário Brasileiro (2017), somente 18,7% das mulheres eram responsáveis pela terra ou pela posse, enquanto os homens detinham 81,0%. Em relação ao último Censo (2006), as mulheres detinham 13,7% de propriedades ou dirigidas por elas - houve um singelo aumento de 5% com relação a 2006.

Em relação à posse da terra, as mulheres eram ausentes desse processo. A situação muda com a Constituição de 1988, com a titulação conjunta, embora não tivesse um caráter obrigatório. Portanto, as mulheres precisavam ainda ser tuteladas, precisavam do marido para exercer a posse da terra. Destacamos a ausência de direitos das mulheres sem marido ou companheiros antes da aprovação da Constituição de 1988. Carmen Deere (2004, p.185) afirma que essas mulheres eram tidas como incapazes de administrar a terra a menos que tivessem um filho maior. Era comum, no caso de mulheres viúvas, o filho mais velho ser nomeado como beneficiário. Quando esse filho chegava em estágio adulto, ele podia ficar com a propriedade e não a mãe.

De acordo com a ONU Mulheres (2016), esse direito só foi tido como obrigatório em 2003, por meio da Portaria nº 981, que estabelece a obrigatoriedade da titulação conjunta, com o nome do homem e da mulher. A normativa nº 38, de março de 2007, priorizou as mulheres como chefes de famílias, reformulando e alternando os critérios de classificação do Incra: as mulheres tituladas registradas passaram de 24% em 2003 para 72% em 2013. Antes, os critérios de classificação excluíam as mulheres. “Segundo as normas culturais, se um homem reside na casa, ele é sempre considerado o chefe, uma norma apoiada no Código Civil de 1916, até que foi modificada pela reforma constitucional de 1988.” (DEERE, 2004, p.184). Houve muitas conquistas para as mulheres após a Constituição de 1988, decorrentes de vários anos de lutas dos movimentos sociais, que reivindicavam o direito de as mulheres serem titulares da terra e de terem acesso às políticas públicas.

Embora as mulheres atingidas, como falamos anteriormente, não possuíssem a titularidade da terra, muitas viviam como agregadas, posseiras e arrendatárias. E não foram indenizadas. Como afirma Barbosa e Lerrer (2016, p. 443), “ser assentada via política de reforma agrária e ser titular do lote é um fato que raramente ocorre na trajetória da maioria das mulheres do campo”. As mulheres tiveram o acesso à terra recentemente, mas ainda é um número pequeno em relação aos homens. Isso é decorrente do nosso sistema capitalista-patriarcal-racial-colonialista, vetor da exploração e dominação historicamente construídas.

3.3 Valderice: “Eu me considero duplamente atingida.”

Valderice Pereira da Silva também é conhecida como uma liderança do acampamento. Ela se denomina como coordenadora do acampamento, fez frente às lutas junto ao MAB, com marchas, ocupações em frente ao Incra de Araguaína, foi nas reuniões em Brasília, fez parte da coordenação de organização da marcha de Araguaína a Estreito e foi quem encabeçou a ocupação do território Ilha Verde. Ela tem 51 anos e é mãe de duas filhas. Com muito esforço, conseguiu estudar até o Ensino Superior, formando-se em Pedagogia. Foi casada por mais de 20 anos e divorciou-se recentemente (há aproximadamente três anos). Ela nos conta que, desde cedo, trabalhava com a família na roça de vazantes com seus pais. Para estudar, foi para a cidade e morou na casa de uma família, onde fazia trabalhos domésticos e estudava. Após esse período, aprendeu a fazer costuras nesse ofício, logo em seguida casou-se e foi trabalhar na roça de vazantes e depois virou barraqueira na Praia do Coco.

Valderice nos conta que antes da barragem trabalhou nas barracas com comidas e bebidas na Praia do Coco. “Antes da barragem trabalhava como barraqueira, montava a barraca de praia na Praia do Coco, mas não essa artificial que foi construída pelo CESTE, era a verdadeira Praia do Coco, que era formada pelo rio Tocantins” (PEREIRA DA SILVA, 2019).

Foto 9 - Valderice Pereira da Silva em frente ao canteiro de obra da UHE-Estreito

Fonte: Acervo de Kécia Pereira, 2010.

Quando as águas do rio Tocantins baixavam, de julho a agosto, o rio presenteava os moradores com lindas praias, movimentando turistas de todos os lugares do Brasil. Antes da barragem, essas mulheres viviam de seus trabalhos e dependiam dos ciclos do rio Tocantins, como nos conta Valderice, representada na Arpillera: “Fui barraqueira durante oito anos, na Praia do Coco. Costumavam montar a minha barraca na praia, aproveitando a ilha que era formada pelo rio, e lá eu servia peixes, bebidas e outras iguarias da culinária ribeirinha” (PEREIRA DA SILVA, 2019).

De acordo com Pereira da Silva (2019), “era o tempo, em que mais tinha recurso para manter a minha família”. Deste modo, podemos compreender que os ciclos do rio eram fonte de renda para muitas mulheres na região que formavam as praias temporárias. O desvio do curso do rio para a formação do reservatório da UHE impossibilitou a sua formação e, assim, muitas famílias perderam um de seus principais meios de renda. Quando questionada sobre o que a barragem significou para ela, afirma:

> Foi uma decepção para todas as famílias, principalmente para a minha pessoa, porque depois da barragem mudou tudo, mudou a nossa renda, porque a gente fazia

> várias atividades e tinha renda, como na praia mesmo, eu tinha a minha renda, se eu quisesse passava o ano inteiro sem trabalhar, só comendo o dinheiro da renda da praia, aí a barragem só trouxe problemas para as famílias. (PEREIRA DA SILVA, 2019).

Assim como Valderice, muitas famílias não foram indenizadas pela UHE. Segundo a entrevistada, o CESTE vendeu um falso discurso para os barraqueiros. Segundo a fala dos moradores da região, a empresa dizia a eles: "Agora vocês terão praia o ano inteiro", pois, como foi mencionado, a Praia do Coco só se formava com o baixar das águas do rio. A praia artificial, ao contrário, seria o ano inteiro, o que teoricamente daria mais renda às famílias.

> O prefeito da cidade tirou de tempo as associações dos barraqueiros da praia, ele mandou *construí* só seis barracas na praia e ele mesmo escolheu as pessoas, e até então, as pessoas que *trabalhava* na praia do Maranhão não aceitaram a proposta de ir para a praia da cidade, porque não ia *dá* muito turista, igual lá, porque lá dava muito turista, muita gente, gente do Brasil inteiro e daqui só *dá* os turista de Araguaína. (PEREIRA DA SILVA, 2019).

A narrativa de Valderice denuncia políticos locais pelo episódio de não terem escutado as exigências da associação de barraqueiros, como as indenizações justas aos atingidos, e até hoje muitas famílias não foram indenizadas, como o caso de Valderice Pereira da Silva. A decisão tomada pela empresa e pela gestão municipal foi a de nomear algumas famílias para a "doação" das barracas de praia, alegando um discurso de praia o ano inteiro. Acontece que as barracas de praia não atraíram a atenção dos turistas, com exceção dos períodos de julho, em que o movimento aumenta. Assim, muitos barraqueiros abandonaram as barracas construídas pelo CESTE. S. A. e foram à procura de outros trabalhos.

A entrevistada afirma que não foi indenizada, que não reconheceram seu trabalho como barraqueira e que, por não concordar com o planejamento imposto pelo CESTE, "não concordei de pegar uma barraca dessa. Para quê? Para ficar lá, só sem gerar lucro, mas o forte deles era para colocar para outras pessoas, era acordo político deles". (PEREIRA DA SILVA, 2019). Segundo Valderice, ninguém lucrou com a construção da barragem:

> Eu, no meu ponto de vista, ninguém lucrou. Quem era agregado nas *terras* podia não ter a terra, mas tinha a vida dele tranquila lá, era uma coisa que era pro resto da vida dele, ele ia ter sempre o lucro dele, mesmo que a terra não seja dele, ele hoje tem um pedaço de terra, mas não tem o lucro que ele tinha quando era agregado, porque a terra é ruim, não tem água, terrazinha muito fraca. A pessoa tem aquela ilusão que ganhou, mas para mim não ganhou não. Eu mesmo não trocaria minha vida de agregado para morar em uma terra ruim, igual eu conheço umas pessoas que trocaram ser agregado para morar em uma terra que não planta nada, só para dizer que mora ali e pronto. (PEREIRA DA SILVA, 2019).

Podemos identificar, na narrativa de Valderice em relação aos reassentamentos, que na maioria dos casos das pessoas que foram indenizadas e conseguiram se reassentar, as terras não eram boas. Ela faz uma crítica quando fala: “Terra é ruim, não tem água, terrazinha muito fraca”. Ou se, como alguns exemplos que mencionei anteriormente, os reassentamentos têm problemas com água, são abastecidos com o carro-pipa. Em relação à terra ser fraca, é devido ao uso da terra, que antes eram pastos de gado degradados, sem água, sendo que a terra degradada dificulta o processo para o plantio. Nesse sentido ela diz “que ninguém lucrou”, embora possamos compreender que, quando ela usa o termo “ninguém”, está se dirigindo aos atingidos, que não lucram, pois, a UHE-Estreito fatura milhões por ano. Logo, para Valderice, compensa mais a ocupação do Ilha Verde do que morar nos reassentamentos.

> A barragem só piorou a situação do povo, porque as pessoas antes tinham onde trabalhar, tinha o seu pão de cada dia, sem pedir a ninguém, e hoje muitas pessoas vivem na cidade passando fome, enquanto essas 35 famílias que vivem aqui no acampamento estão trabalhando. Estão tirando sua alimentação, mas isso a empresa não vê, porque, se ela visse isso, ela valorizava, deixava as famílias aqui, mas acho que o CESTE gosta de ver mesmo é bandidagem. (PEREIRA DA SILVA, 2019).

Valderice faz uma análise de uma situação atual, pós-barragem, pois se passaram dez anos da construção, e o discurso de melhorar a condição de vida das populações cada dia fica mais longe de ser cumprido. Reflete que os acampamentos foram territórios alternativos que encontraram para a sobrevivência. Em seguimento, pergunto a Valdenice o que é ser uma mulher atingida:

> Eu me considero duplamente atingida, desde quando foi criada as outras barragens, a gente aqui de Babaçulândia, já era atingida, quando saiu essa de Estreito, aí que fomos mesmos atingidos. Perdemos todos os nossos direitos. (PEREIRA DA SILVA, 2019).

Quando Valderice define o que é ser uma mulher atingida, podemos observar na sua narrativa que foi duplamente atingida, pois foi atingida também por outras barragens, como a UHE de Serra da Mesa. Podemos identificar que esses são os processos complexos de mudanças sociais das populações atingidas. Como afirmamos acima, o conceito de atingido está em disputa, com o movimento social e o setor elétrico, especificamente sobre a questão de violação de direitos e o reconhecimento enquanto população atingida. Diante disso, uma das maiores reivindicações do MAB é a ampliação do conceito de atingido, e este deve ser

aplicado em todas as dimensões para as famílias atingidas. Quando ocorre o processo da construção do reservatório, são considerados como municípios atingidos somente aqueles a montante, ou seja, acima da barragem, que é a direção onde o rio nasce. Para exemplificar melhor, na construção do reservatório da UHE-Estreito, foram considerados como impactados os 12 municípios a montante, como mencionei anteriormente, lembrando que Babaçulândia está inclusa. Já os municípios que estão abaixo da barragem, identificados como jusante do rio, não são considerados como impactados, embora seja válido ressaltar que os municípios que estão abaixo da barragem também sentem os efeitos do empreendimento energético. Segundo os dados da Agência Nacional das Águas (ANA), o rio Tocantins possui sete UHEs, fazendo divisa com mais quatro estados: com Goiás, UHE-Serra da Mesa e UHE-Cana Brava; com o Estado do Tocantins, UHE-São Salvador, UHE-Peixe Angical e UHE-Lajeado; com o Maranhão, UHE-Estreito (MA); e por fim, fazendo divisa com o Estado do Pará, UHE-Tucuruí. De acordo com a ANA (2019), a geração de energia elétrica do rio é de aproximadamente 11.500 MW. Isso corresponde à terceira maior capacidade energética do País.

Iniciando pela UHE-Serra da Mesa, todas as outras barragens que mencionei acima estão a sua jusante. Diante disso, as populações sentem os efeitos do barramento. De acordo com o CDDPH (2010), entende-se por efeitos a jusante: restrição ou perda do potencial pesqueiro, mudanças do regime hídrico, efeitos sobre a navegação e comunicação, perda ou redução dos recursos para agricultura de vazante. Diante disso, o processo de barramento do rio é entendido como um processo de cascata, ocorrendo as quedas da água. Os municípios ribeirinhos que estão a jusante não sentem diretamente os impactos. De acordo com o CDDPH (2010) são considerados como tipos de impacto: deslocamento compulsório - aqui neste texto entendemos como desterritorialização -, perda da terra e outros bens, perda ou restrição de acesso a recursos e modo de vida, ruptura do circuito econômico, entre outras formas de renda atribuídas ao ciclo do rio. Diante disso, Valderice considera-se duplamente atingida, porque, antes de ser atingidas pela UHE-Estreito, ela já sentia os efeitos de outras barragens citadas acima e, após a construção da UHE-Estreito, ela sente diretamente os impactos. Como ela afirma, “quando saiu essa de Estreito, aí que fomos mesmos atingidos”. Uma das lutas do movimento é a ampliação do conceito de atingido para que sejam considerados aqueles que sofrem os efeitos a jusante e ocorra o processo de mitigação dos atingidos a montante, respeitando os direitos humanos e seu modo de vida, entendidos aqui como territorialidades.

3.4 Cleonice: “Eu faço carvão, eu quebro coco, eu tiro azeite, tudo eu faço.”

Cleonice Pereira da Silva Cruz está representada na Arpillera que foi bordada pelas filhas Janete e Janeide. A minha primeira opção era entrevistar Janete, pois ela sempre esteve à frente da luta do MAB, esteve na luta de ocupação do Ilha Verde, mas disse que preferia que a mãe fosse entrevistada. Ela relembra que, se não fosse a mãe, não conseguiria tanta força para estar na luta e que a mãe a ajuda muito em relação ao cuidado com os dois filhos e na roça enquanto ela tem que estudar.

Dona Cleonice tem 55 anos de idade e estudou até o 6º ano do Ensino Fundamental. Ela revela que tem dificuldades na leitura e na escrita e que o problema da visão só agravou o problema. Cleonice nasceu no Maranhão, no município de Sambaíba, próximo a Balsas (MA). Quando se casou, veio para o Tocantins procurando melhores condições de vida. Teve quatro filhos e, segundo ela, morou pouco tempo na cidade.

> Se eu morei um ano na cidade foi muito. Tive que voltar para a rua, a mais nova eu dei, os meninos não quiseram mais estudar, a Janete casou e logo arrumou menino, aí voltei para a roça porque não dei conta de morar na cidade, é muito gasto e eu não tenho do que viver. Antes da barragem eu era posseira, na região de Mangueira (foi inundada pela barragem), plantava roça próximo a Ribeirão de Coco, plantava arroz, feijão, mandioca, milho. (CRUZ, 2019).

Na narrativa de dona Cleonice, expressa-se a dificuldade de se morar na área urbana do município de Babaçulândia. Assim como as outras participantes desta pesquisa, dona Cleonice faz várias coisas na roça: “Eu quebro coco, eu tiro o azeite, eu pesco, eu corto lenha, eu faço farinha, eu faço carvão, de tudo eu faço” (CRUZ, 2019). Dentre essas várias atividades, considera-se quebradeira de coco. Além de outras coisas, na quebra do coco e na extração do azeite ela conseguiu uma renda extra para a família.

Dona Cleonice fala da sua relação com a cidade e a roça:

> Primeiro que eu não gosto de ficar muito tempo na rua, e segundo porque eu não dou conta de morar na rua, tem que pagar água, tem pagar energia, tem que pagar tudo, eu não faço é da conta, porque tudo é comprado, você tem que pagar uma água, energia, tem que comprar o arroz, o gás, porque na fumaça ninguém não quer. E aqui, nós cozinhamos é na lenha ou carvão, o gás é muito caro, a gente não consegue comprar, até o fogão que eu tinha, até se acabou. Aqui na roça qualquer coisa eu tenho renda, eu vendo a mandioca, vendo a farinha, eu quebro coco. Tudo que tiver precisão eu dou um jeito (CRUZ, 2019).

Quando dona Cleonice usa o termo “rua”, ela está se referindo ao município de Babaçulândia, justificando que não consegue morar na área urbana devido à falta de oportunidade de emprego. Com a ausência de emprego, não consegue sobreviver porque tem que pagar água, energia, alimentos. Afirma que na roça ela consegue toda a sua alimentação por meio do seu trabalho com a terra, o cultivo de mandioca, a quebra do coco, a pescaria, entre outras atividades. Dona Cleonice fala sobre o preconceito, dizendo que já foi, muitas vezes, chamada de “invasora”, mas diz não se importar, porque é lá no Ilha Verde que ela não passa necessidades. Segundo dona Cleonice, as coisas começaram a melhorar sobre as opiniões de outras pessoas sobre os acampados do Ilha Verde.

> Nós começamos a plantar e vender na feira. Aqui tem tudo, tem peixe, tem a farinha, tem a banana, tem o mamão, tudo é daqui e tudo é sadio, nem tem veneno, não tem aquele tal de caramujo aqui não tem. Lá na rua, a maioria das hortas não dão certo porque tem as pragas dos caramujos e ninguém quer comprar, porque dá uma doença do povo, aí ninguém quer. Até que no começo, o povo da rua tinha preconceito demais com a gente, mas agora eles estão começando a se acostumar, porque eles perceberam que *precisa* de nós. Essas coisas de verde, como cheiro-verde, alface, rúcula, eles compram mais é daqui, né. Eles deixaram de comer mamão, banana lá da rua porque o caramujo come tudo e aqui não tem isso. Nossa alimentação é de qualidade. (CRUZ, 2019).

Dona Cleonice junto com sua filha Janete, foi uma das beneficiadas com o projeto *Uso de Tecnologias Sociais para a Redução do Desmatamento*, conhecido como projeto *PAIS*, (Produção Agroecologia Integrada e Sustentável), financiado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e pelo Fundo da Amazônia, gerenciado pela Associação de Desenvolvimento Agrícola Interestadual (ADAI) em parceria com o MAB. Foram implementadas 11 hortas circulares, cada horta possuindo um kit de painel de energia solar completo e outros itens para a execução do projeto. É importante ressaltar que essas famílias foram atingidas pela UHE-Estreito, e esse potencial energético, que tem capacidade de abastecer uma cidade com 4 milhões de habitantes, foi incapaz de atender às famílias atingidas.

As famílias do Acampamento Ilha Verde tiveram o acesso à energia somente com a chegada do projeto PAIS, que é obtido por uma fonte de energia solar e que serve para alimentar as hortas, sendo que o excedente dessa energia acumulada nos geradores é utilizado pelos moradores à noite para executar atividades noturnas.

Na narrativa de Dona Cleonice ela diz que a população de Babaçulândia não tem tanto preconceito com as famílias do Ilha Verde como antes, pois para muitos eles eram "invasores" de terra, isso é reflexo do trabalho das famílias na produção de hortaliças e foi potencializada como projeto PAIS é gerando renda e alimentos saudáveis sem o uso de agrotóxicos ou químicos, contribuindo para o fortalecimento da soberania alimentar das famílias atingidas.

Foto 10- Dona Cleonice com suas ferramentas de trabalho pilando arroz no pilão de madeira.

Fonte: Acervo de Janete da Silva Pereira Cruz, 2019

3. 5 Aparecida: "Quando a barragem chegou, não indenizou a pescadera... Não me indenizou, não me reconheceu".

A nossa quinta participante é dona Aparecida Alves dos Santos. Eu fui mais de três vezes em sua casa, que se localizava na comunidade Ilha Verde, mas ela não se encontrava. Um dia eu a encontrei na feira de Babaçulândia e marcamos a entrevista. Ela me afirmou: "Ei, eu sou *pescadera*, você não me encontra em casa, porque minha casa também é o rio" (DOS SANTOS, 2019).

Dona Aparecida é pescadora, mãe de oito filhos, casada, tem 50 anos de idade e estudou até a 4ª série do Ensino Fundamental. Ela se autodeclara negra e conta que viveu sua infância na beira do rio Tocantins, onde aprendeu o ofício de trabalhar na roça e na pesca desde cedo com seus pais. Dona Aparecida foi atingida pela UHE-Estreito em meados de 2009. Ela tinha uma casa no município de Babaçulândia, que foi inundada, sendo indenizada com uma casa na cidade. Segundo ela explica, não consegue viver na cidade e diz que sempre trabalhou na roça, na vazante, e sua subsistência era no período da vazão do rio, quando arrendava uma pequena área na região rural de Babaçulândia, denominada Barro Vermelho, para o plantio de arroz, feijão, melancia, entre outros. No resto do ano, vivia da pesca, e o seu local ideal para pescar era a Barra do Arraia, que, segundo ela, era onde havia os melhores peixes, tais como o Curamatã e a Caranha.

Quando pergunto qual é a sua profissão, ela me responde: "Eu sou *pescadera*". Dona Aparecida conta que, antes da barragem, trabalhava na pesca e na vazante[21].

> Nós pegávamos muito peixe, nós tínhamos o direito de trabalhar nesse tempo, depois da barragem a gente não tem mais direito de trabalhar e nem tem direito de pegar o peixe, porque eles acabaram com o rio nosso e colocaram água de mais e peixes. (DOS SANTOS, 2019).

[21] "As vazantes são definidas como uma agricultura cultivada nas planícies baixas de rios, açudes e igarapés, sustentadas pelas aluviões deixadas no solo durante a cheia do rio". (CASTRO; BARRO E RAVENA, 2018, p.69). O cultivo na vazante representa uma agricultura feita pela própria família e não utiliza insumos químicos ou agrotóxicos, praticando assim os saberes agrícolas tradicionais.

Foto 11 - Dona Aparecida dos Santos, pescando no lago de Babaçulândia

Fonte: Acervo de Chirlene Alves dos Santos, 2019.

Em relação ao trabalho na pesca, dona Aparecida fala sobre a ausência de direitos, como também o não reconhecimento pelo seu trabalho. Pode-se perceber, na fala de Aparecida dos Santos (2019), a identificação de um importante impacto ambiental no processo de transformação do rio em lago, no município de Babaçulândia (TO). Segundo nossa entrevistada, a falta de peixes tem a ver com a água do rio, que mudou. Essa mudança afetou sua renda, pois os peixes de rio tinham mais valor comercial do que os peixes atuais, que pesca no lago.

Segundo Shiva (p.13), a marginalização das mulheres se une com a destruição da biodiversidade, pois a diversidade é a principal forma de trabalho e conhecimento das mulheres. Destaca que as economias das comunidades dependem dos ciclos dos rios para realizarem os plantios nas vazantes do rio Tocantins. Em relação ao pescado, a cada ano se desloca em locais mais longe para se pegar o peixe. Para o capitalismo, o sistema de produção baseado na diversidade é considerado de baixo rendimento e identificado como atrasado.

Dona Aparecida se considera atingida, pois o seu trabalho de pescadora não foi reconhecido pelo CESTE: "Quando a barragem chegou, não indenizou o pescadera, e eu, no tempo, não tinha a carteira, não me indenizou, não me reconheceu" (DOS SANTOS, 2019), embora ela tenha reivindicado seus direitos. Aparecida argumenta: "Eu me considero bem atingida, agora com essa barragem não tenho nem direito de trabalhar para comer. A coisa que eu não tenho costume é de pedir para comer, aí como eu não tenho coragem de pedir, fico com fome mesmo" (DOS SANTOS, 2019).

Aparecida foi uma das mulheres que se juntaram ao Movimento dos Atingidos por Barragens para lutar pelos seus direitos. Segundo ela, a decisão de ocupar o Ilha Verde foi uma decisão maior do que ela, tratava-se da necessidade de sustentar os filhos:

> Na cidade não tem como eu morar, vou viver de quê? Eu preciso de lugar pra eu trabalhar, ter minhas coisas, dar de comer para os meus filhos, sem viver trabalhar nas casas, eu sempre gostei de trabalhar na roça. Eu já trabalhei nas casas dos outros, mas eu não gosto, gosto é da roça. (DOS SANTOS, 2019)

Chamamos a atenção para essa fala de dona Aparecida sobre a falta de opção da mulher negra com um baixo nível de escolaridade em sobreviver na cidade. A brasileira doutora em antropologia social Lélia Gonzalez (2018) faz uma análise sobre o lugar da mulher negra na força de trabalho. Gonzalez (20018) compreende que a mulher sofre um tríplice discriminação: de classe, raça e gênero. A mulher negra no Brasil é vista com dois tipos de qualificação profissional: doméstica e mulata. Chamamos atenção para a doméstica. As mulheres negras, devido à baixa escolaridade, se voltam para a prestação de serviços junto às famílias de classe média. Enquanto empregadas domésticas, as mulheres negras sofrem o processo de "internalização da diferença, da subordinação e da inferioridade" (GONZALEZ, 2018, p.44).

Gonzalez (2018) faz essa abordagem sobre a situação da mulher negra e o trabalho por meio de processo histórico da sociedade brasileira: o racismo. Para ela, "o racismo como

uma construção ideológica cujas práticas se concretizam nos diferentes processos de discriminação racial" (2018, p.41). A mulher negra no Brasil Colonial era a escrava, a mucama[22], a quem cabia manter todos os níveis de andamento da casa-grande, lavar, passar, cozinhar, fiar, tecer, costurar, além de dar de mamar aos filhos das senhoras da casa-grande, sendo que, após o seu árduo trabalho na casa grande, precisava cuidar dos seus próprios filhos e dar assistência ao seu marido.

Isso é ocasionado devido à dupla jornada de trabalho. Segundo Gonzalez, as empregadas domésticas devem cuidar da sua casa, dos filhos, do marido e em seguida dirigir-se à casa da patroa, levando em conta que devem acordar de três a quatro horas mais cedo para conseguir realizar todas essas tarefas. Essas mulheres negras, quando não são trabalhadoras domésticas, atuam em outras prestações de serviços de baixa remuneração.

Aparecida, ao optar por morar no Ilha Verde para cultivar e viver da pesca, recusa-se a trabalhar em outros âmbitos. Devido à sua falta de estudo, tem ciência de que suas condições de viver na cidade estão na dependência dos trabalhos domésticos de baixa rentabilidade.

3. 6 Chirlene: "A mulher é a fonte principal. É a que sofre mais com a barragem!"

Com Chirlene Alves dos Santos eu consegui fazer a entrevista na feira de Babaçulândia (TO). Por vários momentos, fomos interrompidas por clientes ou por alguém

[22] Da mucama originou-se a figura da "mãe preta", aquela que efetivamente cuidou dos filhos dos seus senhores. Contava estórias que compuseram o imaginário popular brasileiro "conscientemente ou não, passaram para o brasileiro 'branco' as categorias da cultura africana de quem eram representantes" (GONZALEZ, 2018, p.40). Devido a essa questão, Gonzalez (2018) acredita que a linguagem é fator de humanização e seria a porta de entrada da cultura. Nesse sentido, ela afirma que a "cultura brasileira é eminente negra", Embora tenha havido um processo de falsas ideologias de integração harmônica e racial representando o negro acomodado, que passivamente aceitou a escravidão" (GOZALEZ , 2018, p.39), critica essa ideologia oficial, afirmando que houve várias formas de resistência e exemplificando a mulher negra, que estimulava seus companheiros para a fuga ou a revolta, sendo que muitas cometeram suicídio para que os filhos que trazia em seus ventres não tivessem o mesmo destino que elas. A própria mãe preta foi uma resistência, mas passava, embora com eficácia simbólica.

chamando. Ela está sempre muito ocupada nas tarefas e diz que não pode descansar porque tem duas crianças para alimentar. Chirlene é filha de dona Aparecida (participante), é uma mulher de 27 anos, que se autodeclara negra e que trabalha com a horticultura no Acampamento Ilha Verde, mas antes da barragem nos conta que era arrendatária:

> Nós éramos arrendatários, um povo dava terra para nós e nós plantava. Eu plantava melancia, abóbora, arroz, feijão, milho, batata, tudo. Também pescava, minha mãe, é pescadora, meu pai também. Eu aprendi pescar com a minha mãe, porque desde que eu me entendi por gente a mãe pesca, porque nós morava no sertão, perto de um córrego que se chamava Arraia, nós morava lá no Barro Vermelho e ela saiu de lá para pescar no Arraia, e de pequenina ela me levava, eu aprendi com ela. A plantar também foi com eles, no tempo de roça, quando não tinha aula na escola, ou então final de semana o pai nos levava para a roça. (DOS SANTOS, 2019)

Aprendeu desde cedo a lidar com os trabalhos no campo, sempre ajudou os pais, aprendeu com a mãe a pescar, a trabalhar nas vazantes e nas hortas. Chirlene é uma das poucas mulheres do Acampamento Ilha Verde que cursa o Ensino Superior.

> Hoje eu estudo, porque sei que o estudo é importante, faço o curso superior de Educação do Campo em Tocantinópolis em alternância: um tempo é na Universidade e outro é na comunidade. É por isso que divido com a minha mãe, no tempo que eu estou lá ela cuida das hortas, quando eu volto ela vai pescar e minha tarefa é cuidar dos canteiros, porque precisamos vender todo fim de semana na feira para garantir a nossa renda. (ALVES DOS SANTOS, 2019).

Chirlene percebeu que, além de trabalhar nas hortas, ela tinha que estudar para dar melhores condições de vida aos seus filhos. As mulheres do Acampamento Ilha Verde trabalham de forma coletiva, como, por exemplo, Chirlene e sua mãe, Aparecida (ambas participantes desta pesquisa), como também as filhas de Cleonice, Janete e Joana, e Valderice. Chirlene e sua mãe foram beneficiadas e dividem o seu tempo entre seus trabalhos nas hortas, vendas na feira local de Babaçulândia, e o tempo de Chirlene na universidade e na comunidade (também conhecido como Pedagogia da Alternância, metodologia adotada pelo curso de Educação do Campo, possibilitando ao educando que vive no campo dividir as cargas horárias entre a universidade e o campo). A horta é mais uma alternativa para a geração de renda.

Chirlene é engajada, e foi por meio do movimento que percebeu que precisa lutar pelos seus direitos de reconhecimento como mulher atingida. Comenta que conheceu o MAB no processo de implementação da UHE-Estreito em meados de 2009.

> Primeiramente quem começou a andar nesse movimento foi a mãe, né, e me chamou para ir junto, eu comecei a andar e acabei gostando. Teve uma ação aqui em Babaçulândia, onde o escritório do CESTE, nós ficamos lá em frente uns dias, com bandeiras do MAB e cartaz, éramos contra a barragem, mas eu entrei mesmo foi na caminhada de Araguaína a Estreito em 2010, eu comecei ir para os encontros, lutas e a participar e estou até hoje. (ALVES DOS SANTOS, 2019).

Em busca de direitos, essas mulheres atingidas da Ilha Verde vão à luta em parceria com o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e participam de mobilizações, ações e ocupações, como foi o caso do Ilha Verde.

Foto 12 - Chirlene Alves dos Santos na feira municipal de Babaçulândia - TO

Fonte: Acervo de Chirlene Alves dos Santos, 2019.

Em relação à violação de direitos das populações atingidas, pergunto para Chirlene o que é ser uma mulher atingida:

> Eu acredito que seja assim, a gente é atingida, com essa barragem, com a ferrovia, devido isso aí, muitas mulheres se prostituindo, ficando doente, e isso por causa da barragem. E ainda fala que nós somos do “sexo frágil”, mas é nós que temos as maiores capacidades de adoecer, entra em depressão como muitos aí dos reassentamentos, muitos problemas de saúde, porque essas mudanças mexe muito com o psicológico da gente, ainda tem essa questão da família, dos filhos, da casa, de tudo. A mulher é fonte principal. É a que sofre mais com a barragem! Ela pensa mais, se preocupa mais e isso faz com que a gente se prejudica de todos os jeitos (ALVES DOS SANTOS, 2019).

As informações apontadas pela Comissão Mundial de Barragens (2000. p. 29) relatam as dificuldades das populações atingidas para terem acesso e participação nos processos de planejamento das barragens. Na maioria das vezes, essas informações são tardias e limitadas, e os grupos mais vulneráveis a esse processo são os indígenas e as mulheres. Esse discurso é reafirmado em 2010 pelo Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH): "Os grupos mais marginalizados durante o processo de planejamento, implementação e operação das barragens que são as mulheres, particularmente as chefes de família, não tem sido considerada suas especificidades e dificuldades particulares" (CDDPH, 2010, p. 55).

De acordo com os dados acima, podemos compreender que as mulheres são ausentes no processo de participação e decisão em relação aos empreendimentos hidrelétricos, assim como não há o reconhecimento do conceito de atingidas e dos seus trabalhos.

Por fim, podemos compreender que as mulheres participantes deste estudo falam do não reconhecimento como mulheres atingidas, assim como o não reconhecimento dos seus trabalhos produtivos. Podemos compreender, quando questionamos esse reconhecimento, que é uma lógica da epistemologia do Norte, em que ocorre uma produção de não existência, "se não se legitima ou reconhece, é declarado inexistente" (SANTOS, 2003, p.744). Portanto, aquilo que não existe não é visível, não pode ser debatido, não pode ser questionado, é impróprio de direitos. É o modelo capitalista hegemônico, regido por uma lógica colonialista, patriarcal e racista.

4. TECENDO FIOS E SABERES: A oficina de Arpillera do Acampamento Ilha Verde

A partir das articulações para a oficina que foi realizada nos dias 04 e 05 de julho de 2019, em parceria com o MAB, um dia, antes da oficina, fui dormir na casa da liderança do Ilha Verde no intuito de acordar cedo para organizar, junto com as mulheres, os materiais das Arpilleras e os alimentos para as refeições, que seriam utilizados durante os dois dias de oficina. Ao amanhecer, percebi que as mulheres estavam demorando por algum motivo. Preocupada com o avançar das horas, fui pegar as ervas frescas na casa da dona Aparecida para a atividade. Fui de voadeira com o seu Tutula, pescador e morador do Ilha Verde, até a casa dela, que se encontrava do outro lado do acampamento. Chegando lá, para a minha surpresa, estavam representantes do CESTE S. A. e um sargento da Polícia Federal fazendo uma vistoria.

Foto 13 - Vistoria do CESTE S. A. e outros no Acampamento Ilha Verde no dia da oficina de Arpillera

Fonte: Acervo da autora, 2019.

Como havia mencionado anteriormente, o Ilha Verde estava sofrendo um processo de reintegração de posse. Todas as mulheres presentes estavam nervosas com aquela vistoria; mesmo assim, foram mostrar os seus canteiros para demonstrar o quanto elas produziam. Eu peguei as ervas, chamei as mulheres para a oficina e fui em direção ao local em que ocorreria a atividade. Aos poucos as mulheres começaram a chegar, e, em seguida, vieram os mesmos representantes do CESTE S. A., com olhares curiosos e sem compreender por que as mulheres estavam reunidas naquele espaço. Um deles me chamou a atenção ao perguntar o que ocorreria naquele local. Os outros fizeram questão em vasculhar tudo, encontrando somente uma mesa repleta de ervas, verduras, cascas de plantas medicinais e uma caixa velha, cheia de retalhos de panos. Tentei explicar que se tratava de um encontro de mulheres, mas ele fazia questão de ignorar tudo aquilo e somente virou as costas e foi embora.

Diante desse clima de confronto, iniciamos a nossa atividade. O envolvimento das mulheres atingidas com a oficina de Arpillera foi realizado com a música *O Cio da Terra*, de Chico Buarque e Milton Nascimento, composta em 1977. Depois, compartilhei com as mulheres as sementes de feijão, milho e arroz, como menciona a letra da música - “afagar a terra, conhecer os desejos da terra” -, e pedi para todas semearem algo naquele dia. No ato de colocar a semente no chão, elas mencionaram as seguintes palavras: fé, esperança, dias melhores, resistência e felicidade. Cada semente tinha por objetivo mobilizar a subjetividade das mulheres, fugir um pouco de uma realidade tão dura e dar espaço para sonhos e expectativas possíveis. A simbologia foi finalizada ao nutrir e irrigar o chão. O nosso intuito foi o de que os frutos pudessem ser colhidos e que essas sementes fossem guardadas para um novo cultivo.

Foto 14 - Semeando desejos na oficina de Arpillera no Acampamento Ilha Verde

Fonte: Acervo da autora, 2019.

Diante disso, pudemos compreender que existe uma forte relação das mulheres com a terra, embora elas não sejam detentoras dessa terra. Retomando a oficina, o segundo momento foi o processo da desidratação das ervas, pois tínhamos que aproveitar as ervas que foram colhidas recentemente e ainda estavam frescas. Podemos compreender que os saberes das ervas são considerados como saberes tradicionais, embora tornem-se ausentes do campo da ciência moderna.

Ao analisar a oficina do Acampamento Ilha Verde, pude observar que é no processo da oficina que as mulheres compartilham os seus saberes sobre as ervas e falam sobre o uso medicinal. Elas também estão resistindo aos ataques do sistema dominante da ciência com sua forte ligação com a natureza, pois esses saberes são ancestrais. Esse fato também foi percebido em outras oficinas realizadas neste ano, como no Reassentamento Mirindiba, em que as mulheres aprenderam a fazer sabonetes artesanais usando plantas medicinais, como a aroeira e o jatobá. Segundo Maria da Ilha (2019), “a aroeira é uma planta anti-inflamatória e cicatrizante, ideal para a saúde íntima das mulheres; a casca da aroeira dá para fazer banhos; já para quem tem dores de estômago, deve fazer os chás. Eu garanto: é tiro e queda”.

(Registro no caderno de campo, informação concedida por Maria da Ilha, no dia 09 de junho de 2019, em oficina de mulheres atingidas do Reassentamento Mirindiba).

No segundo momento da oficina, era hora de trabalhar com as Arpilleras. Para iniciar o debate com as mulheres atingidas, busquei métodos inspirados na educação popular de Paulo Freire. Nesse sentido, trabalhei com temas geradores que, segundo Freire (2014, p.134), são realizados por meio de uma metodologia conscientizadora, que possibilita a apreensão do próprio mundo dos envolvidos na pesquisa, quando eles conseguem perceber a sua realidade de uma forma mais crítica.

Freire (2014) trabalhava com o método de alfabetização com trabalhadores rurais, jovens e adultos, no Nordeste brasileiro, tendo como objetivo a educação como prática de liberdade. A primeira etapa ensina a ler e escrever em busca de uma comunicação com o mundo cognitivo, obtida por meio da palavra. As palavras precisam ser oriundas do próprio universo do alfabetizando, o que permite um rápido domínio da escrita como também o engajamento na leitura: "As palavras são chamadas geradoras porque, através da combinação de seus elementos básicos, proporcionam a formação de outras". (FIORI, 2014, p.14).

Podemos compreender que os temas geradores tratam de temas que ligam a realidade do sujeito com a realidade do mundo hegemônico. Os sujeitos obtêm a interpretação do todo e não só das partes, e este é o início da caminhada para a tomada de consciência sobre a realidade.

> Ao oferecerem possibilidades plurais de análises no processo de sua descodificação, as codificações, na organização de seus elementos constituintes, devem ser uma espécie de 'leque temático'. Desta forma, na medida em que sobre elas os sujeitos descodificadores incidam sua reflexão crítica, irão 'abrindo-se' na direção de outros temas (FREIRE, 2014, p.152).

Diante disso, inspirada na perspectiva de educação popular, propusemos para as mulheres que refletissem sobre alguns temas que foram gerados a partir dos debates entre elas e chegamos nas palavras Mulheres, Barragens e Autonomia. Em seguida, esses temas tomaram significado por meio de palavras escritas ou expressas oralmente. À vista disso, as palavras foram tomando significados, como em relação ao que elas fizeram com as palavras "mulheres à luta, resistência, mulheres e guerreira". Perguntamos o que é ser uma mulher moradora do Ilha Verde. De acordo com Chirlene, "é uma responsabilidade muito grande, eu mulher e moradora da Ilha Verde, eu tenho orgulho em dizer porque eu te falo de certeza que eu não me troco por qualquer homem não, de jeito nenhum" (informação oral, concedida por, Chirlene Alves dos Santos, 04/07/2019).

Problematizamos a palavra “barragem”, se ela trouxe melhores ou piores condições de vida para as populações atingidas. A maioria das mulheres atribuíram a essas palavras sentimentos como tristeza, raiva, decepção; outras atribuíram a sentidos de destruição, prejuízo, “acabou com a nossa vida”.

> Para mim ficou ruim, não ficou bom não. Eles destruíram o rio e destruíram a beira do rio e as terras do povo trabalhar, depois que eles acabaram com o rio e terra do pessoal a gente não pôde mais trabalhar nem mais pra comer, porque eles não deram terra para povo trabalhar. E se a gente tira um pedaço de terra na beira do ribeirão para trabalhar. Eles não querem aceitar, a gente trabalha e não dá nada para ninguém. Não deixa trabalhar e não dá nada. (Informação oral, concedida por, Aparecida Santos, 04/07/2019).

A outra questão tratada foi a partir da palavra gerada “autonomia”. Perguntamos às mulheres o que isso significava para elas. As mulheres relacionaram essa palavra às hortas.

> Foi com a chegada das hortas, o povo aqui já mexia com horta, eu levei eles para vários lugares para conhecer coisa fora, depois que saiu esse projeto eu me interessei em estudar em conhecer coisas novas e aprendi, muita coisa, que eu hoje eu me sinto preparada pra ensinar outras pessoas. (Informação oral concedida por Valderice Pereira da Silva, 04/07/2019).

Desta forma, as mulheres foram refletir sobre o debate e depois ressignificar suas vivências no bordado da Arpillera, tomando a sua linguagem como segundo momento de sistematização dos saberes construídos. Na reflexão das mulheres, apareceram o trabalho, a perda de direitos com a barragem e, por fim, a autonomia com o trabalho que as hortas proporcionam para elas.

O primeiro fio tecido pelas mulheres foi “o mundo do trabalho feminino”. Utilizo esse termo, pois faz parte dos seis eixos temáticos, como mencionei anteriormente. Os eixos fazem parte do acervo das Arpilleras do MAB Nacional, que foi representado na Arpilleras do Acampamento Ilha Verde pelas seis mulheres mencionadas nesse trabalho, expressando o vínculo com a suas territorialidades ribeirinha antes-pós barragem: a vazanteira, a pescadora, a extrativista, a quebradeira de coco, a barraqueira e a agricultora. No processo do bordado, as mulheres dialogaram entre si e refletiram sobre o porquê da escolha dessas personagens. Segundo elas, era por meio desses trabalhos que alimentavam os seus filhos. Muito embora percebamos que nesta peça da Arpilleras as mulheres não expressem seus trabalhos reprodutivos, entendemos esse termo a partir de uma perspectiva de Silvia Federici, que analisa esse conceito dos trabalhos reprodutivos na acumulação capitalista, ou seja, trabalho que produz mais-valia para o capital: cuidar dos filhos, da casa, do marido, limpar, preparar os alimentos e cultivar os quintais não gera lucro para o capital, sendo entendido

como trabalho reprodutivo - mais adiante voltaremos a discutir esse tema. Os trabalhos da roça também são expressos na Arpillera: as vazantes, a quebra do coco, a pesca, entre outros. Embora os trabalhos realizados no âmbito da casa, como cuidar do lar, dos filhos, entre outros, não tenham sido expressos nas Arpilleras, podemos observar a ausência dos trabalhos reprodutivos nas três oficinas, em que as mulheres não expressam esses trabalhos reprodutivos nas Arpilleras, somente aqueles ditos produtivos.

É importante destacar que a Arpillera é feita coletivamente, embora os arremates, ou seja, a costura final, sejam feitos por uma única pessoa; no caso, foi a liderança do acampamento. Valderice acabou me contando que já foi costureira. Deste modo, sabe cortar, costurar, bordar, entre outras atividades envolvendo a arte têxtil.

A Arpillera do Acampamento Ilha Verde foi finalizada e já foi exposta em alguns espaços em que o MAB tem abertura, como na Universidade Federal do Tocantins, em seminários, feiras de agroecologia, eventos de movimentos sociais, entre outros. A nossa ideia inicial era fazer uma exposição oficial das Arpilleras do Norte do Tocantins. Devido a problemas de logística, ainda não foi possível. Valderice reflete sobre as Arpilleras:

> Fazer exposição é um caminho certo, quem sabe um dia seja valorizada, não é uma coisa para ficar guardada, porque não adianta ter um conhecimento e guardar só para você. A gente tem que ter o conhecimento e mostrar para outras pessoas, colocar em prática. Eu fico muito triste quando eu vou participar de um curso, por exemplo, e quando eu chego as pessoas não sabem o que foi que aconteceu lá no curso, as pessoas falam, eu não sei, se eu participar eu sei. Tem mulher que costura e não sabe o que significa aquilo ali, exposição e ficar uma coisa registrada, guardar não adianta nada, não adianta só as mulheres ver de saber daquela Arpillera. (PEREIRA DA SILVA, 2019).

De antemão, podemos compreender que os processos de aprendizado são diferentes para cada mulher participante, entretanto elas conseguem compreender o processo de registrar as suas narrativas. Como afirma Chirlene, “ajudaria muito a contar história dentro da comunidade, os acontecimentos, o que nos levou a ocupar essa área, e eles (população do município de Babaçulândia) iriam entender por que a gente faz essa ação no município. Eu acharia bom” (ALVES DOS SANTOS, 2019). A nossa participante dá a entender que a Arpillera é uma ferramenta que ajudaria a população a compreender o processo de ocupação de área.

As mulheres, inspiradas na luta pelo direito de reconhecimento como atingidas, bordam sobre o reconhecimento dos seus trabalhos produtivos e sobre a sua emergência atual, a ameaça de expulsão do território. Na Arpillera do Acampamento Ilha Verde, as mulheres

bordaram a frase do discurso coletivo “Pelo direito de plantar, colher e comer” e inseriram a palavra “mulheres”. Percebemos, então, o protagonismo das mulheres em prol dos seus direitos como populações atingidas. Para finalizar a Arpillera, foi feita uma carta coletivamente e assinada por elas, onde foi colocada a impressão digital da mão das mulheres: “Pelas mãos que sustentam a feira de Babaçulândia”. Diante disso, podemos perceber as ausências e emergências das mulheres que permearam a oficina de Arpillera do Acampamento Ilha Verde. Mais adiante identificaremos as sociologias das ausências e emergências.

Foto 15 - Arpillera bordada pelas mulheres do Ilha Verde: “Mulheres pelo direito de plantar, colher, comer”.

Fonte: Acervo da autora, 2019.

4.1. O bolso: sociologia das ausências das mulheres atingidas por barragens

Por meio da oficina foi possível identificar quatro ausências das mulheres atingidas por barragens. Não podemos esquecer o nosso ponto de partida, e volto aqui a sintetizar alguns conceitos: estamos falando do outro lado da linha abissal, o Sul global. Aprendemos que existe o Sul, aprendemos a ir para o Sul. Agora chegou o momento de aprender a partir

do Sul. Primeiro ponto: preparamos o nosso olhar para perceber as experiências sociais ausentes.

Neste estudo, chamaremos a atenção para a sociologia das ausências e emergências. De acordo com Santos (2003), o mundo é regido pelas leis do mundo ocidental, pautadas na concepção do tempo e da temporalidade, que define o passado, o presente e o futuro. A partir de um pensamento linear proposto pelas concepções ocidentais, ao contrair o presente, o futuro será expandido. Diante disso, Santos (2003) pensa o inverso: acredita que o presente precisa ser expandido, pois é no presente que é possível encontrar as experiências sociais, impedindo o seu desperdício, e, desta forma, o futuro será contraído.

> A ampliação do mundo ocorre não só porque aumenta o campo das experiências credíveis existentes, como também porque, como eles aumentam as possibilidades de experimentação social no futuro. A dilatação do presente ocorre pela expansão do que é considerado contemporâneo, pelo achatamento do tempo presente de modo que, tendencialmente, todas as experiências e práticas que ocorrem simultaneamente possam ser consideradas contemporâneas, ainda que cada uma à sua maneira. (SANTOS, 2003, p. 746)

Para isso, Santos (2003) propõe criar espaços-tempo para valorizar as infinitas experiências sociais que estão no presente e que devem ser expandidas por meio da sociologia das ausências. O futuro será contraído, possibilitando expectativas possíveis, compreendidas como a sociologia das emergências.

Foto 16 - Costurando o bolso, que fica atrás da peça da Arpillera

Fonte: Acervo da autora, 2019

Desta maneira, o nosso objetivo até aqui é perceber, nas experiências das oficinas de Arpilleras das mulheres atingidas, as suas ausências e emergências, contribuindo assim para a construção de uma epistemologia feminista do Sul. Aqui vamos identificar as ausências e em seguida pensar alternativas para ocupar os espaços das ausências, que iremos identificar como ecologia de saberes, que é constituída por vários tipos de saberes. Por meio das lutas e resistência são gerados saberes diferentes, e podemos entender como a ecologia de saberes atua em diferentes concepções epistemológicas e práticas. Como afirma Santos (2019), são interações dialógicas. E como ocorre isso? A partir das ausências das mulheres atingidas, iremos aqui pensar alternativas para romper com as lógicas que foram impostas diante das dominações, como já citamos anteriormente, capitalismo, colonialismo, patriarcado e racismo

4.2 I Ausência: o não reconhecimento como mulher atingida

As ausências serão analisadas por meio das dominações do modelo hegemônico como colonialista-capitalista-patriarcal. Primeiramente essa análise foi a partir das narrativas das mulheres atingidas e, através da oficina, pude observar que, a partir da base da perspectiva do empreendimento energético sobre a vida das mulheres, temos o processo de não reconhecimento do conceito de atingida, que é a nossa primeira ausência. As mulheres não foram reconhecidas ou indenizadas devido aos critérios do empreendimento energético, que agem por meio da concepção territorial- patrimonialista (VAINER, 2003), ou seja, o atingido é aquele que é proprietário da terra. Já foi debatida essa questão, mas é válido ressaltar o caso de dona Pedrina Carvalho, que, como citamos anteriormente, não recebeu a indenização porque não possuía a posse da terra. A questão fundiária brasileira segue um longo histórico de ausências das mulheres em possuírem a terra. Na maioria das vezes, as mulheres não são proprietárias das terras, são dependentes de seus maridos ou companheiros, e isso é decorrente de um processo histórico brasileiro de distribuição de terras, quando, em casos raros em que as mulheres eram proprietárias, isso se deu por meio de herança.

Como vimos, diante da perspectiva do empreendimento energético, o não reconhecimento como "atingidas" é sucedido de argumentos como o mencionado anteriormente: a falta da titularidade da terra. Para resolver esse problema, a luta do MAB é pela ampliação do conceito de atingido, como já mencionamos e detalhamos anteriormente. Embora o que nos cabe aqui é romper com esse discurso do empreendedor energético, para a empresa, reconhecer as mulheres como atingidas necessita, primeiro, que as mulheres se reconheçam e se percebam como atingidas (lembramos que mencionamos mulheres devido ao recorte deste trabalho). Entendo que o conceito de atingido(a) não é só uma questão técnica, é também uma questão política.

Ao analisar as realidades das mulheres do Ilha Verde, pode-se perceber que é por meio das ocupações, como nos acampamentos que mencionamos anteriormente (Estreito/ Luzinópolis), que entendemos que não é só um processo de ocupar a terra, trata-se de um processo educativo e político, é durante essas lutas, que elas se entendem como "povo atingido". Diante disso, não se ocupa uma terra, ocupa-se um território. Pela reflexão e pela prática, práxis (FREIRE, 2014), desenvolvem-se novos aprendizados e novos saberes. Embora as mulheres aprendam na luta outras formas de organização de trabalho, como por exemplo, o processo de bordar Arpilleras, elas mencionam as experiências que obtiveram na

luta, como, por exemplo, no acampamento de Estreito[23], na frente do canteiro de obras, que ficaram quase um ano e tiveram uma formação enquanto faziam a luta dos atingidos.

Após o término do acampamento, surgiram as lideranças, e assim foram formados os acampamentos nas regiões atingidas. Esses acampamentos surgem como emergências das populações atingidas. Nas experiências de educação popular das mulheres atingidas, por meio da própria luta, ocorre o processo de formação como novas lideranças. Destacamos o protagonismo feminino, em que podemos identificar algumas mulheres líderes em seus receptivos nos municípios atingidos, como em Babaçulândia, onde temos, no Acampamento Ilha Verde, Valderice, entre outras; no mesmo município, temos o Acampamento Arraia, com a liderança Branca. Em Barra do Ouro, no Acampamento Beira do Rio, como liderança temos a Leudene. No reassentamento Mirindiba, temos Maria da Ilha; no município de Palmeiras do Tocantins, no Acampamento Coragem, temos a liderança Jacirene. Ressaltamos que as mulheres tiveram bastante protagonismo diante da luta contra Estreito, inclusive entre elas duas são vereadoras de seus municípios, como Branca e Leudene, defendendo a população dos pescadores. Por meio das experiências que obtiveram nos acampamentos passados, aprenderam a ser lideranças, aprenderam a lutar, a se organizar, a formar associações de moradores, aprenderam a organizar novos territórios, a reivindicar seus direitos. Nesse processo dinâmico e luta, as mulheres se reconhecem como atingidas, construindo novos saberes.

4.3 II Ausência: trabalho produtivo e reprodutivo

A segunda ausência das mulheres atingidas é a falta de reconhecimento dos seus trabalhos reprodutivos. Afinal, o que é trabalho? Maria Mies (2016, p.841) analisa o conceito de trabalho a partir de uma perspectiva marxista, em que é entendido, em sua maioria, como trabalho produtivo nas relações capitalistas, ou seja, trabalho que produz mais-valia. Embora

[23] Acampamento de Estreito, que perdurou por aproximadamente um (1) ano, foi ocupado em 16 julho de 2009, com aproximadamente 400 famílias (esse número variava no decorrer dos meses para mais ou para menos), reivindicando seus direitos próximo ao canteiro de obra da Hidrelétrica de Estreito. O acampamento finalizou com uma marcha de Araguaína (TO) ao Estreito (MA), realizada em 23 de agosto de 2010 com 10 dias de caminhada, percorrendo 120 km. Participaram dessa marcha mulheres e homens atingidos(as) com a parceria de movimentos sociais, além do MAB, do MST, da CPT, de movimentos de direitos humanos e de movimentos de mulheres, entre outros.

as mulheres também desempenhem trabalhos que reproduzem a mais-valia, esse conceito é dotado de uma marca masculina, pois as mulheres são definidas tipicamente como donas de casa, ou seja, não trabalhadoras. Como afirmou dona Aparecida, “quando a barragem chegou, não indenizou a pescadera... não me indenizou, não me reconheceu” (DOS SANTOS, 2019).

Como afirma o estudo elaborado por Luciana Ramos (2011) em parceria com o MAB por meio do diagnóstico participativo da UHE-Jirau, Santo Antônio e Samuel, em relação aos trabalhos femininos, 14% das entrevistadas recebem algum tipo de remuneração ou indenização, e os outros 78% trabalham na lavoura e exercem trabalhos domésticos. O diagnóstico, assim como as entrevistas realizadas, evidencia o não reconhecimento dos trabalhos femininos como produtivos. É no processo de construção das barragens que ocorrem as maiores violações de direitos das mulheres.

Na pesquisa de Patricia Malves e Alice Alves (2018, p.176), elas abordaram a questão da invisibilidade das mulheres atingidas, que aqui será entendida como ausências. Mencionam os dois documentos em que já foi referido aqui neste trabalho como o CDDPH (2010), Comissão Mundial de Barragem (2000. Nos dois documentos consta que a pauta das mulheres continua sendo desconsiderada pelas empresas/ consórcio de energia, que, no caso da UHE-Estreito, é o CESTE. Para fazer essa análise, as autoras utilizam outros documentos como o EIA/RIMA e o relatório CNEC (2001), O primeiro documento é foi expedido pelo IBAMA e outros órgãos governamentais e o último o relatório foi realizado por uma empresa privada contratada pelo o CESTE para fazer o relatório em que possui 290 páginas e prevê diversos impactos para as comunidades atingidas, embora o termo “mulher/mulheres” seja citado somente três vezes em todo o relatório: uma fazendo referências às mulheres Krahô, que também foram atingidas pela UHE-Estreito, e as outras duas são referências ao “Programa Saúde da Mulher”. Podemos compreender que não houve nenhuma medida específica para o caso das mulheres, somente uma ressalva do programa de “Apoio às atividades de extrativismo e frutas nativas e babaçu”. Entretanto, não há algo especificamente neste programa que venha atender às necessidades das mulheres. Segundo as autoras, os processos de levantamento de dados negaram o protagonismo das mulheres na produção.

Apesar das denúncias, como apontado no decorrer desta pesquisa, as mulheres ainda se encontram em relações ausentes com os empreendimentos energéticos, sendo uma das principais ausências a negação dos seus trabalhos produtivos e reprodutivos.

Outra questão pontuada pelo empreendimento energético é o não reconhecimento dos trabalhos das mulheres atingidas na roça ou o trabalho informal. O MAB, em 2011, lança uma cartilha sobre as violações de direitos das mulheres, que também propõe pensar políticas para as mulheres atingidas:

> Que o IBAMA e órgãos ambientais licenciadores nos estados exigem que os Estudos e Relatórios de Impacto Ambiental contemplem a identificação, qualificação, mensuração e registro sistemático das mulheres atingidas, suas especificidades e necessidades especiais [...] contemplem a concepção, a elaboração e a implementação obrigatória de programas de projetos específicos para mitigar, reconstituir, repor, indenizar, e compensar as perdas das mulheres atingidas por barragens; que, em todas as circunstâncias, as prefeituras e governos estaduais, no âmbito de sua competência, assegurem a todas as mulheres atingidas por barragens a imediata e adequada assistência para enfrentar a nova realidade instaurada pelo empreendimento, cabendo os custos ao empreendedor; que as mulheres atingidas por barragens tenham assegurada ampla participação em todas as etapas dos processos de planejamento, implantação e operação de empreendimentos. (MAB, 2011, p.30-31).

Apesar de essas pautas fazerem parte do plano de um projeto popular energético do MAB, as mulheres do Acampamento Ilha Verde não foram indenizadas ou mitigadas no processo de implementação da UHE-Estreito em relação aos seus trabalhos. A partir da perspectiva do empreendimento energético, os trabalhos das mulheres não foram considerados como trabalhos produtivos. O extrativismo, a quebra do coco babaçu, a pescaria e as vazantes não foram reconhecidas pelo CESTE por serem entendidos como “informais”, que “não têm vínculo com associação”, não possuem carteira profissional de trabalho, como a carteira de pescador(a), assim como os trabalhos na roça, que são considerados como “ajuda”, palavra esta que será muito usada nas discussões a seguir. Segundo Silva (2013, p. 13), o trabalho do homem é considerado como produtivo e o das mulheres na roça como “ajuda”.

As mulheres são destinadas aos trabalhos reprodutivos. O problema do trabalho reprodutivo é o do não reconhecimento desse trabalho, tornando-se ausente para os meios de produção capitalista. Caímos na monocultura do saber, em uma lógica produtivista. Como crítica Santos (2003), tudo gira ao redor do lucro, e tudo que não o produz é considerado como improdutivo e tornado ausente.

Esses trabalhos ditos produtivos não foram reconhecidos pela empresa, e os trabalhos reprodutivos nem ao menos foram mencionados.

> O capital criando a dona de casa para servir física, emocional e sexualmente o trabalhador do sexo masculino, para criar seus filhos, remeter suas meias, cuidar do seu ego quando estiver destruído por causa do trabalho e das (solitárias) relações sociais que o capital lhe reservou. É preciso essa combinação particular de serviços físicos, emocionais e sexuais que está envolvida no papel das mulheres que devem desempenhar para que o capital possa criar a personagem específica de criada que é a dona de casa, tornando seu trabalho tão pesado, e ao mesmo tempo, tão invisível. (FEDERICI, 2019, p. 44-45)

De acordo com essa definição da autora, podemos compreender que os trabalhos reprodutivos são constituídos de atividades físicas, emocionais e sexuais que são naturalizadas. Em consequência, os trabalhos reprodutivos não são reconhecidos pelas próprias mulheres, como foi observado nas oficinas de Arpilleras. Nas personagens, as mulheres falam que são vazanteiras, pescadoras, agricultoras, quebradeiras de coco, entre outras atividades, algumas até bordam suas ferramentas de trabalho (enxada, pá, facão, entre outras), mas não bordam os trabalhos reprodutivos. Diante disso, existe uma ausência dos trabalhos ditos reprodutivos. Mas a que se deve isso? A dívida não é das mulheres? Não. A dívida é de um longo processo histórico, capitalista e patriarcal, volto a reafirmar, no qual ocorre a naturalização dos trabalhos femininos. De acordo com a pesquisa de Malves e Alves (2018), foi identificado o processo de ausência das mulheres atingidas pela UHE-Estreito no reassentamento Mirindiba, quando as autoras, ao perguntarem no que elas trabalham, as mulheres atingidas respondem que trabalham na roça, na lavoura, entre outros trabalhos, mas não mencionam os trabalhos reprodutivos.

Outra observação é ao descreverem seus trabalhos na roça e ao mencionarem a palavra “ajuda” aos maridos. Segundo Federici (2019), o problema está no discurso de naturalização das mulheres, está na imposição dos trabalhos reprodutivos das mulheres, tidos como naturais, “fazendo parte da psique e da personalidade feminina, uma necessidade interna, uma aspiração, supostamente vinda das profundezas da nossa natureza feminina” (FEDERICI, 2019, p. 42).

A partir dessa imposição de naturalização dos trabalhos reprodutivos, em que as mulheres foram ensinadas, desde cedo, que os trabalhos domésticos devem ser feitos por “amor”, somos ensinadas a ser dóceis, dependentes, frágeis, e é aí que está o pilar do capital, apoiado por séculos no meio dos trabalhos reprodutivos das mulheres. Como nos aponta Federici (2019, p. 44), o capital nos convence a negar o salário doméstico e convertê-lo em um ato de amor ao mesmo tempo que convence o homem a se tornar o detentor do trabalho, e, assim, a mulher torna-se sua dependente. Deste modo, as relações capitalistas causam a opressão das mulheres nas relações sexuais e afetivas.

4.4 III Ausência: divisão desigual do trabalho

Diante desse modelo capitalista e patriarcal é que ocorre, por meio dos trabalhos produtivos e reprodutivos, a divisão sexual do trabalho ou, para outras estudiosas, a divisão social do trabalho. Nesse sentido a crítica de Mies (2016) é quanto a essa visão distorcida do conceito de divisão sexual do trabalho: "O conceito sugere que homens e mulheres se dividem nas diferentes e indispensáveis tarefas sociais". Segundo a autora, trata-se de uma divisão desigual do trabalho.

De acordo com Silvia Federici (2018), a divisão sexual do trabalho é evidenciada pelo surgimento do capitalismo. A autora menciona que, durante o período medieval, a organização sexual do trabalho não era algo tão visível como é no capitalismo, pois as mulheres trabalhavam nos campos, cuidavam dos filhos, cozinhavam, lavavam, cuidavam de suas atividades próximas casa, e isso era visto como trabalho. Nesse sentido, "não eram desvalorizadas e não supunham relações sociais diferentes das dos homens, tal como ocorreria em breve na economia monetária, quando o trabalho doméstico deixou de ser visto como um verdadeiro trabalho" (FEDERICI, 2018, p.53). Ela refere que a maioria das tarefas realizadas pelas mulheres no período medieval eram feitas de forma coletiva com outras mulheres, e a cooperação entre elas era fonte de poder e de proteção para todas, tendo como base essa solidariedade feminina.

Em relação à divisão desigual do trabalho, isso foi observado nas três oficinas de Arpilleras. Embora especificamente no Ilha Verde as mulheres digam que não há essa divisão, que ambos trabalham igualmente, deixam a entender que essa divisão é equiparada. Entretanto, outras participantes afirmam que as mulheres trabalham mais que os homens. Podemos observar a divisão sexual do trabalho nas oficinas, principalmente nos trabalhos direcionados à cozinha e ao cuidar das crianças.

A metodologia da oficina de Arpillera previa que homens contribuíssem na infraestrutura da oficina de Arpilleras com a organização da oficina, assim como foram distribuídas as tarefas uma semana antes da atividade. Os homens ficariam encarregados da cozinha. Nos movimentos sociais, em sua maioria, trabalha-se com a divisão de tarefas. Como a oficina seria com as mulheres, os homens estavam encarregados de dar andamento para as atividades relacionadas à alimentação das participantes. Deste modo, temos dois

grandes desafios para a execução de uma oficina nos territórios atingidos: a limitação da participação dos homens nas tarefas tidas como domésticas, ou reprodutivas, e o cuidado com as crianças. No Acampamento Ilha Verde, nas reuniões antes da oficina, cinco homens se inscreveram para preparar a alimentação das participantes, embora, desses cinco homens, somente três tenham comparecido para trabalhar na cozinha; os outros dois não compareceram no horário tratado, chegaram apenas quando o almoço ficou pronto. A ideia era fazer cozinhas coletivas, com o objetivo de que todos pudessem compartilhar o momento da refeição, assim como também a coletividade ocorre antes mesmo da preparação, pois os alimentos foram doados pelos próprios moradores, como mandioca, feijão, peixes, hortaliças e frutas, como mamão e melancia. Os alimentos que não havia no acampamento foram custeados pelo MAB. Um dos desafios da cozinha é a "naturalização" das mulheres de ficarem à frente do preparo dos alimentos. Esse desafio da cozinha não foi somente no Ilha Verde. Nas outras duas oficinas, também ocorreu da mesma maneira, como no Mirindiba, em que tivemos a participação de dois homens. No Dom Bosco, que foi o caso mais complicado, os homens não ajudaram, mas a todo momento estavam lá, e eu percebi um certo assédio dos homens e até mesmo uma tutela dos maridos. Em um dos episódios, um jovem sentou e ficou observando o que as mulheres conversavam, ocorrendo um certo constrangimento para as mulheres que estavam ali, tentando falar sobre suas subjetividades. Eu, cuidadosamente, pedi que o rapaz se retirasse, mas ele se negou, ficando um bom tempo no espaço das mulheres até perceber que não era bem-vindo naquele momento. Apenas para lembrar que a nossa ideia não é a exclusão dos homens nesse espaço, o objetivo era que eles contribuíssem em outros momentos do evento, como cuidar das crianças e da cozinha, enquanto as mulheres participavam da roda de conversa. É difícil reunir as mulheres, pois elas sempre estão ocupando os espaços domésticos e não sobra tempo para participar de eventos.

Destaco um momento na oficina do Acampamento Dom Bosco, em que, segundo as mulheres, era a primeira vez que havia uma atividade direcionada especificamente para elas. Algumas mencionaram que já participaram de outras oficinas de Arpillera, mas no Acampamento Dom Bosco era a primeira vez. Percebemos a importância do espaço identificado como seguro para as mulheres atingidas. Mais adiante voltarei a falar disso.

Pois bem, o nosso maior desafio nas oficinas de Arpillera, além da cozinha, é o cuidado com as crianças, lembrando que o objetivo não era inverter os papeis durante o processo da Arpillera, pelo contrário, como mencionamos anteriormente, a ideia era a divisão igual de tarefas e responsabilidades, que sempre é uma coisa complexa, principalmente nos

territórios das populações atingidas. A partir das três experiências que tivemos com as oficinas de Arpilleras, ressalto que no Acampamento Dom Bosco os homens tiveram maiores dificuldades em contribuir com o processo de cozinha e crianças. Outro exemplo é o Reassentamento Mirindiba, em que tivemos duas participações masculinas. No Acampamento Ilha Verde, os homens contribuíram mais do que nas outras duas oficinas, mas também encontramos dificuldades para a parceira deles nas atividades que envolviam a cozinha e as crianças.

Como pontuamos, temos o nosso segundo desafio, que são as crianças. As mães não têm com quem deixá-las e as levam para as oficinas. Como alternativa, os movimentos sociais optam pelas Cirandas Infantis, como mencionei anteriormente: grupos de mulheres ou homens, em sua maioria adolescentes, ficam responsáveis pelas crianças enquanto as mães participam das oficinas. No primeiro dia da oficina de Arpillera do Acampamento Ilha Verde, dois adolescentes ficaram responsáveis, Cristina e Fabrício, filhos das participantes. É importante relatar, como foi observado, que os homens não cuidam das crianças enquanto as mães estão na oficina. Isso foi notado nas três oficinas.

O cuidado com as crianças é um caso à parte: nas três experiências das oficinas de Arpillera realizadas com as atingidas, tivemos somente a participação das mulheres envolvidas no cuidado das crianças. Na maioria dos casos, eram os adolescentes voluntários que ficavam responsáveis pelo cuidado com as crianças. Não percebemos o mesmo interesse dos homens na execução da tarefa. Somente no Ilha Verde que um homem jovem cuidou das crianças; nas outras duas oficinas, eram mulheres jovens. Continua sendo um desafio reunir as mulheres-mães e elas continuarem participando inteiramente das atividades. Embora, na hora dos bordados as meninas sempre se interessem, foi observado que elas ficam do lado da mãe brincando com os retalhos, em especial na hora de fazer as personagens.

Foto 17- Na oficina de bordados das Arpilleras, as meninas se interessam em ficar do lado das mães

Fonte: Acervo da autora, 2019.

Esses dois cenários, de cozinha e cuidado com filhos, mostram apenas uma parte da realidade do sistema patriarcal, que perpassa todas as esferas sociais, como afirma Saffioti (2015). Nos trabalhos de cuidado da casa, dos filhos, de limpar cozinha, ocorre um processo de naturalização desses trabalhos, como mencionamos anteriormente, embora, quando esses trabalhos não são realizados, acabam tendo um grande conflito na vida familiar, demonstrando assim a sua importância.

Como foi observado, ocorre o processo de "naturalização" dos trabalhos reprodutivos. Retomamos um pouco a oficina do Acampamento Ilha Verde: por meio da divisão sexual do trabalho, foi identificada a dupla jornada de trabalho das mulheres, em especial no segundo dia de oficina (lembrando que foram dois dias de oficina). As mulheres estavam demorando bastante, e agora não era por causa de vistoria do CESTE S. A., como foi mencionado antes, mas o atraso era referente às atividades que precisavam ser realizadas antes de saírem de casa. Segundo as mulheres, elas acordavam bem cedo, antes mesmo das 6 horas, faziam o café, alimentavam as galinhas, molhavam as hortas, acordavam e preparavam os filhos para levá-los à oficina. Depois do cumprimento desses trabalhos, estavam prontas para ir à oficina. Segundo o próprio relato delas, fazem isso todos os dias,

e, na maioria das vezes, os seus companheiros não dividem com elas esses trabalhos domésticos.

Como fazer para as mulheres perceberem esse processo? Para aguçar a percepção das mulheres em torno do trabalho, propusemos a dinâmico do relógio. Aqui vamos nos deter na oficina de Arpillera de Dom Bosco, quando entramos no debate sobre quais eram os trabalhos das mulheres, pedindo que elas identificassem seu tempo de trabalho e o tempo de trabalho de seus companheiros, representado em um relógio das mulheres e outro dos homens. As mulheres acordam, em geral, uma hora mais cedo que os homens para preparar o café, cuidar da casa, dos bichos (galinha, porco, cachorro etc.), adiantar os preparativos do almoço e ir para a roça com o marido; voltam também uma hora mais cedo que ele para preparar o almoço, depois alimentar as crianças e esperar o marido para almoçar. Eles depois tiram um cochilo, e elas ficam na lida de arrumar a cozinha e adiantar a janta. Enquanto os maridos descansam, as mulheres não param. No período da tarde, elas voltam com os maridos para a roça e depois voltar mais cedo para casa para poder preparar a janta e cuidar dos filhos. Quando os filhos retornam da escola, elas ajudam nas tarefas, e assim termina o longo dia das mulheres, alternando entre 21h e 22h. Após essa atividade, elas perceberam como trabalham muito mais horas que os homens.

Podemos pensar nas experiências das mulheres expressando por meio das Arpilleras o relógio em que identificam o tempo da mulher e tempo do homem, identificando assim as temporalidades de gênero (feminino e masculino). A Arpillera foi bordada através da atividade no relógio. Foram desenhados dois relógios, um do tempo dos homens e outro do das mulheres para que as mulheres conseguissem identificar e se localizar. Com a participação das mulheres, foi possível observar que o relógio que registrava mais trabalho era o das mulheres, sendo possível observar que possuem uma jornada dupla de trabalho: cuidar da casa, trabalhar na roça e trabalhar para os filhos e o marido. Torna-se ausência, pelo nosso atual modelo hegemônico, o trabalho da mulher em casa, que é colocado como “afazeres” (SILVA, 2013), tratando de uma obrigação das mulheres, e o trabalho na roça sendo considerado “ajuda”. Cai-se, assim, na lógica produtivista, na naturalização do trabalho da mulher, o trabalho que é desenvolvido para atender os filhos e o marido e que a sociedade encara como um trabalho feito por amor, que, além de tudo, seria biológico, sendo o “cuidar” parte da própria biologia da mulher, naturalizando-a.

Foto 18 - Comparação do relógio feminino (à direita) e do masculino (à esquerda). Mulheres atingidas do Acampamento Dom Bosco, em Oficina de Arpillera, (2019)

Fonte: Acervo da autora, 2019.

A atividade do relógio foi realizada com o intuito de que as mulheres participantes conseguissem visualizar todas as suas horas de trabalho e percebessem como estão ausentes diante do sistema patriarcal, que lhes nega o reconhecimento das formas de trabalho no âmbito privado, valorizando apenas o trabalho no âmbito público e, por isso, demonstrando a desigualdade de gênero em que as mulheres vivem dentro do nosso atual modelo capitalista. O tempo não é definido entre o trabalho de dentro ou de fora da casa, como ocorre com as mulheres assalariadas. Deste modo, as mulheres acumulam uma dupla jornada de trabalho. Elas puderam questionar que o tempo das mulheres transcorre de uma forma diferente do tempo dos homens, principalmente no que diz respeito ao trabalho reprodutivo. São as temporalidades das mulheres que identificamos por meios dos bordados das Arpilleras, como as mulheres que percebem que seus tempos na roça, nas hortas e no cuidar da casa, filho e marido são diferentes dos tempos dos homens, como podemos observar na Arpillera bordada pelas mulheres do Acampamento Dom Bosco.

Foto 19 - Mulheres bordando a Arpillera que representa as temporalidades das mulheres de Dom Bosco

Fonte: Acervo da autora, 2019.

Foto 20 - Oficina da Arpillera de Dom Bosco: Temporalidades das mulheres atingidas".

Fonte: Acervo da autora, 2019.

Sabemos que existe a dificuldades das mulheres em assumirem seus espaços, que são de direito. Com a ideia de romper a questão do trabalho reprodutivo e as mulheres terem novos olhares a partir das experiências, buscamos alternativas para que as mulheres se percebessem como trabalhadoras, também no âmbito da casa e da roça, por meio da lógica do tempo, mas, para isso, precisávamos romper com a lógica da razão metonímica existente em uma concepção de que o tempo é linear,

> uma concepção adotada pela modernidade ocidental a partir da secularização da escatologia judaico-cristã, mas nunca eliminou, nem mesmo no Ocidente, outras concepções de tempo como circular, a doutrina do eterno retorno e outras concepções que não deixam captar adequadamente, nem pela imagem de linha, nem pela imagem de tempo circular" (SANTOS, p. 2003, 748).

A crítica a esta lógica é a de que a história tem um sentido único de conhecimento, ou seja, a modernização, a globalização, o desenvolvimento, todas essas ideias partem de um

princípio único: tudo que não se encaixa nessa lógica é considerado como atrasado, subdesenvolvido e obsoleto.

Nosso objetivo aqui não é fazer uma extensa discussão sobre o conceito de tempo, mas tentar compreender as temporalidades da comunidade; mostrar que existem outros tempos, que precisam ser compreendidos. Autores citados por Santos (2003, p. 748), como Koselleck (1985) e Marramão (1995), entendem que as sociedades exercem seus poderes a partir de temporalidades que nelas circulam com o tempo. Deste modo, como os autores explicam, por meio do poder, são formadas as hierarquias, que, segundo Santos (2003, p.748), que reduzem as experiências sociais à condição de resíduo, que o tempo linear não é capaz de reconhecer.

Para rever isso, Santos (2003) propõe uma libertação por meio das temporalidades próprias das comunidades; é através da sociologia das ausências que se substitui a monocultura do tempo linear e se chega a uma ecologia das temporalidades. Deste modo, são reconhecidas as práticas e as sociabilidades, levando-se em consideração as temporalidades próprias da comunidade em questão, sendo permitido analisar essas temporalidades.

Podemos identificar que as temporalidades das mulheres do Ilha Verde e de outras mulheres observadas por meio das oficinas se dividem em tempos de plantar, tempos de pescar e tempos de vender na feira local os seus produtos, cuidar da casa, dos filhos, preparar os alimentos, lavar roupa, entre outros. Não podemos deixar de observar a divisão do tempo das mulheres e dos homens, pois se dedicam a tarefas distintas.

4.5 IV Ausência: epistemicídio das mulheres atingidas

A monocultura dominante é regida pela lógica do global x local, ou seja, é uma escala que privilegia as instituições ou realidades do globo e ignora as realidades locais (SANTOS, 2003). Portanto, a lógica do local é incapacitada de ser alternativa credível. Por meio do contexto no qual estão imersas as mulheres atingidas, o da exploração dos recursos hídricos, como as hidrelétricas, somente uma pequena parcela da produção de energia destina-se às regiões próximas ao empreendimento. As mulheres que foram desterritorializadas hoje ocupam áreas que estão ameaçadas, falta acesso básico e infraestrutura, principalmente energia, ocasionando vários impactos socioambientais e gerando a expulsão das mulheres de seus territórios tradicionais.

Em relação ao desaparecimento de saberes, aqui iremos abordar o epistemicídio dessas mulheres. Diante disso, temos os processos de exploração e dominação. Grosfoguel (2016) identifica quatro genocídio-epistemicídios ao longo do século XVI: os muçulmanos e judeus na conquista de Al-Andalus; contra os povos nativos na conquista da América; contra os povos africanos; e contra as mulheres. Grosfoguel (2016) cita o exemplo das mulheres europeias que foram queimadas vivas em fogueiras, acusadas de bruxaria. Além de destruírem suas vidas, destruíram os seus saberes (ervas, plantas medicinais, controle da função reprodutiva, universos de práticas e crenças).

Federici (2017) faz uma discussão sobre o ataque genocida contra as mulheres, ocasionando um epistemicídio no processo de transição do feudalismo para o capitalismo. A historiadora chama a atenção sobre a abordagem misógina da academia em relação ao tema da caça às bruxas ao retratar essas mulheres como tolas, miseráveis e que sofriam alucinações. Federici (2017) relata o caso de Jean Bodin, um advogado e teórico político, que participou de vários julgamentos de bruxas e escreveu um livro chamado *Demomania*, em 1580, em que ele defendia que as bruxas deveriam ser queimadas vivas ao invés de serem "misericordiosamente estranguladas antes de serem atiradas às chamas; que deveriam ser cauterizadas, de forma que sua carne apodrecesse antes de morrer; e que seus filhos também deveriam ser queimados" (FEDERICI, 2017, p. 152). Pensadores renomados, como Bacon, Kepler, Galileu, Shakespeare, Pascal e Descarte, debatiam a questão da caça às bruxas e acreditavam que a bruxaria era um crime e era necessária uma punição, compreendendo-se como uma questão política. Além do mais, a caça às bruxas contou com um arcabouço ideológico da igreja católica; foram séculos e séculos de campanha misógina.

Federici (2019) ressalta que nas fogueiras não se queimavam apenas os corpos de "bruxas", também estava todo um universo de relações sociais que foram a base do poder social das mulheres: saberes transmitidos de mãe para filha ao longo de gerações, os saberes sobre ervas, sobre os meios de contracepção ou aborto e sobre magia. Podemos compreender que a destruição das mulheres na concepção de destruição dos seus corpos foi também a destruição do seus poderes, poderes estes que a classe capitalista não podia explicar com a racionalização do mundo, podendo ocasionar um perigo para o desenvolvimento do capitalismo, em que era necessário que os trabalhadores e trabalhadoras se transformassem em máquinas de trabalho, não sendo interessante que as pessoas tivessem pensamentos próprios ou, até mesmo, poderes sobrenaturais.

São escassas as pesquisas sobre os saberes das mulheres atingidas por barragens, embora elas, em seus relatos, narrem sobre os saberes construídos pelos seus trabalhos, como o plantio de vazantes na margem do rio Tocantins, no qual, segundo elas, era preciso observar a natureza para realizar o plantio, observar a lua e a época de quando plantar. Segundo Chirlene Alves dos Santos (2019), "nós gostamos de plantar na lua cheia e crescente porque as plantas dão uma colheita boa [...] dia de lua cheia era um dia ideal para a pesca noturna. "Não gostamos de pesca na Sexta-Feira Santa, porque, até então, não pega peixe e, se for de teimosa, só pega cobra. Isso já aconteceu, é verídico" (ALVES DOS SANTOS, 2019).

As mulheres atingidas da região de Babaçulândia têm uma ligação forte com a religião católica, principalmente com o santo São José, do qual muitas são devotas. Foi em homenagem a esse santo que a Ilha de São José foi batizada. Todos os anos era realizada uma procissão sobre o rio Tocantins, em que os romeiros se reuniam em pequenas embarcações, como canoas de madeira, e iniciavam o trajeto da sede no município de Babaçulândia até a Ilha de São José, onde prestavam homenagem ao santo. Após a construção barragem (2010), essa procissão aconteceu somente em 2015. Após quatro anos, a festividade acabou se apagando.

Alves dos Santos (2019) relata sobre acontecimentos antes da barragem:

> Quando o rio era rio, não é história de pescador, mas eu vi, eu fui pescar mais a mãe e o tio Osmar, esse tempo antes do lago, o povo já estava começando desapropriar o povo da beira do rio. Fui eu e o tio Osmar para uma terra chamada Pimental e lá tinha uma praia. Lá na terra do Carlan tinha um bananal e o irmão do tio Osmar morava lá que é o tio Valdenir. Aí nós fomos lá, fomos no bananal e nesse tempo a canoa era de madeira, a canoinha e o motorzinho rabudo, e aí, nós ia vindo subindo o rio e aí eu fui pra onde a gente estava acampado lá na praia, quando chegou nós avistamos assim, no meio do rio um bichão preto grande, grande... Ele alumiava no meio da água, quando nós chegamos perto dele, ele sumiu e ninguém até hoje descobriu o que era. (ALVES DOS SANTOS, 2019).

Em relação aos seus remédios naturais, temos dois depoimentos de Maria da Ilha (2015). Ela trabalhava na Ilha de São José como agente comunitária de saúde, no município de Babaçulândia, e atendia todos da região. Maria ficou famosa por ser uma boa curandeira, fazia remédios naturais, partos, cuidava de doentes e foi uma figura importante na luta contra a barragem de Estreito, como já referimos anteriormente. Em um dos seus relatos, ela conta sobre os seus saberes amazônicos, que define como "a farmácia do campo", em que narra na Arpillera bordada em 2014 pelas mulheres do Acampamento Ilha Verde, que foi publicada em um livro, *Arpilleras bordando a resistência*, em 2015.

> Lá a farmácia era do campo, era fazer chá, utilizavam a goma de mandioca pra diarreia, cortava aquela água da bananeira, colocava em cima do cortado e estancar o sangue. Fazia gesso com talo de buriti quando quebrava um braço, dessa forma ia se medicando. A alimentação era totalmente diferente, não comia nada de enlatado, não comia nada de química, plantava sua horta e tirava tudo dali, também o seu sustento, lá na Ilha de São José, local onde morou antes da UHE-Estreito não existia negócio de malária, de dengue, não sabia nem o que era câncer, essas coisas [..]. Nós fomos enganados, pois disseram que com a barragem haveria melhoria de vida para os moradores e para o Brasil, mas não foi verdade, pois nos postos de saúde da cidade não tem atendimento, nem medicamento para todos, muito menos espaços adequados e de qualidade. (ARPILLERAS, 2015, p.62).

Figura 5 - Arpillera da saúde das populações atingidas pela UHE-Estreito

Fonte: Acervo do MAB Nacional, 2014.

Em um segundo momento, Maria da Ilha, continua relatando sobre a saúde das populações atingidas e relembrando os seus saberes no artigo sobre saúde do campo das florestas e das águas em 2015.

> Você sabe quantos anos eu vim tomar um comprimido? 49 anos. Você sabe quantos anos eu dei remédio para verme para os meus filhos? Nunca. E você sabe qual é o remédio? Semente de abóbora, mastruz com leite cru, lá dos peitos da vaca... e porque eu te digo, quanta higiene e os hospitais que não cabe mais o povo? E naquela época que o povo comia paçoca de carne pisada no pilão, paçoca de gergelim, feijão na panela de ferro, não tinha nem hospital nesse mundo. E depois de tanta exigência de vocês (se refere aos médicos), com tanta sabedoria, com tanta higiene, o hospital não cabe mais. (LUCENA; NUNES, 2015, p. 332).

Em um contexto de caça às bruxas, Maria da Ilha calharia como uma bruxa dos saberes da Amazônia. Quem eram as bruxas? "Eram a parteira, a médica, a adivinha, ou a feiticeira do vilarejo, cuja área privilegiada de competência" (FEDERICI, 2017, p. 362). Com as perseguições, as mulheres sofreram um epistemicídio de seus saberes empíricos, saberes estes como ervas, remédios curativos, que haviam acumulado e passado de geração em geração. Para Federici (2017), com o nascimento da ciência moderna, as mulheres também sofrem o epistemicídio. Segundo ela, a ciência moderna fez com que o mundo sofresse um "desencantamento". De acordo com Federici (2017), a degradação social das mulheres faz parte de um processo do capitalismo e da colonização, ou seja, de extermínio, não só da sua existência, mas de seus saberes herdados por gerações.

Como se rompe com a lógica da monocultura do saber? Essa lógica consiste em critérios de verdades absolutas, ou seja, tudo o que não faz parte dessa cultura é declarado ilegítimo. (Santos 2011, p. 76). Desta forma, a ausência é encarada aqui como ignorância. O conhecimento científico considerado como a única forma do credível contribuiu ativamente para a desqualificação e mesmo a destruição de muito conhecimento não científico, com isso cooperando para a marginalização de grupos sociais que só tinham ao seu dispor essas formas de conhecimento.

Diante do exposto, podemos identificar que, no processo de desterritorialização, ocorre uma tentativa do capitalismo de causar um epistemicídio das mulheres atingidas por barragens. Como mencionamos anteriormente, as mulheres têm uma forte ligação com a natureza e sua biodiversidade, seus trabalhos e seus saberes estão ligados ao território, e a perda do território é uma tentativa do capital para o apagamento de saberes. De acordo com a crítica de Shiva (2003), o pensamento hegemônico age contra a diversidade, que é comparada a ervas daninhas, que devem ser destruídas, assim como os saberes das mulheres.

Podemos compreender que a tentativa do capitalismo é proporcionar um epistemicídio por meio da expulsão dos territórios, embora a reterritorialização seja um processo de reconstruir esses saberes ou, muitas vezes, aprender novos saberes. É o caso das mulheres com quem realizei esta pesquisa, que tiveram que aprender novos saberes, como, por exemplo, a respeitar as Áreas de Prevenção Permanente (APP), que, de acordo com o Código Florestal Brasileiro, são áreas de proteção de 30 metros em cada margem dos rios, com até 10 metros de largura, variando de 500 em cada margem em caso de grandes rios (BRASIL, 2001, p. 88). Antes essas populações utilizavam essas áreas para suas atividades na vazante do rio, mas hoje são proibidas de executar essa prática. Como afirma dona Aparecida,

> antes da barragem todo mundo podia trabalhar na beira de um rio, todo mundo podia fazer uma vazante, depois dessa barragem você não pode fazer uma vazante na beira d´água porque eles [24]não aceitam. O porquê eu não sei, e até sei, porque eles fizeram muita mudança, eles destruíram tudo, e todo mato de vazante você podia trabalhar, mas hoje se você trabalhar na beira de uma água e dizer que é uma vazante eles não aceitam. Que diferença foi essa que teve do rio pro lago de barragem? Porque, quando era o rio todo mundo fazia uma vazante na beira do rio e agora não podemos trabalhar na beira da água? (DOS SANTOS, 2019).

A nova realidade das mulheres é respeitar as margens do lago, que dão acesso à APP. O cientista social Laylson Machado (2020), em seu estudo sobre a UHE-Estreito e as populações atingidas, ao analisar as áreas de APP que correspondem às áreas da UHE-Estreito, do Acampamento Coragem em Palmeiras do Tocantins, percebe a dificuldade dessas populações, que antes trabalhavam na vazante, cuja atividade era de subsistência e renda. A demarcação da área impede que continuem a realizar esses trabalhos, ocasionado a perda econômica dessas atividades produtivas. Especificamente no Acampamento Ilha Verde, os moradores não receberam nenhuma orientação proveniente do CESTE S. A. sobre a demarcação da área, como ocorreu em outros acampamentos. Como destaca Machado (2020), no Acampamento Coragem, o CESTE, demarcou várias vezes onde seria a APP dos acampados, enfim, a empresa delimitou uma área de 30 metros. O autor ressalta que em outras áreas com fazendeiros e empresários seja o mesmo procedimento de demarcação, respeitando a área de acordo com o Código Florestal Brasileiro. Entretanto, esses empresários, como mencionamos acima, não respeitam essa demarcação, ocorrendo construções de casas e produções de grande escala à margem do rio, como soja (MACHADO, 2020, p.76). Portanto, o autor conclui que esse procedimento de demarcação de área é

[24] Ela está se referindo ao CESTE (Consórcio Estreito Energia).

conflituoso e faz parte de um jogo de poder em que o controle da água, para obtenção de lucro e produções de grande escala, está permeado por um discurso hegemônico, como o desenvolvimento. Como já mencionamos aqui, trata-se de um mito da modernidade, ainda que os empreendimentos energéticos causem muitos problemas para as populações que dependem desses recursos para fazer suas pequenas produções e sobreviver diante do sistema capitalista.

Devido a experiências com outros acampamentos, com as áreas de APP, o MAB orienta a população atingida a respeitar a área. Dona Aparecida nos conta que não ocorre desmatamento no acampamento, explicando que toda a mata virgem do acampamento não foi derrubada e continua "em pé".

> Tem um plantio de laranja, coco, açaí, buriti. Nós não desmatamos nada aqui no Ilha Verde, porque quando nós chegamos aqui era uma capoeira, uma quinta cheia de capim que a prova está aí que nunca terminamos de tirar. Planta mandioca é no capim, porque aqui é uma quinta, não é uma mata virgem. A mata virgem que tem aqui está em pé, porque ninguém nunca cortou um pedaço desse mato, está em pé, o mato, eles podem vir e ver que está em pé. (DOS SANTOS, 2019).

No processo de reflorestamento, antes eles desmataram a área para produzir na vazante, agora eles mudam esses hábitos. Outra questão: quando ela menciona a palavra capoeira e quinta, está nos dizendo que, antes dos moradores do Ilha Verde ocuparem a área, esta era usada para pastagem de gado de forma ilegal, pois os fazendeiros locais soltavam seus gados em áreas desapropriadas. Embora ocorrendo um processo de degradação biológica da terra associada à deterioração do solo, a maioria das áreas do município de Babaçulândia sofrem com esse processo, como, por exemplo, os próprios reassentamentos, que são em áreas degradadas.

Pode-se perceber que "o mito da modernidade" proposto pelas hidrelétricas ocasiona muitos transtornos para as comunidades, que têm o seu modo de vida alterado. De acordo com Antônio Carlos Diegues (2001), "as populações desenvolvem modo de vida particulares que envolvem grande dependência dos ciclos naturais, conhecimentos profundo dos ciclos biológicos e dos recursos naturais. (p.14).

Desta maneira, compreende-se que é preciso um novo modelo de conservação do meio ambiente, onde se respeitem as peculiaridades locais e cujas comunidades não tenham o seu modo de vida devastado em nome do capital. E como alternativas temos os princípios

agroecológicos, nos quais se respeita a vida, a sustentabilidade do planeta e os saberes e as práticas passados de mães para filhas.

Diante dessa discussão de área, podemos pensar o que seria mais importante: preservar o meio ambiente ou preservar a permanência das pessoas no território? É importante destacar que, como já foi mencionado, na década de 1970, período de modernização da agricultura brasileira, o Estado brasileiro promove novas políticas ambientais e investe na criação de parques e reservas naturais, com o discurso propagado de conservação ambiental: "as ilhas de conservação ambiental, de grande beleza cênica, onde o homem da cidade pudesse apreciar a natureza selvagem" (Diegues, 2001, p.13). Portanto, esse discurso tem sido um dos principais elementos de conservação da natureza de acordo com o autor, em que o objetivo é estabelecer ilhas intocadas de florestas, lembrando que são gerados muitos problemas sociais e culturais. Primeiro, pelo fato deste modelo ter sido projetado pelos Estados Unidos no século XX, que possui uma realidade distinta em relação aos países de Terceiro Mundo, como o Brasil. Esse discurso entra em conflito com a nossa realidade, cujas florestas são habitadas por populações indígenas, ribeirinhas, quilombolas, entre outras. Deste modo, como afirma Diegues (2001), nasce "o mito da natureza intocada" (p.13), que trata das relações simbólicas e do imaginário entre o homem e a natureza.

Como preservar o meio ambiente e garantir que as populações também usufruam dos territórios? Uma das alternativas apontada nestes estudos, como ecologia de saberes, são as hortas agroecológicas, tendo em destaque os saberes constituídos pelas mulheres do Acampamento Ilha Verde. Mas antes disso é importante refletir sobre o conceito de agroecologia: "A agroecologia é movimento político, científico e culturalmente substantivado por várias práticas de desenvolvimento territorial de base camponesa e local" (SAQUET, 2017, p.92).

Deste modo, compreendemos a agroecologia como uma alternativa para superar o modelo de agricultura moderno ou, até mesmo, o contexto no qual estão inseridas as mulheres. Entendemos que existem alguns desafios para a efetivação dessas práticas, entre eles o próprio reconhecimento dos saberes locais como saberes legitimados para o sistema global. Como afirma Shiva (2003, p.25), quando o saber local aparece de fato no campo da visão globalizadora, o sistema global faz com que desapareça, apenas negando-lhe o status credível, atribuindo-lhe adjetivos primitivos e anticientíficos. Portanto, o sistema ocidental é considerado como o único científico e "universal", e este é o principal problema da efetivação e legitimação do saber dominante: a universalização.

A nossa proposta aqui é de pensar em uma ecologia transescalas, ou seja, uma lógica contra-hegemônica, que amplia a diversidade das práticas sociais ao oferecer alternativas (SANTOS, 2003, p.749). As hortas agroecológicas das mulheres são a produção de novos saberes. Diante do contexto em que eles foram expulsos dos territórios e não podem produzir nas vazantes dos rios, precisam de novas formas de sobrevivência.

Como afirma Shiva (1998), as economias de muitas comunidades de países de Terceiro Mundo dependem dos recursos biológicos para assegurar o sustento e o bem-estar econômico, em muitas comunidades vindo por meio de pequenas produções para o autoconsumo e a subsistência. Em vista disso, as mulheres do Acampamento Ilha Verde estão vinculadas às hortas agroecológicas, que são uma ruptura dos saberes locais contra os saberes dominantes. A importância desse conhecimento Shiva (1998) denomina como ecofeminismo, pois são as mulheres que irão preparar as sementes, verificar as condições meteorológicas para o plantio, observando as fases da lua, os ciclos do sol, ter atenção às enfermidades das plantas. Deste modo, as mulheres são as guardiãs da biodiversidade como também produzem resistências aos ataques do capital mediante a construção de saberes. Concluímos que as produções das mulheres atingidas são uma a ecologia das transescalas e uma alternativa contra o epistemicídio.

Em um balanço das discussões, identificamos quatro ausências das mulheres atingidas por meio das lógicas de monoculturas. A primeira ausência identificada é o não reconhecimento de mulheres atingidas por barragens, partindo de uma concepção territorial-patrimonialista, em que as mulheres historicamente não possuem posse da terra, tornando-se ausentes desse processo. Diante disso, buscamos a ecologia de saberes, em que as mulheres aprendem na luta, o que é ser uma mulher atingida e a partir dessa compreensão passam a lutar pelos seus direitos, principalmente nas lutas de ocupações, entendem que para serem reconhecidas como tal, precisam ocupar novos territórios.

Outra questão é sobre a segunda ausência os trabalhos produtivos e reprodutivos: a não indenização ou mitigação dos trabalhos femininos, caindo em uma lógica produtivista. Os trabalhos das mulheres não são compreendidos como produtivos, apesar de nos relatórios oficiais constar que o processo de desterritorialização impacta diretamente o seu modo de vida, principalmente no trabalho. Os empreendimentos energéticos não mitigaram ou indenizaram.

A terceira ausência é divisão desigual do trabalho. Por meio da oficina de Arpillera, essa ausência fica evidente pela divisão de tarefas, como cozinhar e cuidar das crianças, lembrando que, em relação aos trabalhos, a partir das dominações capitalista, colonialista, patriarcal e racista, essas dominações perpassam todas as estruturas sociais, entre elas a relação de gênero.

Pudemos identificar, durante a oficina de Arpillera, a divisão social ou sexual do trabalho, ocasionando a dupla jornada de trabalho das mulheres atingidas. Na oficina, buscamos compreender essa ausência, trabalhando com algumas dinâmicas, como o relógio, em que as próprias mulheres conseguiram perceber o processo de como dividem o seu tempo, entre a roça e os trabalhos domésticos, compreendendo o processo de ausência do trabalho reprodutivo que elas ignoravam.

Foi por meio da oficina que as mulheres conseguiram perceber essa ausência, compreendida mediante horas de trabalho. Identificamos como o tempo das mulheres e o tempo dos homens são diferentes. Buscamos o aparato a partir da *Ecologia do Reconhecimento*, que tem o objetivo de compreender a dominação, como também buscar possibilidades de reconhecer os trabalhos de ambos com o mesmo valor.

A quarta ausência das mulheres atingidas foi identificada como o epistemicídios dos seus saberes. Através da destruição da natureza, ocasionada pela UHE-Estreito, ocorre o processo de desterritorialização, assim ocorrendo a destruição dos saberes locais, identificados aqui como epistemicídio das mulheres atingidas. Para romper com esta lógica, propomos a ecologia das transescalas, ou melhor, “desglobalização”, a busca de novas alternativas. Identificamos esta ecologia por meio dos processos de reterritorialização; com eles, novos saberes são gerados, como a produção agroecológica.

4. 6 O chuliar: sociologia das emergências

É por meio das experiências ausentes que podemos perceber as emergências das mulheres atingidas. Partindo de uma lógica capitalista-patriarcal-colonial–racista, as mulheres sofrem o processo de exploração dos seus corpos, principalmente do não reconhecimento como mulheres atingidas, como mencionamos anteriormente. Vamos compreender as emergências das mulheres mediante a oficina de Arpillera. As emergências

são compreendidas a partir dos bordados como uma linguagem da epistemologia feminista do Sul e a importância dos espaços seguros para emergir essas linguagens.

4.6.1 Os bordados: linguagem epistemológica do Sul feminista

O primeiro elemento identificado foi a facilidade da apropriação da linguagem dos bordados pelas mulheres. Como mencionamos anteriormente, os bordados aqui são compreendidos como um conjunto de técnicas das artes têxteis, como a costura, o crochê e o próprio bordado. No Brasil, o bordado chegou através dos europeus: portugueses, espanhóis, franceses e ingleses. De acordo com Maria Regina Silva (1995), as artes têxteis tiveram uma maior difusão nas áreas rurais brasileiras na metade do século XIX. As senhoras de engenhos de açúcar ensinavam às negras essas práticas. Após o fim da escravidão, essa ferramenta foi importante para desenvolver o mercado informal, com o surgimento de costureiras, bordadeiras, entre outras.

> O bordado, assim como outros afazeres domésticos, circunscrito aos espaços do lar patriarcal, demarcava os atributos das mulheres e de seu estilo de vida, símbolo de habilidade, paciência e sujeição. Educadas nos tradicionais padrões do sistema patriarcal de família e economia doméstica, a mulher brasileira aristocrática e mais tarde as representantes da burguesia emergente repassavam para as classes pobres padrões e técnicas e de gosto europeu. (SILVA, 1995, p.49).

Podemos compreender que os bordados são identificados como uma prática doméstica comum, uma tarefa especificamente das mulheres, atribuída ao espaço privado e reforçando o poder patriarcal. Segundo Cleser (1902, p. 95), toda “mulher, seja qual for a sua fortuna e posição social, deve aprender a cortar, costurar todos os objetos de seu uso, desde a roupa branca até os seus vestidos” (1902, p.3). Ao contrário do que pensa Cleser (1902), que descreve os trabalhos caseiros como insignificantes e triviais, o conjunto dessas insignificâncias causa o conforto e a prosperidade do lar. Esses pensamentos são frutos de um histórico dos séculos passados, da dominação do gênero masculino sobre o feminino, ainda sendo uma luta constante, pois esses modelos são reproduzidos até os dias atuais.

Compreendemos que a prática da costura é algo comum, principalmente para as mulheres do campo, que tinham que costurar as suas vestimentas e a dos filhos e maridos. Partindo desse elemento comum, a costura tornou-se um elemento-chave para que as mulheres atingidas consigam se expressar e construir as suas histórias, dando assim uma nova

interpretação à realidade, rompendo com o modelo imposto de dominação do gênero masculino. Quando pensamos em trabalhar com as Arpilleras para o processo de emancipação das mulheres, será que caímos na contradição de reforçar os trabalhos reprodutivos ao identificar os bordados como “coisas de mulheres”?

Essa preocupação também permeou o MAB no início do processo de planejamento das Arpilleras dentro da organização. Como ressalta Vital (2016), ao relatar a resistência da organização em encarar o projeto das Arpilleras como “prioridades” devido, entre outras circunstâncias, à conjuntura política brasileira, as Arpilleras se tornavam um espaço de disputa de projeto dentro da própria organização. Outra questão importante a ressaltar relatada por Vital (2016) era o medo de que as Arpilleras só reforçariam o trabalho reprodutivo das mulheres devido ao fato de “costurar”, “bordar” serem vistos como espaços ocupados por mulheres. Segundo Vital (2016), faltava uma visão que pudesse subverter esses papéis de gênero. Em sua avaliação, faltava um contato mais direto do coletivo de mulheres com a experiência das Arpillera para poder experimentar o lado transgressor da arte têxtil. Diante disso, as mulheres viajaram à Argentina e tiveram as experiências com outras arpilleristas, episódio que já foi mencionando anteriormente.

> Podemos compreender que na questão das Arpilleras houve um processo de resistência dentro da própria organização, em princípio não sendo encaradas como prioridade em relação a outras pautas de lutas. E nas comunidades atingidas, houve resistências? Como exemplo, especifico a experiência do Acampamento Ilha Verde, em que não houve resistência, embora alguns homens não tenham dado a devida importância para os trabalhos com as Arpilleras, principalmente na responsabilidade de tarefas durante a oficina. Esse fato também foi observado no Acampamento Dom Bosco e no Reassentamento Mirindiba: em relação às Arpilleras, eles não conseguem compreender a importâncias dos bordados. No Dom Bosco, apesar de termos observado uma dificuldade maior, porque os homens durante um período ficavam rondando a roda de conversa de mulheres, o coordenador e liderança do acampamento, Almarildo, reconhece a importância e fala que “é importante contar as histórias por meio das Arpilleras, porque eles podem usar como prova. Nós ocupamos o território há mais de cinco anos e até hoje não foram reconhecidos. Precisamos dar visibilidade para a história do acampamento” (informação oral, concedida por Amarildo, em 20/06/2019).

Em relação às mulheres se identificarem com as Arpilleras, é por meio desses espaços que elas conseguem se expressar livremente e conversar.

Foto 21 - Arpillera bordada no Acampamento Dom Bosco, narrando o início do acampamento

Fonte: Acervo da autora, 2019.

Podemos compreender que é por meio do silêncio das agulhas e das linhas que as mulheres podem acessar toda a sua subjetividade, em que seus acontecimentos mais traumáticos podem vir à tona, mas sem provocar a dor, como, por exemplo, a expulsão dos territórios, o rompimento com os laços comunitários.

Voltamos para a narrativa de dona Pedrina, na Arpillera que foi bordada em 2014, publicada na cartilha das Arpilleras e exposta pela Fundação Memorial da América Latina em 2015. Ela explica seu sentimento depois dessa exposição:

> Eles fizeram um livro, já vieram fazer entrevista umas duas vezes, ela disse que até em São Paulo está a minha história, ela passou lá pra me ver, minha história está longe. Eu me sinto orgulhosa por isso, eu falo da minha história com orgulho, mas eu não gosto do sofrimento de jeito nenhum, eu me sinto pesada quando eu vou contar história porque eu não gosto de contar, porque não é fácil. A história da Ilha

> de São José, até aqui no Ilha Verde, não foi fácil, e eu contei pra ela. Eu consegui contar, mas tem gente que eu não consigo, não dô conta. Se essa história está no mundo eles sabem de nós, se um dia eles resolverem reconhecer nós como atingidos, eu tenho esperança de que esse dia vai acontecer, porque a gente já lutou muito (CARVALHO, 2019).

Podemos observar que dona Pedrina se emociona ao contar sua narrativa e de toda a sua família ao passar pelo processo de desterritorialização, embora ela consiga por meio da Arpillera. Podemos compreender que as mulheres se sentem confortáveis e seguras para narrar as suas subjetividades. Segundo Chagas (2002, p. 02), é uma característica nos relatos femininos que são as lembranças, não apenas de cada uma das mulheres envolvidas, mas que, também, envolvem a família e todos aqueles com quem mantêm relações, nas tantas redes que reproduzem diariamente. De acordo com a narrativa de dona Pedrina, não era somente sua história, mas a perda dos laços comunitários e todo o sofrimento da família que estavam presentes. Como afirma Chagas (2002), nos bordados a presença de todos esses personagens é constante.

Os bordados, ou melhor, as artes têxteis, têm uma proporção muito grande e perpassam os espaços do privado ao público. Nesse contexto, são uma ferramenta de resistência para as populações oprimidas. Busquets (2019, p.19) acredita que as artes têxteis são um processo de resistência também de outros povos da América Latina, principalmente na região andina. Essa autora cita o exemplo do Peru, na região andina de Ayacuho, onde, com a expulsão das famílias de suas terras, tiveram que migrar para os subúrbios de Lima.

Figura 6 - Arpillera de dona Pedrina Carvalho, bordada no Acampamento Ilha Verde

Fonte: Acervo do MAB Nacional, 2014.

Foi através da utilização das Arpilleras que as mulheres puderam se expressar sobre os atos repressivos.

De acordo com as mulheres do MAB, bordar torna-se um ato político. Temos outros exemplos de resistência por meio das artes têxteis, também, como pontua Busquets (2020, p. 157), na África do Sul: através dos bordados de colchas costurados em telas, as mulheres denunciavam as políticas segregacionistas do Apartheid. Na Ásia Central e no Sudeste

Asiático, as mulheres usavam as artes têxteis para testemunhar seus cotidianos de violência em frente às guerras, desde a invasão russa à luta antiterrorista liderada pelos Estados Unidos. Portanto, a autora conclui que bordar faz parte das emergências das mulheres atingidas por barragens e comunga com as epistemologias feministas do Sul, pois está marcada por uma linha abissal, em que o ato de bordar é, em si mesmo, a partilha da memória da luta. Com isso, voltamos a afirmar que bordar é um ato político.

Diante de diferentes reflexões em torno dos bordados da Arpilleras, podemos nos questionar sobre o porquê de as mulheres atingidas se identificarem com os trabalhos das Arpilleras chilenas. A pesquisadora Busquets (2019) também questiona em seus estudos o que mobiliza as mulheres que bordaram no Chile e no Brasil e conclui que vem de caráter corpóreo. Segundo ela, o que mobiliza essas mulheres é o sentimento da ação, ao menos que estejam presentes afetos, emoções, que são indispensáveis para converter a resistência no único caminho possível (BUSQUETS, p. 169, 2019). A autora reflete o corpo a partir de análises das Arpilleras bordadas pelas mulheres de Belo Monte, exemplificado todo o processo de violência, abusos sexuais e mercantilização do corpo. Portanto, a autora compreende que, no momento do bordado, ela se torna uma ferramenta possível e inteligível para traduzir as experiências das mulheres atingidas.

Os estudos da pesquisadora Busquets (2019) fazem com que eu reflita sobre a corporalidade das mulheres atingidas, retomando o meu questionamento: por que a metodologia das Arpilleras deu tão certo com a realidade das mulheres atingidas? O que fez com que elas se identificassem? Faço essa reflexão não em torno das peças em si, mas em torno dos “processos” de bordados, ou seja, não só na oficina necessariamente, mas em todas as etapas de preparação para oficina antes, isso eu denomino como os processos, como convidando as mulheres, decidindo coletivamente os espaços, a divisão de tarefas entre homens e mulheres, os cuidados com as crianças, a arrecadação de alimentos para as refeições coletivas. Durante, observando as mulheres com os bordados e depois analisando a peça pronta.

Partindo minha análise de uma perspectiva ecofeminista - mulheres, corpo, mente e natureza -, pensando no corpo a partir das experiências que são sentidas, ou seja, as primeiras sensações são corpóreas, e lembrando que os bordados foram feitos por diferentes “mãos”, de diferentes mulheres, embora tenham narrativas em comum.

Aqui vamos analisar o corpo por um olhar epistêmico, pois a epistemologia do Norte tem uma grande dificuldade em aceitar o corpo como ser pensante. Nas ciências cartesianas, a tendência é separar mente e corpo. Para se pensar uma epistemologia feminista do Sul, não podemos esquecer do corpo, pois "só acontecem lutas é porque há corpos que acontecem para lutar" (SANTOS, p.139, 2019). Entendo que as mulheres com as quais eu fiz esta pesquisa já nasceram no território propício para serem arpilleristas.

Vou explicar melhor. As mulheres atingidas por barragens, de acordo com suas narrativas, sempre usaram seus corpos para executar seus trabalhos: mãos, braços, pernas, seios e útero. Aqui rompemos com a lógica biológica, entendendo o corpo das mulheres como produtivista. Segundo Mies (2016, 845), é por meio do corpo que as mulheres produzem novas pessoas, bem como seu primeiro alimento. Elas se apropriam de sua natureza e capacidade corporal. Diante disso, é pelo seu corpo que mulheres cultivam a terra, semeiam e colhem. É através das mãos que desenvolvem habilidades para trabalhos manuais, como a quebra do coco babaçu, que precisam de um machado afiado para quebrar a casca, que por sinal é muito dura, e, ao extraírem a amêndoa para retirar o azeite, como as mulheres mencionam, "não toda mão que é boa para tirar azeite, tem gente que tem a mão ruim, o azeite não rende, minga". As mulheres têm uma forte ligação com a natureza. Segundo elas, não se pode tirar o azeite em lua minguante, porque o azeite perde o ponto. É pelo ciclo da natureza que as mulheres observam seus corpos, como seus períodos menstruais. Segundo elas, tem que se respeitar o ciclo da mulher, quando estiverem "erpadas", ou seja, menstruadas, não podem plantar nem colher nos canteiros, é momento de purificação, e tudo que é de ruim vai sair. Até terminar o ciclo, as mulheres não podem nem plantar nem colher, porque a energia ruim passa para a planta, e esta pode até mesmo morrer.

Segundo Mies (2016), as mulheres observaram e estudaram as mudanças de seus corpos e adquiriram, ao longo de sua história, um válido acervo de conhecimentos empíricos sobre as forças produtivas de seus próprios corpos, sua sexualidade, o ciclo de suas menstruações, sobre gravidez e parto. A autora afirma que todos esses conhecimentos corpóreos foram adquiridos devido aos conhecimentos passados por gerações sobre plantas, animais, terra e água. As mulheres atingidas já fazem parte desse cotidiano de trabalhar com as mãos, pois é com as mãos que elas cultivam a terra, semeiam e colhem seus alimentos.

Assim como as Arpilleristas chilenas de Isla Negra, que trabalhavam na agricultura e na pesca, as mulheres do Acampamento Ilha Verde compartilham dessa mesma trajetória de trabalhos manuais, que são algo comum. Outra questão a ser levantada é que tanto as

mulheres chilenas como as atingidas, especificamente aquelas com quem se realizou esse estudo, trabalhavam na agricultura e na pesca. Também pode-se pontuar que todas são mulheres pobres, que tiveram pouco estudo, e é pelas mãos que traduzem suas subjetividades.

É por meio das mãos que costuram e manuseiam suas redes de pesca, plantam a mandioca, colhem, preparam a farinha de mandioca, que é descascada, triturada, prensada, retirando um líquido venenoso, que elas chamam de "água-de-mandioca", e depois peneirada e torrada. São essas mesmas mãos que separam a semente boa da ruim, guardando a boa para a próxima plantação. Então, o tecer, o bordar, o adubar, o semear, ao colher, ao fazer essas atividades manuais é o mesmo que tecer novas possibilidades emergenciais. É através do corpo que as mulheres vivem suas territorialidades. Os corpos mobilizam diferentes capacidades de lutas em diferentes momentos da mesma luta: as vezes capacidades das pernas, das mãos, depois do ouvido, da voz, ou do nariz (SANTOS, 2019, p.139). Portanto, como conclui o autor, os corpos estão em todos os momentos da luta, produzindo também resistência. As mulheres atingidas por barragens conseguem criar, por meio dos bordados, suas narrativas contra-hegemônicas, traduzidas no produto Arpillera, transformando-o em uma linguagem de epistemologia feminista do Sul das mulheres atingidas por barragens, como assinaram na carta "Pelas mãos que sustentam a feira de Babaçulândia".

Foto 22 - Oficina de bordados da Arpillera do Acampamento Ilha Verde

Fonte: Acervo da autora, 2019.

4.6.2 Onde o fio emerge: espaço seguro

A partir das análises, identificamos que as emergências surgem por meios dos bordados. Entretanto, chamamos a atenção para o fato de que as emergências das mulheres também surgem a partir dos espaços seguros. A partir dessa afirmação, irei relatar algumas experiências que identificamos para chegar a essa conclusão. O MAB Nacional (2016), em seu relatório sobre a *Experiência das Arpillera: bordando a resistência*, identificou, além dos bordados, os espaços seguros, elementos que constituem a Arpillera como uma linguagem artística, tornando-a uma ferramenta de reflexão das denúncias de violações de direitos das mulheres atingidas. Os elementos identificados são a facilitação de espaços seguros, a facilitação de uma linguagem conhecida para expressar a realidade das mulheres e a visibilidade no processo de empoderamento pela materialização da experiência em um produto.

O primeiro elemento é a facilitação dos espaços seguros do encontro, entendidos como espaços de troca capazes de narrar experiências difíceis de contar verbalmente. São

considerados como seguros pelas mulheres do MAB os espaços onde ocorre a troca de experiências nas oficinas.

Portanto, iremos refletir aqui, neste estudo, os espaços seguros, como a facilitação, como elementos fundamentais para que emerjam epistemologias feministas do Sul das mulheres atingidas por barragens. Aqui serão entendidos como emergências das mulheres atingidas. Lembramos que "emergências" é entendido a partir do conceito de sociologia das emergências (SANTOS, 2003).

Por que destacamos esse ponto? Relembramos a articulação para a preparação da oficina de Arpillera: durante a discussão da organização, apareceu na pauta o local onde seria realizada a oficina no Acampamento Ilha Verde. Essa questão foi levantada pelo coletivo do MAB, problematizando sobre o local onde seria realizada a atividade. A proposta era inserir as atividades das mulheres no município de Babaçulândia, em espaços cedidos pela igreja ou pela prefeitura do município, tais como uma escola ou própria sede da igreja católica. A ideia era reunir um maior número de mulheres atingidas e outras convidadas, de diferentes comunidades, em um mesmo local. As mulheres do Ilha Verde não foram de acordo, alegando que não tinham transporte para ir ao município; além do mais, tinham suas tarefas de casa, como cuidar dos filhos, da roça e das hortas. A outra questão é que elas queriam fazer somente com as mulheres do Ilha Verde, porque havia suas demandas específicas, que eram as hortas, e queriam uma atividade extra sobre isso. Após uma longa discussão de argumentos a favor e contra a oficina, é realizada no acampamento, respeitando a decisão das mulheres.

Vamos refletir sobre a importância dos espaços seguros para as mulheres atingidas. O município é um espaço tido como urbano; diante disso, não condiz com a realidade das mulheres do Acampamento Ilha Verde, pois elas não conseguem se sentir, de fato, à vontade, pois esses espaços não refletem as suas territorialidades.

A norte-americana Patrícia Hill Collins analisa os espaços seguros e a autodefinição das mulheres negras norte-americanas. Collins (2019, p.289) compreende que os espaços seguros eram representados por lugares nos quais as mulheres negras podiam analisar assuntos que as preocupavam livremente. Por definição, tais espaços se tornam menos "seguros" se compartilhados com aqueles que não são negros e mulheres.

Portanto, podemos compreender que, nesses espaços seguros das mulheres, era preciso que houvesse a ausência dos homens, porque assim as mulheres poderiam se expressar livremente. Corremos o risco de pensar esses "espaços seguros" como espaços de

exclusão ou separatistas? Assim como nas oficinas de Arpilleras, não temos essa intenção de exclusão ou separação entre homens e mulheres; a ideia é a interação entre eles. Temos o exemplo das cozinhas, em que os homens vão preparar os alimentos, e em relação ao cuidado com as crianças, um trabalho que é tido como "naturalmente" um dever das mulheres. Durante a oficina, a ideia é que essa lógica seja rompida, e homens e mulheres passem a ser igualmente responsáveis pela alimentação das participantes das oficinas, assim como com o cuidado com as crianças, embora, na prática, encontremos muitas dificuldades, como já mencionei anteriormente. As oficinas de Arpilleras são pensadas para a interação entre homens e mulheres para que possam compartilhar as responsabilidades, embora, na roda de conversa, tenhamos optado por ter somente as mulheres, pois acreditamos que elas precisam conversar entre si para compreender os seus problemas. Em relação aos espaços seguros, Collins (2019, p.289) ressalta que servem para promover o empoderamento das mulheres negras e aumentar a habilidade de participar de projetos de justiça social.

> [...] as mulheres afro-americanas. As vidas das mulheres negras são uma série de negociações que almejam à reconciliação das contradições que separam nossas próprias imagens do eu, definidas internamente, como mulheres afro-americanas, de nossa objetivação com o outro (COLLINS, 2019, p.275).

A reflexão de Collins (2019) sobre as mulheres negras é sobre os espaços hegemônicos de opressão, que impedem as mulheres negras de terem voz, afirmando que, para elas conseguirem vir a ter voz, é preciso recriar os seus próprios espaços para ter um domínio de um discurso seguro. Diante disso, veem nas igrejas organizadas da comunidade afro-americana espaços onde o discurso seguro pode ocorrer. Outro exemplo de espaço seguro é a música, especialmente o blues, que se tornou familiar para as mulheres negras, fazendo parte de suas vidas e contribuindo para a expressão de autodefinição. De acordo com Collins (2019), o blues é de origem cultura oral dos negros dos Estados Unidos, cantado em pequenas comunidades, na década de 1920. Em sua maioria, era cantado por mulheres e, com o tempo, essas mulheres negras ganham abertura política ao se expressarem por meio da música. A autora acredita que a autodefinição provoca o empoderamento das mulheres negras, pois os espaços seguros as ajudam a resistir à ideologia dominante racista, sexista, elitista e homofóbica.

Diante dessa questão dos espaços seguros, pude observar que as emergências surgiram por meio de dois espaços seguros semelhantes. O primeiro, como mencionamos

anteriormente, foi no *Encontro de Mulheres do Cerrado*. Foi nesse espaço que Valderice conseguiu verbalizar a sua situação de ameaça de expulsão do território do Acampamento Ilha Verde. Como ouvintes, tínhamos as mulheres do campo, que, em sua maioria, compartilham vivências semelhantes como os processos de luta pela terra. Como destaca Collins (2019), é importante a mulher negra ouvir a outra, que "as mulheres negras sejam as únicas a realmente ouvirem umas às outras é significante, em particular dada a importância da voz na vida das mulheres negras (COLLINS, 2019, p. 280).

Foto 23 - Momento em que Valderice Pereira da Silva fala sobre o processo que ameaça a reintegração de posse do Acamp. Ilha Verde - Encontro de Mulheres do Cerrado

Fonte: Acervo da autora, 2019.

O segundo momento é na oficina do Acampamento Ilha Verde, em que o discurso de "plantar, colher e comer" é assumido pelas mulheres em forma de um discurso coletivo, materializado por meio da Arpillera. Ao inserir a palavra "mulheres", a frase toma um sentido de luta das mulheres. Esse discurso seguro foi levado adiante por todas as famílias até o último dia de ocupação do Ilha. Inclusive o Ministério Público manifestou-se e entrou com o pedido de colheita da mandioca prevista para março de 2020: "requeridos nestes autos possam em março de 2020 colher sua plantação de mandioca no local reintegrado" (E-proc1-tjto, 2019). Embora o pedido tenha sido indeferido pelo juiz responsável no caso, é válido destacar a resistência do discurso seguro, dirigido pelas mulheres e compreendido como um

discurso coletivo perante as famílias acampadas. Portanto, voltamos a afirmar que é mediante espaços seguros que é possível que a epistemologia feminista do Sul das mulheres atingidas emerja, como o direito do reconhecimento de ser atingida é o direito de existir, assim ser detentoras de direitos, como o direito à terra, o direito a produzir seus alimentos para o consumo e para a escoação, o direito a ter renda, o direito a ter autonomia.

Foto 24 - A carta escrita pelas mulheres do Acampamento Ilha Verde

Fonte: Acervo da autora, 2019.

OS ARREMATES FINAIS...

A metodologia das Arpilleras foi compreendida como uma linguagem epistemológica feminista do Sul. O objetivo foi investigar, por meio das oficinas, as experiências ausentes e emergentes das mulheres atingidas por barragens.

Diante do exposto, foi discutido, no capítulo intitulado *Cortando a estopa,* o conceito de epistemologia do Sul, de Santos (2013), em que este Sul se trata de uma concepção epistemológica e não geográfica.

Neste mesmo capítulo, trouxe as categorias de análises, em que se entende que capitalismo, colonialismo, patriarcado e racismo são estruturas que regem a ciência moderna e a sociedade e estão imbricadas, ou seja, são indissociáveis e fazem parte do mesmo sistema de opressão e dominação. Nesse sentido, entendemos também que existem muitos Suis epistemológicos, e o Norte do Estado do Tocantins foi compreendido como nosso Sul epistemológico.

No nosso Sul existem os grupos oprimidos e marginalizados pelo sistema de opressão capitalismo-colonialismo-patriarcado-racismo, representados pelas mulheres atingidas pela UHE-Estreito (MA). Em relação às categorias de análises, busquei compreender como se deu o processo de opressão e dominação das mulheres a partir da afirmação de Silvia Federici de que, na transição do feudalismo para o capitalismo, foi declarada a guerra contra as mulheres. Diante disso, foi realizada neste tópico uma relação dos impactos na vida das mulheres pelo empreendimento energético, com os acontecimentos ocorridos na Europa, como a caça às bruxas e os cercamentos ingleses. Com isso, as mulheres europeias sofreram, na transição do feudalismo para o capitalismo, com a privatização dos recursos naturais, a expulsão das terras e os direitos consuetudinários. Um processo semelhante aconteceu com as mulheres atingidas pela UHE-Estreito, confirmando, assim, informações de documentos oficiais, como o CDDPH (2010, de que são as mulheres as mais prejudicadas e propícias ao empobrecimento e à marginalização na construção das barragens.

Podemos identificar outra relação em torno dos conflitos ocasionados por esses episódios europeus, que foram favoráveis para o florescer da luta das mulheres pelos bens comuns, e, por isso, se destacam como protagonistas das lutas. Assim como essas mulheres foram as grandes responsáveis por revoltas e motins em prol de proteger os filhos da fome na Europa, o mesmo processo ocorreu no Norte do Estado Tocantins, com as mulheres atingidas por barragens que lutaram contra a construção da UHE-Estreito. Faço essa reflexão

em torno do protagonismo feminino, por meio da ocupação dos novos territórios, como foi o caso do Acampamento Ilha Verde, analisando os saberes produzidos na luta.

No capítulo *Entre Retalhos*, almejei interligar as nossas categorias de análises com as narrativas das mulheres atingidas. Diante das narrativas, podemos identificar que o modelo capitalista hegemônico é regido por uma lógica colonialista, patriarcal e racista em torno do empreendimento energético. As frases que mais chamaram a atenção foram destacadas como os tópicos deste capítulo, como a narrativa de dona Pedrina Carvalho e dona Joana Carvalho da Silva, que afirmam que, antes da barragem, eram "gente", porque podiam plantar nas vazantes do rio e tinham o direito de trabalhar, e que, após a barragem, esse direito é banido, são expulsas das áreas em que realizavam suas produções de subsistência. Diante disso, temos um discurso colonial na perspectiva do empreendimento, no qual desumanizam aqueles que não possuem meios para serem considerados indivíduos, havendo um apagamento desses sujeitos e dos seus saberes.

Nas narrativas de Pedrina e Joana, analisamos a questão dos direitos, em especial a discussão sobre a ampliação do conceito de atingido por barragens, que é um conceito em disputa, tanto no campo epistemológico como no político. Na narrativa de Valderice Pereira da Silva, observamos a existência de um discurso do empreendimento energético e a materialização da ideologia do desenvolvimento, que está ligada ao imaginário de desenvolver sociedades "atrasadas". Entretanto, a nossa participante percebe esse discurso, entendido aqui como mito da modernidade, referindo-se que foi duplamente atingida, pois foi atingida também por outras Usinas Hidrelétricas no rio Tocantins. Trata-se de um processo de conscientização da participante sobre a lógica da epistemologia do Norte, na qual esses projetos significam a exploração da natureza para a obtenção de lucro e domínio do território, com a expulsão das comunidades tradicionais.

Na narrativa da dona Cleonice Cruz, podemos identificar, no processo de reterritorialização, que surgem novos sujeitos, ou, seja, sujeitos múltiplos com novos saberes, como as produções das hortas agroecológicas em seus quintais. Nas narrativas de Chirlene e Aparecida, percebemos a questão do não reconhecimentos dos seus trabalhos produtivos como pescadoras, lembrando que entendemos trabalhos produtivos analisados por uma perspectiva marxista.

Por fim, *Tecendo fios e saberes* trouxe a experiência das Arpilleras do Acampamento Ilha Verde, do Acampamento Dom Bosco e do Reassentamento Mirindiba. No tópico *o Bolso* identificamos as quatro ausências. A primeira trata do não reconhecimento como atingidas;

a segunda foi a não indenização dos trabalhos produtivos e reprodutivos; a terceira, a divisão desigual do trabalho; e a quarta, o epistemicídio. O exercício da sociologia das ausências é revelar a diversidade, credibilizar as experiências que estavam silenciadas, produzidas como não existências, ou seja, as ausências. Para o reconhecimento dessas experiências ausentes, adotamos a ecologia de saberes, que são os saberes diferentes aprendidos na luta e resistência pelo território.

Identificamos como ecologia de saberes os novos processos de território e territorialidades, ou seja, as próprias mulheres se declaram como população atingida e detentoras de direitos e, por isso, lutam. Por meio das discussões do primeiro capítulo, percebemos que, na luta pelos bens comuns, nota-se o protagonismo feminino, na região Norte do Estado do Tocantins, pelo processo de conscientização adquirido pela educação popular das mulheres, que se reconhecem como populações atingidas por barragens. Novos saberes são gestados na luta, o que entendemos como uma ecologia de saberes.

Em relação aos trabalhos produtivos e reprodutivos, temos a reflexão da ecologia do reconhecimento e das temporalidades das mulheres, em que as mulheres reconhecem seus trabalhos produtivos e a busca da reterritorialização, criam alternativas para se reconectarem com os novos territórios, como os trabalhos nas hortas, que eram pequenas produções e depois conseguiram escoar para a feira municipal de Babaçulândia.

Em relação aos trabalhos reprodutivos, foi observado que, em torno da oficina de bordados de Arpillera, havia uma divisão sexual do trabalho. Lembrando que estamos analisando a partir de uma ótica marxista, esse episódio foi observado especialmente na distribuição de tarefas: como os homens precisavam ocupar os espaços da cozinha e o cuidado com as crianças. Encontramos muitas dificuldades para que eles conseguissem se inserir livremente. Diante disso, identificamos essa divisão, apesar de as mulheres do Ilha Verde dizerem que ela não existe, que todos trabalham por igual. Outra observação foi em relação ao tempo de trabalho das mulheres. Através da dinâmica do relógio, as mulheres conseguiram perceber os seus tempos de trabalho. Analisamos essa percepção mediante uma temporalidade das mulheres, identificada como uma ecologia das temporalidades. A nossa quarta ausência trata do epistemicídio dos saberes locais, em que consiste no apagamento desses saberes, por meio uma das tentativas é a da expulsão de seus territórios, com os processos em que aqui discutimos como as desterritorialização. Como alternativa as mulheres tentam reverter essa lógica da escala global, é por meio da ocupação de território que elas criam alternativas de sobrevivência e preservação dos saberes, diante disso temos a proposta de desglobalizar através da ecologia transescalas, entendida como produções anticapitalistas.

Temos os exemplos das hortas, cultivada pelas mulheres atingidas, que são os novos saberes adquiridos com os novos territórios.

O Chuliar é onde identificamos a sociologia das emergências, que foi entendida como uma expectativa possível das mulheres atingidas. Diante disso, as emergências foram percebidas em torno dos bordados, em que a linguagem da epistemologia feminista do Sul, A partir de outros trabalhos que entendem os bordados como ato político ou, até mesmo, que são nos bordados que emerge a luta corporal das mulheres atingidas, como nos trabalhos das mulheres da UHE-Belo Monte, analisamos a linguagem corpórea por meio do trauma e das violências sexuais. Diante do exposto, a nossa análise em torno dos bordados também inicia pelo corpo das mulheres para depois emergir nas Arpilleras, os corpos estão em todos os momentos da luta, lembramos que a epistemologia feminista do Sul não tem o objetivo de excluir o corpo do campo teórico, pelo contrário, compreende que o corpo também produz resistência, produz saberes. Entendendo que os corpos também são territórios de luta e saberes. Portanto, as mulheres atingidas por barragens conseguem criar, através dos bordados, suas narrativas contra-hegemônicas, traduzidas no produto Arpillera, tornando-o uma linguagem de epistemologia feminista do Sul.

E por fim observar a importância espaços seguros, pois são nesses espaços iniciais que emergem os discursos reproduzidos nas Arpilleras, tornando assim uma ferramenta de luta para as mulheres atingidas por barragem. Assim, podemos concluir que é através dos espaços seguros que as mulheres se sentem confortáveis para emergir o discurso, que foi materializado nos bordados, que também são uma emergência.

Lembramos que a pesquisa foi inspirada nos métodos da educação popular. Diante disso, a oficina de Arpillera no Acampamento Ilha Verde foi pensada a partir da metodologia da pesquisa participante, utilizando o método da pesquisa-ação. A nossa ação foi desencadeada por meio dos problemas levantados pelos grupos de mulheres com quem pesquisamos. Desse modo, a ação surgiu em torno da articulação da oficina de Arpillera, como foi mencionado, mediante a elaboração de um discurso coletivo: “Pelo direito de plantar, colher e comer”. Para tal, foi foram criadas ferramentas, como a confecção de cartões-postais, para que as vozes atingidas fossem ouvidas, também com o objetivo de romper com uma lógica hegemônica, em que somente aqueles que detêm o poder podem falar. Para isso, precisávamos que a mesma mensagem fosse repercutida, então ela foi enviada para as empresas que fazem parte do consórcio, como também foi compartilhada em diversos espaços acadêmicos e movimentos sociais. O discurso coletivo também foi

materializado por meio dos bordados das Arpilleras do Acampamento Ilha Verde: “Mulheres pelo direito de plantar, colher e comer”. Elas inseriram a palavra “mulheres”, demonstrando o protagonismo feminino.

Além dessa ação, foram feitas outras a favor da permanência no território, como as cartas coletivas enviadas ao Ministério Público Federal (MPF) e uma reportagem com as emissoras locais. Foi realizado o mapeamento das áreas, usando a metodologia de cartografia social, em parceria com o Núcleo de Pesquisa e Extensão em Saberes e Práticas Agroecológicas (NEUZA), da Universidade Federal do Tocantins, e com a Defensoria Pública, através do Núcleo de Causas Minoritárias.

Em relação aos cartões-postais, vieram a chamar a atenção do CESTE, pois foi solicitada uma reunião com os representantes do MAB na sede do escritório em Estreito. Infelizmente, nada foi resolvido, e a empresa continuou com o processo de reintegração de posse. Como o prazo dos atingidos estava se esgotando, a empresa, então, ofereceu mais 60 dias para que as famílias se retirassem da área. A reintegração de posse ocorreu no dia 10 de setembro de 2019. Diante disso, as nossas seis participantes não residem mais em um território em comum, embora ainda partilhem dos seus saberes e experiências no espaço da feira municipal. Apesar das dificuldades, elas vivem em territórios distintos, como no caso da Joana, que arrendou uma terra próxima ao município de Babaçulândia. Dona Pedrina está no assentamento Turrão, morando como agregada em um lote da sogra. Dona Cleonice e sua filha Janete vivem em uma pequena chácara cedida por sua comadre Valderice e Valderice conseguiu uma outra chácara para produzir suas hortaliças. Aparecida e Chirlene arrendaram uma pequena área próxima ao Acampamento Ilha Verde. As mulheres perderam o território Ilha Verde, mas estão se adaptando a novos territórios e constituindo novos saberes. Apesar de um sistema capitalista, colonialista, patriarcal e racista, os saberes das mulheres resistem para lá da linha abissal, (re)criam modos de resistência e aprendem a re-existir.

REFERÊNCIAS

ALVES DOS SANTOS, C. **Chirlene Alves dos Santos**. Entrevista Oral, em 05 de julho de 2019. Entrevistadora: Mariane Lucena. Babaçulândia, TO. Arquivo de áudio digital. Entrevista concedida para pesquisa Tecendo Fios e Saberes: Experiência das Mulheres atingidas pela UHE-Estreito (MA). 2019.

ANDRADE, João Batista. Mulheres que tecem seus direitos. In: **Fundação Memorial da América Latina**: Arpilleras Bordando a resistência. São Paulo, 2015, p.2-3.

AQUINO, Napoleão Araújo de. XXVI SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA- ANPUH, 50 anos. 2011, São Paulo. ANAIS**, Cidades, migração e memória do Tocantins: (re)visitando a escrita e falas de 1990.** 1-9 p.

BACIC, Roberta. História das Arpilleras. In: **MEMORIAL DA RESISTÊNCIA DE SÃO PAULO**: Arpilleras da resistência política chilena. São Paulo: Pinacoteca. 2012, p.6-9.

BARBOSA, Maria Luiza Duarte Azevedo; LERRER, Débora F. O gênero e a posse da terra: um estudo sobre o poder de negociações de mulheres titulares de lotes via Reforma Agrária. **Revista brasileira de Sociologia**, v.04, n. 08, p. 243-274, jul./dez. 2016.

BENJAMIN, Walter. "Magia e técnica, arte e política". In: **Obras Escolhidas**. 7ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994, pp. 22-253.

BRANDÃO, Carlos R. **Pesquisa Participante**. São Paulo: Brasiliense, 2010.

BRANDÃO. Carlos Rodrigues. **O que é Educação Popular**, São Paulo, 1983.

BRASIL, **Arpilleras Bordando a Resistência**. São Paulo: Fundação Memorial da América Latina, 2015.

BRASIL, Programa de Aceleração do Crescimento. Disponível em: http://www.pac.gov.br/sobre-o-pac Acesso em 19/10/19.

BRASIL. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Coordenação de população e Indicadores Sociais. Estatística de gênero: uma análise do Censo demográfico de 2006. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

BRASIL. PORTARIA Nº 150 10 de maio de 1999. MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA., 1999. Disponível em : http://www.mme.gov.br/documents/10584/1289761/Portaria+150+de+10-. Acesso 19/10/19.

BRASIL. **Relatório Experiência das Arpilleras**: bordando a Resistência, Viena: Know-How 300 Experience In Detail, 2016. Disponível em: Acesso em novembro de 2019.

BRASIL.**CARTILHA DO MAB**: Escola Nacional de Formação Política do MAB, 2015.

BRASIL.**CARTILHA DO MAB**: mulheres atingidas por barragens em luta por direitos e pela construção do projeto energético popular, 2015.

BUSQUETS, Monise Vieira. **Bordando a luta**: O coletivo de Mulheres do Movimento dos Atingidos por barragens e as oficinas de Arpilleras como estratégia de mobilização social. Revista brasileira de história e Ciências Sociais- RBHCS, vol. 12, n, 23, jan-jun- 2020.

BUSQUETS, Monise Vieira. Tecendo a luta: memória, violência e violação dos direitos humanos em Arpilleras bordadas por mulheres por mulheres atingidas pela UHE-Belo Monte.2019. 253 f. Tese de doutorado (Ciências do Ambiente) - Curso de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente, Universidade Federal do Tocantins, Palmas, 2019.

CARVALHO DA SILVA, J. **Joana Carvalho da Silva**. Entrevista Oral, em 15 de agosto de 2019. Entrevistadora: Mariane Lucena. Babaçulândia, TO. Arquivo de áudio digital. Entrevista concedida para pesquisa de dissertação de mestrado Tecendo Fios e Saberes: Experiência das Mulheres atingidas pela UHE-Estreito (MA).2019.

CARVALHO, P. S. **Pedrina da Silva Carvalho**. Entrevista Oral, em 10 de julho de 2019. Entrevistadora: Mariane Lucena. Babaçulândia, TO. Arquivo de áudio digital. Entrevista concedida para pesquisa Tecendo Fios e Saberes: Experiência das Mulheres atingidas pela UHE-Estreito (MA). 2019.

CDDPH-Conselho dos Direitos da Pessoa Humana. Comissão Especial de Atingidos por Barragens: Relatório. Brasília: CDDPH, 2010. Disponível em: http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/temas-de-atuacao/populacao-atingida-pelas-barragens/atuacao-do-mpf/relatorio-final-cddph. Acesso em 10 de outubro de 2019.

CESTE S.A. **UHE-Estreito**. 2019. Histórico. Disponível em: http://uhe-estreito.com.br/institucional/historico.html. Acesso em 19/10/19.

CHAGAS, Cláudia Regina Ribeiro Pinheiro das. Bordado como expressão de vida: Gênero e sexualidade. In: 30ª Reunião anual da Anped. Anais: **Gênero Sexualidade e Educação,** n.23. 2007, p. 1-22.

CLESER. Vera A. **O lar Doméstico**: Conselhos para boa direção de uma casa. Rio de Janeiro: Laemmert, 1902.

COLLINS, Patricia Hill. Pensamento Feminista negro: o poder da autodefinição. HOLLANDA, Maria Heloisa (Org). **Pensamentos feminista**: conceitos e fundamentais. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2019. p.271-312.

CRUZ, C.P. da S. **Cleonice Pereira da Silva Cruz**. Entrevista Oral, em 10 de julho de 2019. Entrevistadora: Mariane Lucena. Babaçulândia, TO. Arquivo de áudio digital. Entrevista concedida para pesquisa de dissertação de mestrado Tecendo Fios e Saberes: Experiência das Mulheres atingidas pela UHE-Estreito (MA). 2019.

CUNHA. Teresa. **Women in Power Women**: Outras economias criadas e lideradas por mulheres no Sul não-imperial. Buenos Aires: CLASCO, 2015.

DEERE, C. D. Os direitos da mulher à terra e os movimentos sociais rurais na Reforma Agrária brasileira. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n.1, p. 175-201, jan./ abr. 2004.

DIEGUES, Antonio Carlos Santana. **O mito moderno da natureza intocada**. 3ª. ed. São Paulo: Hucitec, 2001.

DOS SANTOS, A. A dos. **Aparecida Alves dos Santos**. Depoimento, em 05 de julho de 2019. Entrevistadora: Mariane Lucena. Babaçulândia, TO. Arquivo de áudio digital. Entrevista concedida para pesquisa Tecendo Fios e Saberes: Experiência das Mulheres atingidas pela UHE-Estreito (MA).2019.

EIA/RIMA. Estudo de Impacto Ambiental e do respectivo Relatório de Impacto Ambiental. São Paulo: CNEC Engenharia S.A, 2004.

E-PROC1-TJTO, 2019. Disponível em: <https://eproc1.tjto.jus.br/eprocV2_prod_1grau/externo_controlador.php?acao=processo_seleciona_publica&acao_origem=processo_consulta_publica_tjto&acao_retorno=processo_consulta_publica_tjto&num_processo=50008597820128272718&num_chave=&num_chave_documento=&hash=ea7d8e731b1a36c691a601bd72a92f63>Acesso: 15.05.2020.

ERTZOGUE, Marina. BUSQUETS, Monise. El agua es de la gente, no de Belo Monte: Represas y perdida de redes de sociabilidad entre las poblaciones afectadas, representadas en Arpilleras amazónicas. **Tabula Rasa**, Bogotá-Colombia, v.30, 109- 131, enero- junio, 2019. Disponível https://doi.org/10.25058/20112742.n30.06. Acesso 09 de outubro de 2109.

FEDERICI, Silva. **Calibã e a Bruxa**: mulheres, corpo e a acumulação primitiva. 1.ed. São Paulo: Elefante, 2017.

FEDERICI, Silva. **Mulheres e caça às bruxas:** da Idade Média aos dias atuais.1ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

FEDERICI, Silva. O feminismo e a política dos comuns. In: HOLANDA, Heloisa Buarque de. **Pensamento feminista**: Conceitos fundamentais.1 ed. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2019. p.379-394.

FEMENÍAS, María Luisa. Esbozo de un feminismo latinoamericano. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v.15, n. 01, p. 11-25, jan/abr. 2007.

FERNANDES, Bernado Mançano. **Movimento Social como categoria geográfica**. São Paulo: Terra Livre, n.15, p. 59- 85, 2000.

FIORI, Ernani Maria. Aprender a dizer a sua palavra. In: FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e terra, 2014, p. 11-30.

FRANCO, Marília. Contar histórias. In: **Fundação Memorial da América Latina:** Arpilleras Bordando a resistência. São Paulo, 2015, p.4-5.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia:** saberes necessários à prática educativa. 51ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 2015.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 58 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

FREIRE, Ralyanara. Bordando a Arpillera e luta das mulheres contra Belo Monte. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero, n. 11, 2107, Florianópolis, SC. **Anais eletrônicos Transformações, desconexões e deslocamentos.** Disponível em: <http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1498610012_ARQUIVO_Modelo_Texto_completo_MM_FG(2).pdf. Acesso: 09 de outubro de 2109.

FUNDAÇÃO MEMORIAL DA AMÉRICA LATINA. **Catálogo Arpilleras**: bordando a resistência, São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura-São Paulo, 2015. Disponível em: <https://cain.ulster.ac.uk/quilts/exhibition/2015-09-25_Sao-Paulo/2015-09-25_Sao-Paulo_Catalogue.pdf. Acesso: 12 de novembro de 2019.

GONZALEZ, Lélia. A mulher negra na sociedade brasileira: uma abordagem política-econômica. In:__.**Primavera para as rosas negras**: Lélia Gonzalez em primeira pessoa. Diáspora africana: Ed. União dos Coletivos Pan-Africanistas, 2018. p.33-36.

GRAF, Norma Blazquez. Epistemología feminista: temas centrales. In: ____PALACIOS, Fátima Flores; EVERARDO, Maribel Ríos. **Investigacición Feminista**: Epistemología metodologia y representaciones sociales. México: Universidad Nacional Autónoma de México, p. 21- 38, 2010.

GROSFOGUEL, Ramón. As estruturas do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/ sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios ao longo do século XVI. **Sociedade e Estado**, v. 31n.1, p. 25-49, jan./abr.2016.

HAESBAERT, Rogério. **Territórios Alternativos**. 2. ed. São Paulo: Contextos, 2009.

HAESBAERT. Rogério. **Mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

HARDING, Sandra. Instabilidade das categorias de analíticas da feminista. **Estudos feministas 7**, São Paulo, n.1/93, p.7-31, 1993.

LORENZO. Helena Carvalho de. **O setor elétrico brasileiro**: Passado e Futuro, 2002.

LUCENA, Mariane E. da S.; MEDEIROS, Rejane de Almeida; NUNES, Maria dos Anjos da S. Babaçulândia e Filadélfia: Territórios impactados pela Barragem de Estreito e a PNSIPCFA. In: CANEIRO, Fernando Pessoa; PESSOA, Vania Matos; TEIXEIRA, Ana Cláudia de Araújo (Org). **Campo, Floresta e Águas**: práticas e saberes em saúde. Brasília: Editora UNB, 2017, p.313-335.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo decolonial. HOLLANDA, Maria Heloisa (Org). **Pensamentos feminista**: conceitos e fundamentais. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2019. p. 327-378.

MACHADO, Laylson Mota. **"A beira do rio é o nosso lugar"**: Os efeitos da Usina Hidrelétrica de Estreito (MA) e vida ribeirinha no Acampamento Coragem em Palmeiras do Tocantins (TO).2020.138 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico) – Curso Pós- Graduação em Estudos de Cultura e Território. Universidade Federal do Tocantins, Araguaína, 2020.

MALVES, Patrícia Barba; ALVES, Alice Margarida N. Da Ilha ao Mirindiba: expulsão e invisibilidade de mulheres pela Hidrelétrica de Estreito. In: SILVA JÚNIOR, Amintas Lopes da; FERREIRA, Ayla L. Dias; RIBEIRO, Beatriz M. de F. (etc. al. Orgs). **Educação do campo, agroecologia e questões agrárias: a experiência do curso de residência agrária na construção da lala amazônico**. Marabá- PA: iGuana, 2018. p.159-182.

MEMORIAL DA RESISTÊNCIA DE SÃO PAULO. **CATÁLOGO ARPILLERAS:** da Resistência política Chilena. São Paulo: Pinacoteca. 2011. Disponível em: <https://cain.ulster.ac.uk/quilts/exhibition/2011-07-30_Sao-Paulo/2011-07-30_Sao-Paulo_catalogue.pdf . Acesso em: 10 de Novembro de 2109.

MIES, Maria. SHIVA. Vandana. **La Praxis del Ecofeminismo***: Biotecnologia, consumo y reproduccíon*. In: SHIVA. Vandana. El saber próprio de las mujeres y la conservacíon de la biodiversidade. 1.ed. Barcelona:Ed. Icaria s.a, Barcelona, 1998, cap.1. 3-26.

MIES. Maria. **Patriarcado y Acumulacíon**: a escala mundial. In:__ Orígens de la división sexual del trabajo 1.ed. Madrid: Traficantes de Sueños, 2018.cap.2.101-150.

MINAYO. Maria Cecília de Sousa. *Pesquisa Social:* teoria, métodos e criatividade. Rio de Janeiro: Ed.Vozes, 1994.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Caderno da Região Hidrográfica do Tocantins-Araguaia**, Brasília, 2006.

NUNES, Mariza Ramalho. **O antigo norte goiano no trajeto da BR:** o papel da rodovia da Belém-Brasília para o (des)envolvimento agrícola no Tocantins. 143f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) Universidade Federal do Tocantins, Palmas-TO, 2015.

OLIVERIA, Catarina Nascimento de. Epistemologia feminista sob a ótica do sul Global. In: VEIGA, Ana Maria; LISBOA, Teresa Kleba; WOLFF, Cristina Sheibe (Org). **Gênero e violências**: diálogos interdisciplinares. Florianópolis: Edições do Bosque/ CFH/ UFSC, 2016. p. 121- 141.

ONU MULHERES. Encarte Brasil baseado no relatório "o progresso das mulheres no mundo 2015-2016". Brasil, 2016. Disponível em:< http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2016/05/encarte-Mais-igualdade-para-as-mulheres-brasileiras_site_v2.pdf>Acesso: 10.06.2020.

PARENTE, Temes Gomes. Gênero e memória de mulheres desterritorializadas. **Relações de gênero e arte,** Uberlândia, v.9, n. 14, p. 99- 111, jan – jun. 2007.

PAULILO, Maria Ignez S. "Movimento de Mulheres Agricultoras": terra e matrimônio. Cadernos de Pesquisa, Florianópolis, n. 21, p. 1-18, abr.2000. Disponível em: < https://naf.ufsc.br/files/2010/08/mma1.pdf > acesso: 13.05.2020.

PEREIRA DA SILVA, V. **Valderice Pereira da Silva**. Entrevista Oral, em 17 de agosto de 2019. Entrevistadora: Mariane Lucena. Babaçulândia, TO. Arquivo de áudio digital.

PITOMBEIRA, Graziane de A. C; SIEBEN, Airton Sieben."Da ilha de São José ao Reassentamento Coletivo Baixão, em Babaçulândia: efeitos da Usina Hidreléctrica de Estreito na Amazônia." Cuadernos de Geografía: Revista Colombiana de Geografía, v.28, n1. 2018, p.175-p 191.

PONTES. Fernanda de Oliveira. **Mulheres Atingidas por barragens**: Expressando Resistência através das Arpilleras. Natureza do trabalho (participação das mulheres no movimento) - Curso de licenciatura em História, Universidade Federal da Fronteira do Sul, Erechim, RS, 2018.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A Reinvenção dos territórios na América Latina/ ABYA YALA**. México: Universidad Nacional Autónoma de México - Instituto de Investigaciones Sociales, 2012.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Da Geografia às geo-grafias: um mundo em busca de novas territorialidades. In: CECEÑA, Ana Ester e SADER, Emir (Coord.) **La Guerra Infinita**, Buenos Aires: Clacso, 2001, p. 217- 256.

PORTUGAL, Jéssica Feiteiro. FERNANDES, Daniel dos Santos. A memória imagética da UHE Belo Monte (PA) Narradas por Mulheres Arpilleristas. **Nova Revista Amazônica**, Belém, v. 01, p. 1- 23, mai. 2107. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/nra/article/view/6374. Acesso: 08 de outubro de 2019.

RAFFESTIN. Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática S.A,1993.

RAMOS JÚNIOR, Dernival Venâncio; SILVA, Harley; LUCENA, Mariane Emanuelle da Silva. Geopolítica das Usinas Hidrelétricas, lutas por re-existência e pedagogias da colonialidade na Amazônia do Tempo Presente. In: REIS, Tiago Siqueira [et al.] Organizadores. **Coleção História do tempo presente**. vol.3. Boa Vista: UFRR, 2020. p. 263-286.

RAMOS, Luciana de Souza. **O impacto das barragens no trabalho das mulheres**: um olhar feminista sobre a invisibilização do trabalho das mulheres atingidas por barragens. 2011. Disponível em: http://publicadireito.com.br/artigos/?cod=12332c13b229f314. Acesso, 14 de julho de 2020.

ROCHA, Judite da. **Usina Hidrelétrica de Estreito e desterritorialização:** impactos sobre a saúde e a resistência das famílias atingidas. 124f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) Fundação Oswaldo Cruz. Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Rio de Janeiro - RJ, 2016.

ROSENDO, Daniela. **Ética sensível ao cuidado**: Alcance e limites da filosofia ecofeministas de Warren. 2012. 155 p. Filosofia ecofeministas. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Filosofia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis- SC, 2012.

SALAZAR, Gabriel; PINTO, Julio. **História contemporánea** de Chile IV. Hombría y feminidad. Santiago: LOM, 2002.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Conhecimento prudente para uma vida decente***:* 'Um discurso sobre as Ciências revisitado'. ed.862. Porto: Edições Afrontamento, 2003.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Meneses, Maria Paula. **Epistemologia do Sul**. Coimbra: Almedina, 2009.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **O fim do império cognitivo**: a afirmação das epistemologias do sul. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

SANTOS. Boaventura de Sousa. **A universidade no Século XXI**: Para uma reforma democrática e emancipatório da Universidade, 3.ed. Cortez, São Paulo, 2011.

SAQUET, Marco Aurelio. Por uma abordagem territorial. In:___ Território e Territorialidades: teorias, processos e conflitos. 2 ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2015. p.69-90.

SAQUET, Marcos Aurelio. **Consciência de classe e de lugar, práxis e desenvolvimento territorial**. Rio de Janeiro: Consequência, 2017.

SCOTT, James C. Formas cotidianas de resistência camponesa. **Raízes**, Campina Grande, v. 21, n. 01, p. 10-31, jan./jun.2002.

SHIVA, Vandana. **Monocultura da Mente:** Perspectivas da biodiversidade e biotecnologia. São Paulo: Gaia, 2003.

SIEBEN, Airton. **Estado e política energética:** a desterritorialização da comunidade rural de Palmatuba em Babaçulândia pela Usina Hidrelétrica de Estreito. 204 f. Tese de Doutorado. Geografia e gestão do Território. Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia- MG, 2012.

SILVA JÚNIOR, C. P. DA; PETIT, P. Memórias alagadas. **Revista Espacialidades**, v. 7, n. 01, p. 10-33, 20 dez. 2014.

SILVA JÚNIOR, Cícero Pereira. **Memória, dádiva e distopia:** Impactos socioambientais da UHE de Estreito sobre a Ilha de São José – TO. 178 f. Dissertação (Mestrado em Linguagens e Saberes na Amazônia) Universidade Federal do Pará, Bragança- PA, 2014.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. Mulheres Camponesas e Reprodução de Grupos Domésticos: Camponesas, fiadeiras, tecelãs, oleiras. In: NEVES. Delma Pessanha Neves. MEDEIROS. Leonilde. **Mulheres camponesas**: trabalho produtivo e engajamentos políticos. Niterói: Alternativa, 2013.cap I. p.163-183.

SILVA, Maria Regina M. Batista e. Universo da Bordadeira: estudo etnográfico do bordado em Passira. 1995. 224 f. Dissertação em Antropologia da Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 1995.

SILVA, Reijane Pinheiro da. O índio negado e o índio desejado: a “pacificação” dos indígenas na construção da identidade do Tocantins. In: SILVA, Reijane Pinheiro da (Org). **Povos Indígenas do Tocantins: desafios contemporâneos**. Palmas: Nagô, 2015. p.11-29.

SPIVAK, Gayatri C. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

THIOLLENT, Michel. Notas para o debate sobre pesquisa-ação. In: BRANDÃO. Carlos Rodrigues. **Repensando a Pesquisa Participante**. São Paulo: brasiliense,1999. p.82-103.

VAINER, Carlos B.**O conceito de atingido**: uma revisão de diretrizes, Rio de Janeiro: IPPUUR/UFRJ, 2003.

VITAL, Esther, Arpilleras y empoderamento de afectadas a defensoras de derechos humanos. In: CARRASCONA, A; ASTORKA, I. M; IDIGORAS, M. O. **La embarcada artivista** Arterapia y activismo. Fundación Museo de la Paz de Guernika, 2016 p. 258- 271.

ZIBECHI, Raúl. Territórios em resistência: cartografia política das periferias urbanas latino-americanas. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.